



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXIV — Nº 088

SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1979

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso III da Constituição, e eu, Luiz Viana, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1979

**Autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai.**

Art. 1º É o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto de 1979, a fim de participar, como hóspede oficial do Governo paraguaio e como representante pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, das comemorações do aniversário de fundação da cidade de Assunção.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de agosto de 1979. — *Senador Luiz Viana*, Presidente.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 120ª SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1979

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/79 (nº 5.794/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.

##### 1.2.2 — Parecer

*Referente à seguinte matéria:*

— Projeto do Decreto Legislativo nº 7/79, que aprova o Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado em Washington, no dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro. (Redação final).

##### 1.2.3 — Requerimentos

— Nº 258/79, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 176/79, que dispõe sobre o trabalhador desempregado.

— Ns 259 a 261/79, de desarquivamento de projetos de lei do Senado que especificam.

##### 1.2.4 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 218/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que estabelece a correção monetária nos benefícios pagos com atraso pelo INPS.

— Projeto de Lei do Senado nº 219/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao *caput* do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.

— Projeto de Lei do Senado nº 220/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que faculta aos sindicalizados ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

##### 1.2.5 — Discursos do Expediente

**SENADOR LÁZARO BARBOZA** — Nota do Conselho Diretor do Hospital das Clínicas de Goiás, sobre os motivos que levarão a Universidade Federal de Goiás a decretar o fechamento daquele nosocômio. Apelo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, em favor da liberação de verbas essenciais ao pleno funcionamento daquele hospital-escola.

**SENADOR GABRIEL HERMES** — Observações colhidas por ocasião da recente visita realizada por S. Exª a centros nucleares da Alemanha.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Necrológio do líder político peruano Haya de La Torre.

EXEMPLAR ÚNICO

**SENADOR ALBERTO SILVA** — Defesa da criação de um programa de miniusinas em todo o Nordeste para a extração de álcool do mar-meleiro, como solução, a curto prazo, do problema do combustível no País.

#### 1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.2.7 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 221/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural que ingressa no regime do INPS, acrescentando parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.

— Projeto de Lei do Senado nº 222/79-Complementar, de autoria do Sr. Senador Tarso Dutra, que altera a redação do inciso III do art. 108 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, referente à competência dos Tribunais de Alçada.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 248/76, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Murilo Badaró, Humberto Lucena, Nelson Carneiro e Evandro Carreira, voltando às comissões competentes em virtude do recebimento de emenda.

— Projeto de Lei da Câmara nº 123/78 (nº 1.230/75, na Casa de origem), que altera a redação do § 2º do art. 72, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito). **Aprovado**, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 159/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 252/79, de autoria do Sr. Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83/78, do Senador Mauro Benevides, que estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 247/77, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 96/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Prosseguimento das observações feitas, quando da visita de S. Exª a centros nucleares europeus, como membro da CPI do acordo nuclear Brasil-Alemanha.

**SENADOR EVANDRO CARREIRA** — Participação do Sr. Ministro Mário Henrique Simonsen na orientação da política econômico-financeira do Governo, tendo em vista noticiário da Imprensa a respeito da exoneração de S. Exª da Secretaria do Planejamento.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO**, como Líder — Resposta ao discurso proferido pelo orador que o antecedeu na tribuna e a aparte dado ao mesmo pelo Sr. Pedro Simon.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Transcurso do 15º aniversário da instalação da Diocese de Crateús—CE.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — Artigo do Sr. Marcos Tamoyo, publicado em *O Globo*, edição de 28 último, no qual focaliza passagens políticas da vida de Juscelino Kubitschek.

**SENADOR FRANCO MONTORO** — Denúncia formulada pela Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto—SP, sobre os inconvenientes para o desenvolvimento brasileiro do ingresso desordenado de técnicos estrangeiros em nosso mercado de trabalho.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Reformulação partidária.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Observações sobre o não pagamento de bolsas de estudo pelo Ministério da Educação e Cultura e decisão do Governo Federal em majorar, a partir de 1980, a Taxa Rodoviária Única.

**SENADOR PEDRO SIMON** — Defesa da concessão da anistia ampla, geral e irrestrita.

#### 1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — ATA DA 121ª SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1979

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhamento à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:*

— Projetos de Decreto Legislativo nº 17/79 (nº 18/79, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai.

##### 2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Referente a apreciação, na presente sessão, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/79, lido anteriormente.

##### 2.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 223/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critérios para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.

##### 2.2.4 — Requerimento

— Nº 263/79, de desarquivamento de projeto de lei do Senado que específica.

#### 2.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 127/79 (nº 226/79, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Tcheco-Eslováquia. **Apreciado em sessão secreta**.

#### 2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 17/79, lido no Expediente. **Aprovado**, após pareceres das comissões competentes. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/79. **Aprovada**. À promulgação.

#### 2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Evandro Carreira, proferidos nas sessões de 19-6-79 e 7-8-79, respectivamente.

— Do Sr. Senador Itamar Franco, proferido na sessão de 8-8-79.  
Do Sr. Senador Dirceu Cardoso, proferido na sessão de 3-8-79, (Replicação).

#### 4 — ATOS DO PRESIDENTE

— Ns 21 e 22, de 1979.

#### 5 — ATAS DE COMISSÕES

#### 6 — MESA DIRETORA

#### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

# ATA DA 120ª SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1979

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA, NILO COELHO, GABRIEL HERMES E GASTÃO MÜLLER

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Passos Porto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Saldanha Derzi — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*É lido o seguinte*

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 1979

(nº 5.794/78, na Câmara dos Deputados)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

**Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA autorizado a doar, à União Federal, imóvel de sua propriedade, denominado "Fazenda Mambengo", com área de cento e setenta hectares, cinquenta e dois ares e oitenta e nove centiares, situado no Município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, incorporado ao seu patrimônio conforme averbação feita à margem da transcrição nº 21.614, Livro 3-U, fls. 297, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João del Rei.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior destina-se à implantação de um Campo de Instrução do Ministério do Exército.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 444

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, o anexo projeto de lei que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona".

Brasília, 27 de novembro de 1978. — **Ernesto Geisel.**

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 069, DE 31 DE AGOSTO DE 1978 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei, objetivando a necessária autorização legislativa para que possa o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA doar, à União Federal, imóvel de sua propriedade, situado no Município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, que deverá ficar sob a jurisdição do Ministério do Exército, a fim de ser utilizado como Campo de Instrução do 11º Batalhão de Infantaria.

A edição de lei autorizativa apresenta-se como absolutamente indispensável, em razão do entendimento firmado no Parecer nº 525-H, da douta Consultoria Geral da República.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões do meu mais profundo respeito. — **Alysson Paulinelli.**

(*As Comissões de Agricultura e de Finanças.*)

### PARECER

#### PARECER Nº 407, DE 1979

(Da Comissão de Redação)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 1979.**

**Relator: Senador Murilo Badaró**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 1979, que aprova o Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado em Washington, no dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1979. — **Dirceu Cardoso**, Presidente — **Murilo Badaró**, Relator — **Adalberto Sena**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 407, DE 1979

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 1979.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1979

**Aprova o Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado em Washington, no dia 19 de maio de 1978, pelo Governo brasileiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites — INTELSAT, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil, no dia 19 de maio de 1978, em Washington.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### REQUERIMENTO Nº 258, DE 1979

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1979, de minha autoria, que dispõe sobre o trabalhador desempregado.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 1979. — **Franco Montoro.**

#### REQUERIMENTO Nº 259, DE 1979

Requeiro, nos termos do art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 033/78, que "revoga o parágrafo terceiro do artigo 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, que regulou a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos".

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — **Orestes Quércia.**

#### REQUERIMENTO Nº 260, DE 1979

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 37/78, de autoria do Senador Otto Lehmann, que "Acrescenta parágrafo 4º ao artigo 687 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973)", feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — **Dirceu Cardoso.**

**REQUERIMENTO Nº 261, DE 1979**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 165/78, de autoria do Senador Otto Lehmann, que "dá nova redação ao artigo 19 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio)", feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — **Dirceu Cardoso.**

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia nos termos regimentais.

Sobre a mesa, projeto de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 1979**

**Estabelece a correção monetária nos benefícios pagos com atraso pelo INPS.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os benefícios devidos, a qualquer título, pelo Instituto Nacional de Previdência Social aos seus segurados e dependentes, quando não liquidados no prazo de 90 (noventa) dias contados da época própria, ficam sujeitos a correção monetária, segundo os índices trimestrais de correção das cadernetas de poupança do Sistema Financeiro de Habitação.

Parágrafo único. Nas decisões judiciais, a condenação incluirá sempre a correção de que trata este artigo.

Art. 2º Considera-se época própria para os efeitos do artigo 1º, até o último dia do mês subsequente àquele em que o benefício for devido.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Justificação**

O presente projeto objetiva estabelecer a correção monetária nos benefícios pagos com atraso pelo INPS.

Por sugestão do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Presidente da República editou o seguinte decreto-lei:

**DECRETO-LEI Nº 75, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966**

**Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Considerando o imperativo de coibir os abusos de direito que se têm verificado na retenção ou retardamento indevidos de salários e de outros pagamentos devidos aos empregados por parte de empresas, ainda mais prolongados por meio de sucessivos recursos judiciais protelatórios;

Considerando que esses fatos geradores de tensões sociais, não só pela injustiça social que representam, como pelo efetivo desamparo em que vêm deixando, meses a fio, consideráveis grupos de trabalhadores, têm levado o Governo a intervir seguidamente para encontrar soluções momentâneas, sem que, entretanto, o abuso possa ser adequadamente suprimido;

Considerando que as tensões sociais, daí resultantes, afetam, necessariamente, a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Os débitos de salários, indenizações e outras quantias devidas a qualquer título, pelas empresas abrangidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelo Estatuto do Trabalhador Rural, aos seus empregados, quando não liquidados no prazo de 90 dias contados das épocas próprias, ficam sujeitos a correção monetária, segundo os índices fixados trimestralmente pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 1º Nas decisões da Justiça do Trabalho, a condenação incluirá sempre a correção de que trata este artigo.

§ 2º A correção de que trata este artigo aplica-se também aos créditos dos empregados nos processos de liquidação, concordata ou falência, cessando, porém, sua fluência a partir da data do deferimento do pedido de falência.

Art. 2º Considera-se época própria, para os efeitos do art. 1º:

I — quanto aos salários, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, quando o pagamento for mensal; até o quinto dia subsequente, quando semanal ou quinzenal;

II — quanto às indenizações correspondentes à rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, o dia em que aquela se verificar ou for declarada por sentença;

III — quanto a outras quantias devidas aos empregados, até o décimo dia subsequente à data em que se tornarem legalmente exigíveis.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto em seus artigos 1º, 2º e 3º aos processos em curso, contados os prazos, nesse caso, a partir de 90 dias da data da publicação deste decreto-lei, revogadas as disposições em contrário."

\* \* \*

De fato, quem paga determinada importância devida com um ano de atraso, não está, a rigor, rasgando na sua integralidade o respectivo débito e sim o valor dele, menos a taxa da desvalorização monetária, no período.

Prevalecendo, entre nós, taxas de inflação que, no último triênio foram em média, 40%, a medida é de rigorosa justiça.

Merece, portanto, louvores o Decreto-lei nº 75, de 1966, que reconheceu e proclamou constituir flagrante "injustiça social" a retenção de salários devidos aos seus empregados por parte das empresas.

Ora, que dizemos, então, do atraso do pagamento de benefícios devidos pela Previdência Social a viúvas, órfãos, doentes e inválidos?

Trata-se de injustiça social ainda mais clamorosa e gritante, que precisa ser prontamente eliminada.

Aliás, esse entendimento já constitui jurisprudência dominante no Tribunal Federal de Recursos, como se verifica pelas seguintes decisões:

"AC nº 30 171-SP, EMENTA — É ilegítima a revisão da aposentadoria, se perdurava há mais de cinco anos, e desde antes da vigência da LOPS. O débito dos benefícios previdenciários, conatos estes de feição alimentícia e salarial, autoriza corrigir-se monetariamente, ainda pela analogia entre as prestações devidas à Previdência, corrigíveis por força de lei, e as correspondentes contraprestações consubstanciadas nos benefícios. *Dies a quo* correspondente ao da vigência do Decreto-lei nº 75/66 (*Diário da Justiça* de 20-ABR-78).

AC nº 50 402-RS, EMENTA — Pensão previdenciária. Ação proposta pela mãe, designada beneficiária pela filha, que fora segurada da Previdência Social. Dependência econômica comprovada. Sem relevância a alegação de que o marido da autora era aposentado do INPS, percebendo os proventos mensais de Cr\$ 556,00, para manutenção da família, que tinha nove filhos. Procedência da ação. Pagamento da pensão a partir da data do falecimento da segurada, com juros de mora, correção monetária e honorários de advogado, fixados em 10%. Apelação. Improvimento. Confirmação da sentença pelos seus fundamentos (*Diário da Justiça* de 27-ABR-78).

AC nº 37 298-RJ, EMENTA — Apesar de o autor ter-se aposentado pelo INPS, isto não implica na suspensão automática da pensão, porque as duas vantagens são inconfundíveis, por terem natureza e causa diversas. A vantagem pleiteada é devida até a data do falecimento do beneficiário. Redução dos honorários ao *quantum* do acórdão exequendo. Devida correção monetária. Sentença reformada, em parte. Recurso parcialmente provido (*Diário da Justiça* de 26-OUT-78).

AC nº 37 054-RS, EMENTA — Previdência Social. Pensão. Cumprida a prova de dependência econômica, ao benefício tem direito a mãe do segurado falecido em estado de solteiro e sem filhos. Correção monetária. Sua aplicação aos débitos de benefícios, por analogia. Honorários. Fixação em consideração às dificuldades da causa, moderada em favor da Fazenda Pública (*Diário da Justiça* de 26-OUT-78).

AC nº 42 265-RS, EMENTA — Previdência Social. Restabelecimento de aposentadoria. Prestações vencidas. Correção monetária. Pelo atraso do pagamento das prestações. Em caso de restabelecimento de benefício a dívida deve ser considerada *ex nunc*, inclusive quanto a seus acréscimos. Juros moratórios a partir da citação. Apelação improvida. (*Diário da Justiça* de 16-FEV-79).

AC nº 51 057-MG, EMENTA — Previdência Social. Contagem de tempo para aposentadoria. Correção monetária. Provada *quantum satis* a prestação de trabalho em atividade sujeita ao regime previdenciário, defere-se a contagem do tempo para aposentadoria, inobstante a ausência de contribuição. Correção monetária das parcelas de benefício em atraso, segundo a orientação básica da Súmula 562 (*Diário da Justiça* de 26-MAR-79)).

AC nº 39 594-SP, EMENTA — Previdência Social. Aposentadoria. Correção monetária. I — Comprovada a moléstia incapacitante, defere-se o benefício, que deve ser pago com base no salário mínimo da época da liquidação, ou da satisfação da obrigação previdenciária, vigente na localidade de trabalho do segurado (Lei nº 5.890/73, art. 30, § 5º). II — As prestações vincendas são corrigidas na forma da legislação pertinente. III — Recurso provido parcialmente (*Diário da Justiça* de 18-MAI-79).

AC nº 39 499-SP, EMENTA — Previdência Social. Para o cálculo de benefício não pago na época própria deve ser considerado o salário mínimo em vigor na data da feitura da conta. Agravo de Instrumento do INPS desprovido (*Diário da Justiça* de 30-MAI-79).

AC nº 34 893-SP, EMENTA — Previdência Social. Auxílio-doença. Moléstia que independe de prazo de carência. Decreto nº 60.501/67, art. 33. I — Correção monetária. Lei nº 5.890/73, art. 3º, § 5º. I — O diagnóstico da moléstia (tuberculose ativa) se fez quando o autor já havia ingressado no sistema previdenciário, como segurado obrigatório. O auxílio-doença, em razão de tuberculose ativa, independe no período de carência. II — Deve o benefício ser pago com base no salário mínimo vigente na data da liquidação, ou da satisfação da obrigação previdenciária. III — Recurso do INPS desprovido. IV — Recurso do autor provido (*Diário da Justiça* de 6-JUN-79).

AC nº 52 495-RS, EMENTA — Prestação previdenciária. I — na aplicabilidade da correção monetária. Sendo a prestação previdenciária fixada num *quantum*, não pode o Poder Judiciário transformá-lo num *quid*, corrigindo o seu valor. Se a prestação previdenciária pretendida foi paga assim que foi deferida, não há falar em mora do devedor, a ensejar a cobrança de juros. Sentença confirmada (*Diário da Justiça* de 6-JUN-79).

AC nº 34 711-SP, EMENTA — Previdência Social. Esposa canônica. Pensão. Correção monetária. Esposa canônica é considerada tacitamente designada, presumindo-se feita a declaração prevista no § 3º do art. 11 da LOPS. Dito casamento constitui prova de vida em comum. II — Deve o benefício ser pago com base no salário mínimo da época da liquidação, ou da satisfação da obrigação previdenciária, vigente na localidade de trabalho do segurado. III — Recursos desprovidos. (*Diário da Justiça* de 6-JUN-79)."

É importante salientar que à presente proposição não é evidentemente, aplicável a exigência de que cuida o parágrafo único do artigo 165 do texto constitucional. Não se trata, na hipótese, de criar, majorar ou estender benefício compreendido na Previdência Social. Ao contrário, o de que cuida o projeto é única e exclusivamente manter o valor real do benefício devido por lei, de modo a evitar a sua descaracterização e aviltamento monetário.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 1979. — **Franco Montoro.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.*)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 1979

Dá nova redação ao *caput* do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 15. Os proventos de inatividade pagos em decorrência de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, por pessoa jurídica de direito público ou privado, até o valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) anuais, não serão incluídos como rendimentos tributáveis na declaração de con-

tribuinte que tenha 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais, ao término do ano-base correspondente.

Parágrafo único . . . . ."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Em concordância com o preceituado no *caput* do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, os proventos de inatividade pagos em decorrência de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, por pessoa jurídica de direito público, até o valor de cento e oitenta mil cruzeiros anuais, não são consideradas como rendimentos tributáveis na declaração de contribuinte que tenha sessenta e cinco anos de idade ou mais, ao término do ano-base correspondente.

Essa disposição, que consubstancia uma legítima conquista dos inativos idosos, peca, no entanto, por omissão, eis que restringe os seus efeitos tão-somente aos proventos pagos pelas pessoas jurídicas de direito público.

Em verdade, a legislação previdenciária brasileira admite as instituições de previdência privada, que são pessoas jurídicas de direito privado, e que prestam relevantes serviços de natureza social às pessoas idosas de baixa renda, que complementam seus parcos rendimentos com os proventos percebidos dessas fontes.

Na realidade, a fonte pagadora — seja pessoa jurídica de direito público ou privado — não é a causa fundamental da isenção, que tem evidente sentido social, pois qualquer que seja a fonte pagadora dos proventos, a situação sócio-econômica do contribuinte é a mesma.

Por esse motivo, atendendo a justa reivindicação que me foi apresentada por inativos, preconizamos nova redação para o *caput* do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, estabelecendo que os proventos de inatividade ali referidos poderão ser originários tanto de pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado.

Assinale-se, por derradeiro, que o assunto contemplado na proposição configura, inequivocamente, matéria tributária e não matéria financeira, estando o Congresso Nacional em condições de tomar a iniciativa legislativa a respeito, consoante, aliás, já decidiu a douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — **Nelson Carneiro.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.642, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.

Art. 15. Os proventos de inatividade pagos em decorrência de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, por pessoa jurídica de direito público, até o valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) anuais, não serão incluídos como rendimentos tributáveis na declaração de contribuinte que tenha 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais, ao término do ano-base correspondente.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 1979

Faculta aos sindicalizados ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º-5-1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos V a VIII do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 ficam revogados.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor à data de sua publicação.

#### Justificação

O Título V da Consolidação das Leis do Trabalho prevê sobre a Organização Sindical. No Capítulo I deste, na Seção IV, cuida do processo das eleições sindicais, nos artigos 529 a 532. No 530 definiu o elenco dos associados impedidos de ser eleitos para cargos de administração ou de representação econômica ou profissional, ou de nos mesmos permanecer.

E nos incisos que constituem o objeto da revogação ora proposta, prevê não poderem ser eleitos para os apontados cargos:

"V — Os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos;

VI — Os que, pública e ostensivamente, por atos e palavras, defendam princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido seu funcionamento suspenso por autoridade competente;

VII — Má conduta devidamente comprovada; e

VIII — Os que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical."

O inciso VII foi acrescentado pelo Decreto-lei nº 507, de 18-3-69. O último, pelo Decreto-lei nº 925, de 10-10-69.

O VI choca-se com o preceito inscrito no § 8º do artigo 153 da Constituição, que assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a livre manifestação de pensamento.

O VII refere-se a "má conduta, devidamente comprovada", mas além de não assinalar onde é ela manifestada, não prescreve quem deve comprová-la, nem de que maneira, nem quando há de ser feita.

Eduardo Gabriel Saad in *Consolidação das Leis do Trabalho*, Ed. LTr., SP, 7a. ed., 1975, pág. 218, ao comentar a respeito, assevera de maneira incontestável:

"Disposição legal dessa natureza, viciada de obscuridade, pode ensejar atos arbitrários ou possibilitar o ingresso na vida sindical de elementos indesejáveis."

O Ministro do Trabalho em despacho exarado no Processo nº 128.146/69 (D.O. de 11-2-70) exigia dos candidatos o atestado de ideologia. Mas a Portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1974, ainda em vigor, agora exige apenas atestado de bons antecedentes.

Com a abertura anunciada enfaticamente pelo Presidente da República, não tem cabimento permaneçam fechadas as portas a líderes sindicais, a autênticos orientadores e condutores de suas classes.

Como se verifica, tais incisos se originaram de uma era de restrições de direitos, que não mais prevalece.

São chegadas, pois, em nosso sentir, a hora e a vez de devolvermos aos sindicatos a plena liberdade de que necessitam, para eleger os companheiros em melhores condições de assisti-los nos momentos graves, aos ensejos de luta aberta pela reivindicação de legítimos direitos.

Com esses fundamentos, esperamos haver deixado patente a procedência da revogação que propomos.

Senado Federal, 9 de agosto de 1979. — **Senador Orestes Quêrcia.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

**O SR. LÁZARO BARBOZA** (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eu pretendia, na tarde de hoje, produzir um discurso de análise do que tem sido a política mineral no Brasil e a influência das empresas multinacionais que domina o setor.

No mês de abril próximo passado, ocupei a atenção da Casa, tratando desse assunto, e pretendia, hoje, dar a ele prosseguimento. Entretanto, Sr. Presidente, já quando saía do meu gabinete, recebi os jornais que se editam na Capital do meu Estado e, em *O Popular*, sob o título "Universidade Federal de Goiás Decide Fechar o Hospital das Clínicas", vi publicada uma nota expedida pelo Conselho daquela Universidade explicando as razões por que o Hospital das Clínicas da Universidade Federal já está sendo desativado, e deverá, até o dia 31 do corrente mês, ser inteiramente fechado.

O fato se reveste de enorme gravidade. E em assim sendo, ao invés de proferir o discurso que pretendia, que havia preparado, ocupo a atenção da Casa, para tratar de assunto então agora diverso, mas de grande importância, de grande significação para Goiás, que é o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

A Universidade Federal de Goiás, embora criada pelo mesmo ato que criou, por exemplo, a Universidade de Santa Maria, em verdade, não vem recebendo, através dos sucessivos governos, o apoio de que necessita. Basta dizer que, todo o parque civil da Universidade tem uma área física cinco vezes menor do que o da sua congênere criada pelo mesmo ato.

O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, não funciona tão-somente como hospital-escola, mas é o único hospital que, na Capital do meu Estado, presta assistência médico-hospitalar gratuita aos contingentes mais pobres da população goiana e de outros Estados do Brasil, notadamente dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e recebe contingentes de doentes inclusive do Nordeste, os quais passando aqui, por Brasília, e encontrando enorme dificuldades, acabam procurando o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

A nota, ontem expedida pelo Conselho, tem o seguinte teor:

#### "A NOTA

A reunião que decidiu pelo fechamento gradativo do Hospital das Clínicas até o dia 31 deste mês foi realizada de manhã, das 10 às 12:30 horas, e contou, inclusive, com a participação de vários acadêmicos de Medicina. A tarde, a diretoria do Hospital distribuía o seguinte "esclarecimento à comunidade":

"Em vista da indisponibilidade orçamentária e financeira do Hospital das Clínicas, decorrente da falta crônica de verbas, repetidamente solicitadas pela direção da Faculdade de Medicina e Hospital das Clínicas e sempre recebidas apenas com promessas pelas autoridades do Ministério da Educação e Cultura, pelo Governo do Estado de Goiás e pela Prefeitura Municipal de Goiânia, o Conselho Departamental da Faculdade de Medicina e Conselho Diretor do Hospital das Clínicas declaram que a partir de 31 de agosto de 1979 encerrar-se-ão as atividades de assistência médico-hospitalar à população geral. A partir de hoje se vêem na obrigação de iniciar a desativação progressiva dos diversos serviços hospitalares. A continuidade do funcionamento do hospital está condicionada à liberação, por aquelas autoridades, dos recursos necessários."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um absurdo que as autoridades do Ministério da Educação e Cultura, não dêem à nossa Universidade as atenções que ela merece ter, principalmente a sua Faculdade de Medicina e seu hospital.

Hoje, por exemplo, estão, internados naquela Casa de Saúde, 196 pacientes, cerca de metade deles provindos de outros Estados da Federação e é exatamente a presença de quase duas centenas de internos que impede o fechamento imediato daquele hospital.

Daqui desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu chamo a atenção do Sr. Ministro da Educação e Cultura, para que S. Ex<sup>ta</sup>, imediatamente, procure liberar os recursos de 30 milhões e 500 mil cruzeiros, solicitados por aquela Universidade, para que ela possa continuar mantendo o hospital, dando os mesmos níveis de atendimento, hoje oferecidos à população de Goiás, e de outros Estados que procuram aquela unidade de saúde, e para que possa, também, ampliar até mesmo o número de seus leitos, e promover a utilização de outros setores do hospital, que, por sinal, foram recentemente inaugurados com a presença do Sr. Ministro de Estado da Pasta competente.

É conveniente salientar, que das 19 Universidades em regime autárquico com que conta o País, a de Goiás, Sr. Presidente, está colocada, praticamente, num dos piores lugares em matéria de atendimento e de recursos para que possa funcionar bem e cumprir suas finalidades. Ela está colocada em 16º lugar em número de professores, com regime de 20 horas de trabalho e em último lugar como Universidade, com quadro de professores em regime de 40 horas de trabalho.

E, mais, Sr. Presidente, as outras Universidades, também sob o mesmo regime, contam em seus quadros, constantemente, com um número acentuado de professores-visitantes, professores do maior gabarito que nessas Universidades comparecem para pesquisa e para a ministração de cursos de pós-graduação etc.

Lamentavelmente, o descaso das autoridades do Ministério da Educação e Cultura no tocante à Universidade Federal de Goiás a tem mantido em níveis quase insuportáveis. E essa situação não pode prevalecer; é muito difícil a criação de uma Universidade e a sua estruturação para ser colocada nas condições de funcionamento, principalmente, quando essa Universidade chega já ao ponto da Universidade Federal de Goiás, a contar com quase 20 anos de atividades. Sendo a Universidade, aqui, muito próxima de Brasília, o princípio geral, o entendimento geral é de que ela poderia, pela proximidade de que está do Governo central, ser uma Universidade muito bem aquinhoadada. Em verdade, essa proximidade só lhe traz ônus, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Eis que a Universidade de Brasília, por exemplo, ostenta hoje um notável padrão de equipamento, de ensino e um quadro não menos notável de



professores. E detêm uma soma de recursos que possibilita a Universidade de Brasília a se manter como uma das melhores Universidades do País, ao passo que a Universidade Federal de Goiás vem sendo esquecida a ponto de se ver com problemas desta ordem.

O fechamento desse hospital, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se vier a ocorrer pela falta de liberação desses recursos, de 30 milhões e 500 mil cruzeiros, para o custeio das atividades do hospital-escola e que, como já disse, não é apenas um hospital-escola, é mais do que isto: é o único hospital que atende gratuitamente a uma faixa enorme da população goiana e de outros Estados mais desprovidos de recursos, tal medida irá trazer consequências gravíssimas, irá sem dúvida alguma, gerar, inclusive, desdobramentos que dificilmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, poderão ser aqui analisados e previstos.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Ouço o nobre Líder do Governo, com o maior prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) —** Ouço o apelo que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo e, infelizmente, no momento, não se encontra em Brasília o Sr. Ministro da Educação, de quem me socorreria para lhe dar uma resposta imediata em relação ao problema de verba para ser liberada, a qual V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Cabe, entretanto, fazer uma observação — que V. Ex<sup>a</sup> há-de me permitir, concedendo-me o aparte — a respeito da acusação que V. Ex<sup>a</sup> faz do descaso que terá ocorrido, já por muito tempo, com a Universidade Federal de Goiás. Evidentemente que não irá tratar do assunto em causa própria, do tempo em que fui Ministro, até porque V. Ex<sup>a</sup> era estudante à época e pôde acompanhar mais de perto a ação do Governo Federal. Lembrar-se-á V. Ex<sup>a</sup> de que exatamente àquela altura começamos a construção do *campus* de Goiás; o *Campus* Universitário da Universidade Federal começou a ser construído precisamente naquela época, e um dos pontos difíceis e críticos foi precisamente a construção do hospital, que na ocasião, também, recebeu verbas, nunca suficientes, evidentemente, mas verbas que lhe garantiram a ampliação do atendimento e a manutenção das enfermarias, como enfermarias de estudo para os estudantes a partir do 3º e do 4º anos, segunda série antiga e 8 semestres correspondentes, de acordo com a reforma. A mim me parece apenas que o problema exige um equacionamento que leve em consideração todas as variantes do processo. V. Ex<sup>a</sup> há-de convir que nos casos de hospitais das clínicas, o grupo da reforma universitária, que é totalmente brasileiro, já havia recomendado que não se fizesse mais liberação nenhuma para construção de hospital das clínicas de universidades, porque acaba acontecendo com eles o que aconteceu com o de São Paulo. Cresceu tanto o vulto dos seus encargos, que o Hospital das Clínicas de São Paulo passou a ter o seu orçamento equivalente ao de toda a universidade, para o resto de todos os seus cursos e da sua administração. Acabou sendo retirado da universidade. Estranhamente, passou a ser vinculado à Secretaria do Governo, ou seja, ao Gabinete Civil. A área de hospital das clínicas, em geral, tem sobrecarregado violentamente as despesas de manutenção dos cursos médicos. Na ocasião, lembro-me que tivemos — V. Ex<sup>a</sup> me socorrerá qualquer falha de memória — a sorte de fazer um convênio com a Previdência e com o Estado. V. Ex<sup>a</sup> diz agora mesmo que é o único hospital que ainda atende gratuitamente naquela área. E o papel do hospital das clínicas, de preferência, devia ser exatamente esse, de dar um atendimento diferenciado, de bom padrão, gratuito, para poder ter exatamente os seus doentes à disposição dos estudantes e os estudantes poderem tirar melhor partido desse treinamento e dessa aprendizagem prática. Posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup> que tão pronto tenha do Ministro da Educação e Cultura uma resposta sobre isso, farei chegar a V. Ex<sup>a</sup>, se não de plenário, pelo menos particularmente, na esperança de que não se dê, de maneira nenhuma, porque não teria realmente cabimento, o estrangulamento do hospital, o colapso do hospital pela falta de uma verba de 30 milhões de cruzeiros.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO) —** Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que já me tranquiliza bastante, porque V. Ex<sup>a</sup> vai também envidar esforços junto ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de garantir a liberação dos recursos imprescindíveis à normalização do funcionamento do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

Quando eu aludia nobre Senador Jarbas Passarinho, a um certo descaso das autoridades do Governo para com a Universidade Federal de Goiás, evidentemente eu fazia uma consideração assim de ordem geral e não queria, não pretendia incluir o tempo da brilhante passagem de V. Ex<sup>a</sup> pelo Ministério da Educação e Cultura. Efetivamente, foi um período em que a Universidade Federal de Goiás sempre encontrou na atuação do Ministro Jarbas

Passarinho a melhor boa vontade, no sentido de resolver os problemas mais graves. Entretanto, eminente Líder, é bom frisar que, das dezenove universidades em regime autárquico, a Universidade Federal de Goiás, notadamente a Faculdade de Medicina e o seu hospital-escola, é a que recebe menos recursos para o seu custeio. Estes dados não são meus, pois me foram fornecidos ainda há pouco pelo Reitor da Universidade Federal de Goiás, Professor José Cruciano de Araújo. Eu suponho até que a situação de angústia pela qual passou a Universidade Federal de Goiás há um ano e meio, quase dois anos atrás — e que na ocasião também me trouxe à tribuna para fazer um apelo idêntico ao que hora faço ao Governo — tivesse sido normalizada. E não tinha, antes, sido procurado nem pelo Sr. Reitor, nem pelo Diretor da Faculdade de Medicina, ou por qualquer representante daquela universidade para tratar deste assunto. De sopetão vi a manchete dos jornais, como V. Ex<sup>a</sup> pode ver, *O Popular* — “UFG decide fechar o Hospital das Clínicas”. E ao ler a matéria e considerando as implicações que isso pode ter, e inclusive os desdobramentos que podem gerar, e que V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem pressentir, não preciso sobre eles aqui discorrer, entendi por bem fazer este apelo. E agora secundado na autoridade de V. Ex<sup>a</sup>, espero que ele efetivamente encontre eco por parte do Ministério. E peço mais: que o Sr. Ministro da Educação e Cultura, encontre meios para que essas crises periódicas que vive constantemente a Universidade Federal deixem de existir.

O fechamento daquele hospital, se vier a ser concretizado, será, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um fato muito grave. Daí porque, espero que isso não ocorra e que o Governo libere os recursos imprescindíveis à normalidade do atendimento daquela unidade de ensino, de pesquisa e de atendimento a uma parcela sofrida da população goiana e brasileira.

Vou, Sr. Presidente, ficar por aqui nestas considerações ligeiras, pretendendo, tão logo tenha em mãos dados mais concretos, voltar a analisar o atendimento que vem tendo a Universidade Federal de Goiás por parte dos poderes competentes.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) —** Tem a palavra o nobre Senador Gabriel Hermes.

**O SR. GABRIEL HERMES (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tive a honra de poder acompanhar Srs. Senadores e Deputados que estiveram na Europa — Alemanha, Áustria e França — e estendi minha visita a mais além, ao Peru, para atender a convite do Governo alemão, e de sua grande empresa KWU, para conhecer o programa nuclear daquele país e a marcha do Acordo teuto-brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi uma viagem creio, utilíssima para esta Casa e para o nosso País. Muitas coisas de que precisávamos ter conhecimento tivemos oportunidade de observar, muitas dúvidas pudemos esclarecer, na própria área em que se processa parte do programa do Acordo Brasil-Alemanha. Pude observar, anotar, Sr. Presidente, pude colher dados e elementos, através do que ouvi dos técnicos, dos cientistas, na visita aos vários setores industriais e de usinas nucleares, acentuadamente da Alemanha, que era a parte que mais interessava à nossa missão, e procurei, atendendo às solicitações de companheiros dos *Diários Associados* — jornais em que durante longos anos colaborei, — dar conhecimento, em artigos que divulguei. Fiz um relatório. E mais: através da imprensa, em três longos trabalhos que foram divulgados no último domingo, na terça e na quarta-feira, dias 5, 7 e 8 de julho no jornal *Correio Braziliense*. Já agora, estou recebendo jornais da mesma cadeia, de Minas Gerais, do Pará, o meu Estado, e sei que em outros Estados está sendo reproduzido o trabalho. É um histórico feito com a preocupação de dar notícias daquilo que pudemos observar de certo ou de errado, sem a preocupação de agradar ou desagradar. Escrevemos e vamos aproveitar o trabalho que saiu nos jornais e transcrever nos anais do Senado.

Observamos, Srs. Senadores, que muitos dos nossos jovens engenheiros, cientistas brasileiros e operários especializados encontram-se na Alemanha e em muitos outros países da Europa se especializando no campo da energia nuclear, ou seja, no aproveitamento de urânio para fins pacíficos, fazem reais progressos.

Na primeira parte da nossa exposição apreciei a situação nuclear da Alemanha, ou seja, o desenvolvimento da pesquisa científica daquele País de alto nível industrial. Tive oportunidade de verificar por que a Alemanha Ocidental, tão depressa alcançou o alto nível tecnológico dentro deste nosso mundo conturbado.

No nosso primeiro dia de visitas à Alemanha, 10 de julho, percorremos um centro científico, exatamente aquele em que se estudava esta parte tão

importante para nós brasileiros e para os alemães, relacionada com o enriquecimento do urânio. Ali, Sr. Presidente, foi-nos mostrado tudo o que se está fazendo. Primeiro, visitamos as salas de exposições e os laboratórios, depois, percorremos as instalações em toda a sua extensão, e ouvimos explicações, esclarecimentos.

Houve, por parte dos nossos companheiros do Senado e da Câmara, uma enorme dedicação, porque a nossa visita nos tomou um período de trabalho que se iniciava às 8 horas e 30 minutos da manhã indo até o final do dia, com um intervalo, apenas para o almoço. Verificamos como a Alemanha está tratando com o maior interesse o problema do enriquecimento do urânio, e já conta com uma avançada tecnologia.

Quanto ao Programa Nuclear Brasileiro, procuramos sentir o pensamento dos técnicos alemães e também dos jovens que se encontram na Alemanha estudando, aperfeiçoando-se, acompanhando o desenrolar de todo o Acordo Brasil-Alemanha.

Sr. Presidente, tive a grande satisfação de verificar o entusiasmo desses brasileiros na Alemanha — mais de cem, — já preparados, com mais de dois anos de contínuo aperfeiçoamento dentro das usinas, dos laboratórios. Tivemos a alegria, Sr. Presidente, de ver a confiança desses jovens brasileiros, químicos, cientistas, engenheiros e até operários especializados com quem conversamos; de verificar, nas várias perguntas que partiram do grupo de visitantes, principalmente dos Senadores e Deputados, que as respostas eram precisas, seguras, e estou certo de que aqueles brasileiros que o Brasil encaminhava para estudar estão sabendo aproveitar o seu tempo.

Todos esses detalhes, com mais cuidado, escrevemos e divulgamos pela imprensa. Como é um assunto já divulgado, senti, pelos telefonemas, pelos comentários, até por cartas que tenho recebido, algumas até pedindo detalhes, achei de toda a oportunidade fazer transcrever nos Anais do Senado, na íntegra, tudo aquilo que escrevi e publiquei sobre a matéria, Sr. Presidente.

E, assim, não sinto necessidade de mais tomar o tempo do Senado, de vez que a minha missão na tribuna, hoje, quando solicitei a palavra, foi unicamente para ter oportunidade de fazer o registro e a transcrição do meu modesto trabalho, nos Anais, para que analisem. Talvez possa ser útil àqueles que mais conhecem e estudam o assunto. É o depoimento de quem observou e viu.

Essa foi a minha missão, Sr. Presidente. Concluo, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que me permita entregar à Taquigrafia o trabalho, para o devido registro. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GABRIEL HERMES, EM SEU DISCURSO:

*Correio Braziliense, 5-8-79*

#### O BRASIL E A ENERGIA NUCLEAR

Integrando missão do Senado Federal que foi à Alemanha Federal para examinar instalações e tecnologia nucleares, a convite do governo de Bonn, o Senador Gabriel Hermes teve oportunidade de conhecer usinas e equipamentos similares aos que o Brasil está construindo, por força do chamado acordo nuclear. A missão visitou ainda a Áustria — onde está sediada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) — e a França, países onde também teve oportunidade de estudar temas ligados à tecnologia nuclear.

Parte das informações e conclusões que reuniu graças à sua participação na missão é aqui apresentada pelo Senador da ARENA paraense que, como se verá no artigo a seguir, e nos outros dois que publicaremos nas próximas terça e quarta-feiras, está perfeitamente familiarizado com os assuntos energéticos, aos quais tem dedicado parcela significativa de sua carreira parlamentar.

#### Gabriel Hermes

Dominar as fontes de energia do Universo, do Mar, do Sol, do Vento, do Urânio, do Hidrogênio e outras, em busca de poder ou de recursos energéticos, tem sido desejo do homem, que a História registra com ocorrências que se perdem ao longo da poeira dos tempos.

A lenda do gênio saindo da garrafa cheio de vigor ou a descrição das viagens do "Nautilus", o terrível submarino do maravilhoso Júlio Verne, são produtos de imaginação de pensadores que anteviram a potência nuclear. A realidade é que pouco a pouco os cientistas penetraram no cofre de segredos do infinito, já dominam a energia nuclear, tratam o urânio nos laboratórios, em provetas, tubos, chegam a reatores comerciais e, em consequência, produzem energia elétrica, utilização científicas salutares e a destruidora Bomba Atômica.

Todas as principais nações do mundo, na Europa, Ásia ou Américas buscam dominar para fins energéticos e científicos a tecnologia do átomo. A Rússia, os Estados Unidos e outras potências, no entanto, embora falando em política nuclear para fins pacíficos, lamentavelmente, encheram seus arsenais bélicos com bombas terríveis e, paralelamente, procuram impedir que outros países adquiram a tecnologia nuclear, mesmo certos de que a objetivavam para fins pacíficos. A realidade é que as grandes potências tentam a posse do minério atômico de outros países. Felizmente, os brasileiros desenvolvem esforços na busca de equipamentos e tecnologia para utilizar o urânio nacional para fins energéticos em benefício da grande população nacional.

O nosso governo, universidades, têm buscado cooperação científica e tecnológica com outros povos e com base no Acordo Geral, assinado em 9 de junho de 1969, em Bonn, firmou-se o Instrumento de Cooperação Brasil/RFA. A partir de 1975, convênios significativos foram firmados entre a CNPa e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich, para disciplinar a cooperação nos campos da Física, Química, Geofísica, Técnicas Agrícolas, Industriais e outros, inclusive a realização de projetos comuns científicos e fornecimento de equipamentos. Sucederam-se os atos de cooperação com a RFA, em campos mais diversos de engenharia, licenciamento de reatores, ciclo do combustível, tecnologia de materiais, de proteção radiológica, gaseificação do carvão e muitos outros. Definiu-se a cooperação para extração e processamento de minérios de urânio; produção de reatores nucleares; enriquecimento de urânio; produção de elementos combustíveis; reprocessamento de produtos irradiados, enfim, um acordo o mais amplo possível na busca de dominar a tecnologia do átomo para fins de energia nuclear de usos pacíficos. Dos entendimentos sempre constaram a participação alemã no programa de formação do pessoal, o treinamento de especialistas brasileiros na RFA, e de missões alemãs no Brasil.

Todos estes atos levaram a criar a NUCLEBRÁS, responsável pelos programas e esta empresa nacional a formar subsidiárias, para os setores de mineração de urânio, engenharia nuclear, enriquecimento de isótopos, equipamentos, empresas que têm sempre capital em maioria na NUCLEBRÁS.

Isso nos coube, a convite dos nossos associados alemães e autorizados pelo Senado verificar, percorrendo nos dias de julho as indústrias, os Centros Científicos e, ainda, contactar com o pessoal brasileiro que trabalha, pesquisa e estuda em países da Europa.

#### O programa nuclear brasileiro

A crise provocada pelo crescente preço do petróleo, a ameaça de extinção desse combustível atinge a todos, grandes e pequenos países, sejam os da Europa, os Estados Unidos ou os 120 milhões de brasileiros. Não se pensa na nossa imensa nação em produzir bombas destruidoras, e sim em atender à necessidade fundamental, e já agora inadiável, do problema energético. Essa a razão que levou o Governo Nacional aos fundamentos do Programa Nuclear Brasileiro e à instalação de usinas geradoras de energia elétrica.

O Plano elaborado em 1973 previu a necessidade da instalação de 65.000 Mw de energia elétrica até o final de 1990 e estimou em 10.000 Mw a parte Nuclear, em unidades de 1.200 Mw. Sendo maiores as necessidades no Centro-Sul, Angra dos Reis, em Itaorna, entre Rio e São Paulo, foi escolhido o local onde se constrói a Usina denominada Angra I, e ainda mais duas centrais da série de 1.200 Mw cada.

O Governo sentiu a necessidade, para executar o programa, de buscar colaboração do exterior; assim, procurou todos os países que possuíssem tecnologia dos reatores que mais interessavam, os a água leve pressurizada e a urânio enriquecido PWR. A Alemanha Ocidental ofereceu as condições mais convenientes, que se constituíram na transferência ampla de tecnologia, nacionalização dos serviços de engenharia, fabricação de componentes, o projeto do combustível, e de enriquecimento do Urânio.

O Plano da Política Nuclear do Brasil encontrou contestadores, que alegavam que era cedo para projeto de construção de centrais nucleares, não só por ainda não estarem suficientemente testados os sistemas, como, e principalmente, pela existência no País de grande potencial hídrico não aproveitada.

Os Ministérios de Minas e Energia e Planejamento informaram que dos 100.000 Mw dos nossos rios já estudados, 20.000 Mw já estavam em utilização, e 50.000 Mw o seriam nos próximos 10 anos e ainda, que a maior potência a aproveitar ficava distante, no Norte do País.

Debateram-se também o problema dos custos de Kw de energia, apresentando-se os hídricos como de preços bem menores. Contestou o Governo, mostrando que os juros na construção, os custos de investimentos nas áreas inundadas, as distâncias das hidrelétricas até os centros de consumo deviam ser considerados como equilíbrio na contabilização de preços. Os de-



bates foram violentos no Congresso, criticou-se os custos de treze bilhões de dólares das usinas geradoras, isso em moeda de 1978. Os defensores do Plano Nuclear, mostraram as vantagens, a necessidade do Brasil acompanhar a posição de Nações avançadas, sobretudo sendo nosso País possuidor da matéria-prima, o urânio, que, na época, a prospecção e pesquisa apresentavam reservas de onze mil toneladas, em 1974, e já em 1979, um total de sessenta e sete mil toneladas, hoje, bem maior.

O Governo Federal, enviou os planos elaborados pela ELETROBRÁS ao Congresso Nacional, que debateu abertamente o Acordo Nuclear Alemanha-Brasil, votado em junho de 1975.

Observar a execução do Plano Nuclear da RFA foi tarefa dos Parlamentares que viajaram até ao rico país do Continente Europeu. Nosso primeiro contato com técnicos alemães foi em Karlsruhe, na visita ao Centro de Pesquisa Nuclear em 10 de junho. Nesse Centro se procede a uma das mais importantes partes do acordo teuto-brasileiro — os trabalhos de cooperação no campo do enriquecimento do Urânio. O que se faz na Alemanha e no Brasil neste setor será objeto de nossa próxima exposição e comentário.

### Tecnologia de Enriquecer Urânio

A iniciativa Nacional de procurar a tecnologia para o urânio enriquecido é louvável. É um passo largo no sentido da libertação dos senhores todopoderosos do "átomo". É fugir à dependência egoísta de meia dúzia de países que procuram por todos os meios o predomínio, a interferência econômica e científica. É repelir o monopólio repulsivo.

A Alemanha necessita de energia nuclear para continuar grande centro industrial. Os germânicos encontram a resistência dos vencedores da última guerra para desenvolver pesquisas nucleares para fins pacíficos, assim, para abastecer suas usinas têm que recorrer aos grandes e, mais recentemente, a países vizinhos da Europa. Estes fatores contribuíram para o acordo teuto-brasileiro de cooperação no campo do enriquecimento do urânio. Os nossos dois países, tinham em parte, o mesmo problema e procuraram associar-se em busca de solução. A Alemanha dispunha do "processo NOZZLE" para o enriquecimento do urânio. O Brasil possui urânio, a matéria-prima. Os interesses se encontraram. Ambas as nações carecem de urânio enriquecido para fins pacíficos, para mover as suas usinas de energia elétrica. Surgiu, assim, o Acordo de Cooperação.

Na Alemanha, na manhã de sol suave de 10 de julho, visitamos as belas instalações do Instituto de Engenharia Nuclear de Karlsruhe. Rodeado de cientistas e técnicos teutos e brasileiros, o diretor do departamento, professor Becker, esclareceu a delegação brasileira sobre o andamento dos trabalhos de cooperação, do enriquecimento do urânio pelo processo "Jet Nozzle". Isso ocorreu no interior do grande centro dos trabalhos científicos onde estão as instalações, as usinas, tudo que se refere a atividade de produção, de separação e de processos de fabricação dos elementos, e, também, o grande estágio protótipo do processo Nozzle.

É bom esclarecer que há larga expectativa em torno do andamento desta parte dos trabalhos do processo de enriquecimento de urânio. Do seu sucesso dependerá o fim da dependência teuto-brasileira da compra no exterior. O sucesso, assim, do processo "Jet Nozzle" interessa demasiadamente, chegando mesmo a ser considerado como a principal parte do acordo, ao lado da preparação do pessoal brasileiro.

O que se espera é que, aprovado o processo, o Brasil possa enriquecer o seu próprio urânio. O minério, assim, obterá alta valorização e tem fim a dependência da compra nos EUA., ou na Europa ou onde já é enriquecido o minério. As nossas perguntas e preocupações foram perfeitamente compreendidas, e, respondidas pelos cientistas e técnicos. Nos foi mostrado nos laboratórios, nos setores experimentais industriais, na visita às instalações em funcionamento, o já conseguido e o estágio em que se encontram os trabalhos.

### A Palavra do Cientista

A melhor forma de esclarecer aos que nos lêem e aguardam nossos esclarecimentos é transmitir, através das palavras do Professor Becker, como está e como avança o projeto do enriquecimento do urânio.

Disse-nos: "ficamos alegres que os senhores desejam tomar conhecimento da situação dos trabalhos no campo do enriquecimento". A seguir, auxiliado por assessores, técnicos e engenheiros das duas partes interessadas, alemães e brasileiros, que cooperam, e os nossos que se especializam, iniciou a exposição, dizendo da confiança no sucesso do empreendimento e, bem o entendemos, do grau de responsabilidade da tarefa.

Transcrevemos trechos da exposição do Professor:

"Através deste empreendimento comum, o Brasil se tornará co-proprietário, com os mesmos direitos, de uma avançada tecnologia de enriqueci-

mento, para a qual a República Federal da Alemanha gastou acima de 100 milhões de marcos e, no futuro, ainda, despenderá substanciais importâncias.

— Apesar de não pretendermos sobrecarregar os senhores com detalhes técnicos, gostaríamos de esclarecer, sucintamente, o princípio do processo de jatos centrífugos, esquematizado na fig. 1 (nos foi exposta).

"O urânio é utilizado como hexafluoreto de urânio (UF<sub>6</sub>) em mistura com o hidrogênio. Ele flui, em alta velocidade, ao longo de uma parede curva, em virtude de uma queda de pressão, em que os isótopos se separam como numa centrifuga. Com a separação do fluxo, obtemos uma fração leve e uma fração pesada, que continuam, então, a ser processadas separadamente.

— O elemento de separação em forma de tubo (fig. 2), disposto à frente, possui em sua superfície externa 10 "nozzles" de separação em forma de fendas. O gás de alimentação penetra numa extremidade do tubo, as frações pesadas saem do tubo na extremidade oposta. As frações leves fluem pelas fendas de separação, radialmente, para fora e são colhidas num tanque que contém diversos destes tubos de separação.

O tanque de elementos de separação compõe, junto com o compressor centrífugo e o refrigerador, um estágio de separação, como é mostrado (na fig. 3). Ele se encontra na carcaça azul, disposta à sua frente. Mostraremos este estágio aos senhores, mais tarde. (Tudo nos foi mostrado.)

### O que se faz no Brasil

Eis um detalhe do andamento dos trabalhos, que o Dr. Becker esclareceu e transmitimos com suas palavras:

"Antes gostaríamos de definir, ainda, os objetivos e o organograma do nosso projeto em comum.

— Em maio do corrente ano foi iniciada, em Resende, a construção de uma cascata denominada "inicial" composta de 24 estágios de separação. Com a mesma será testado, pela primeira vez, o processo dos jatos centrífugos em escala industrial. A partir de 1982, esta "cascata inicial" deverá ser ampliada para uma usina de demonstração. Do organograma apresentado, depreende-se que o proprietário e operador tanto da usina de demonstração como da cascata inicial será a firma NUCLEI, da qual a NUCLEBRÁS participa com 75% e as firmas alemãs STEAG e Interatom com um total de 25%. O arquiteto industrial do empreendimento é constituído pelo consórcio STEAG/Interatom.

— Proprietária das patentes e responsáveis pelo desenvolvimento do processo é a firma teuto-brasileira NUSTEP. Seu diretor brasileiro é o engenheiro Gazzinelli e o diretor alemão é o físico Eintraus, que estão sentados junto a nós. O Dr. Lermotitov é o coordenador das atividades da NUCLEI na Alemanha.

— A NUSTEP desenvolve, juntamente com o Centro de Pesquisas Nucleares de Karlsruhe, um programa tecnológico, através do qual está sendo preparado o campo para a construção de usinas de enriquecimento comerciais. Com tal finalidade foi construído, em conjunto pelas duas entidades, um pavilhão técnico (mostrado na fig. 5), que os senhores visitarão ao final desta visita.

— Simultaneamente ao trabalho conjunto ao campo tecnológico, com as firmas NUCLEI e NUSTEP, prossegue a cooperação direta entre o Centro de Pesquisas Nucleares de Karlsruhe e a NUCLEBRÁS no desenvolvimento e na pesquisa de base. Objeto principal desta atividade é, atualmente, o chamado sistema de dupla-deflexão (mostrado na fig. 6). Neste sistema a fração pesada do sistema convencional de separação é, novamente, subdividida, por meio de um segundo sistema de separação. Com este procedimento, o investimento específico de uma usina, de determinada capacidade de separação, poderá ser muito reduzido.

— Após ter sido otimizado em laboratório, o sistema de dupla deflexão será testado na usina piloto de 10 estágios (mostrada na fig 7), na cascata em operação.

Esta usina do Instituto, que os senhores verão posteriormente, será transferida para Belo Horizonte, dentro dos próximos meses, para a finalidade acima citada. Desde o início deste ano, está sendo desenvolvido, junto a esta usina, um programa de treinamento para 5 engenheiros brasileiros, os quais os senhores poderão contactar mais tarde. Responsável pelo programa de treinamento e pela transferência da usina é o engenheiro Priess, que teve a gentileza de traduzir a nossa palestra.

### Conclusão e Confiança

Finalmente, o Professor nos fez sentir um pouco do sentido comercial do projeto e das expectativas que acredita promissoras, como se faz sentir

neste trecho que transcrevemos sobre a economicidade do processo de jatos centrífugos.

— “Já foi dito antes, que por ocasião da conclusão dos acordos teuto-brasileiros se sabia que o processo de jatos centrífugos estavam em fase de desenvolvimento. Apesar disso, deveriam ser executados, em curto prazo, planos para a construção de uma usina de demonstração, para assegurar, desde logo, o abastecimento dos primeiros reatores nucleares brasileiros com urânio enriquecido. Contudo, após este abastecimento ter sido assegurado, por enquanto, devido a um contrato com a URENCO, foi possível, primeiramente, proceder a testes do processo de jatos centrífugos na “cascata preliminar” e, assim, integrar na ampliação posterior todos os aperfeiçoamentos conseguidos até lá. Esperamos que, com base nos progressos alcançados nesse interim, os custos do trabalho de separação de uma usina comercial pelo processo de jatos centrífugos, construída após 1982, na pior das hipóteses, não sejam superiores àqueles obtidos em usinas equivalentes de difusão ou centrífugas. Digno de menção é que este resultado promissor, provavelmente, será conseguido com um investimento total bastante inferior àquele que poderia ser alcançado através dos outros dois processos”.

O processo Nozzle foi desenvolvido pelo Professor Dr. E. W. Becker e sua equipe, no K.I.K. A partir de 1970 a empresa alemã STEAG-AG participou na sua adaptação industrial e, em 1976, a NUSTEP, alemã e a NUCLEBRAS se associaram com 50 por cento cada, no prosseguimento dos trabalhos de desenvolvimento do processo.

Dentro da colaboração teuto-brasileira no setor de energia nuclear, está planejado pela NUCLEI, a construção no Brasil de uma instalação com a capacidade de separação de 200 toneladas/ano, que poderá fornecer 65 toneladas de urânio enriquecido com cerca de três por cento em U - 235.

#### A ALEMANHA E A INDÚSTRIA NUCLEAR

Este é o segundo de uma série de três artigos sobre o tema energia nuclear de autoria do Senador Gabriel Hermes, que visitou a Alemanha para ver de perto a execução, naquele país, dos acordos nucleares Brasil-RFA. Amanhã, no último desta série, o parlamentar paraense abordará a questão da segurança nuclear, da destinação dos resíduos (lixo atômico) do pessoal técnico brasileiro que se encontra na Alemanha estudando e especializando-se (tema vital quando se sabe que a transferência de tecnologia é um dos principais, senão o maior dos atrativos desses acordos para o Brasil), e ainda das salvaguardas oferecidas pelo Brasil à Agência Internacional de Energia Atômica, sediada em Viena — também incluída no roteiro da missão do Congresso que o Senador Gabriel Hermes integrou.

##### Gabriel Hermes

Nossas notícias e comentários são isentos do desejo de agradar ou não, as correntes que participam e debatem os problemas de política nuclear, lá fora ou aqui. A realidade é que se trata de matéria complexa, surgiu em tempos difíceis para a vida das nações, complicou-se com a crise energética que envolve todos os lados do planeta e, tem entre especialistas, cientistas, políticos, no exterior e aqui no Brasil, correntes de opiniões totalmente opostas, mesmo no que se refere ao aproveitamento imediato do urânio para fins de energia elétrica.

A missão que nos foi atribuída nos levou a viver na intimidade do tempo de energia nuclear, nos centros científicos, nos locais de grandes indústrias, dentro de usinas, ter oportunidades de ouvir cientistas, técnicos e gente do Brasil que estuda e se especializa. Sentimos um pouco a marcha do processo da energia nuclear no coração da Europa Ocidental. Observamos como normalmente convivem com a nova fonte de energia, a Alemanha, a Áustria, a França, a Inglaterra, os países do norte, a Europa toda e, como os governantes, os responsáveis classificam de inevitável e essencial o uso do novo processo energético.

#### RFA E Ciência Nuclear

Recebemos uma tarefa, a de caminhar em terras da Europa, da Alemanha, para conhecer o andamento do acordo de cooperação científica e tecnológica teuto-brasileira. É natural, no nosso regresso, informar do comportamento do acordo nas partes principais, como a da transferência de tecnologia, da industrialização, do andamento do importante processo de enriquecimento do urânio; de estudos sobre outras fontes de energia; e os de segurança e salvaguardas. Grande tarefa, pouco o tempo, mas muito conseguimos.

Como o nosso acordo nuclear tem como associado a Alemanha é oportuno informar da alta qualificação do nosso parceiro.

A RFA evoluiu acentuadamente em todos os setores do aproveitamento do urânio para fins energéticos nestes últimos quatro séculos. O Go-

verno Federal deu grande apoio e recursos a cientistas e órgãos de pesquisas no setor energético, porque, a Alemanha, apesar de ter carvão mineral em abundância, é dependente do petróleo do exterior, assim, se justifica o interesse pela energia à base de urânio. Fortalecem a RFA, seus organismos científicos, recomendando estudos no setor de energia e, prioritariamente o desenvolvimento de tecnologia nuclear. Destacaram-se o Centro de Pesquisas Nucleares de Karlsruhe, que visitamos e, conta com 3.300 auxiliares, especializados; o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich com o mesmo número de funcionários; dois setores científicos que dedicam-se em franca disputa pelos bons resultados do desenvolvimento da tecnologia nuclear. Ouvimos dos cientistas e dos brasileiros que estudam na Alemanha, que os dois Centros buscam o privilégio, de cada, oferecer ao seu povo melhores soluções. São 6.600 entre homens e mulheres, em sua maioria especialistas. Trabalham no mesmo setor, ainda, o Instituto Max-Planck para física do Plasma, que conta entre especialistas e cientistas com 1.000 funcionários e ainda outros centros de desenvolvimento de reatores de novas fontes de energia; de ciclos de combustível e de pesquisas do meio ambiente. O Governo Federal alemão deu recursos a estes organismos científicos, entre 1956 e 1976, no valor de 17.534 milhões de marcos. Isso explica a posição teuta entre as potências mais avançadas, no ciclo de reatores à água leve; outras técnicas de energia nuclear, e, ainda, do grande país já dispor para o seu abastecimento elétrico de 13 por cento de energia nuclear.

#### Pressões e Dificuldades

O prosseguimento do programa nuclear na RFA vem enfrentando pressões internacionais e internas. Estas forçaram o reexame de suas metas, concluindo, em 1977, por estabelecer prioridades no setor energético, tais como: racionar a energia; reduzir o consumo do petróleo; intensificar a utilização do carvão de pedra e da linhita, abundante no país; utilizar energia nuclear para eletricidade, quando necessária e sob controle de segurança da população.

Continuaram, no entanto, apesar das restrições, os estudos, as pesquisas para desenvolvimento da tecnologia nuclear, acentuadamente, nos campos que objetivou o término do ciclo do combustível do reator à água leve e, o do desenvolvimento dos sistemas avançados de reatores.

#### Combustível e Reator à Água Leve

À medida que ouvíamos dos técnicos e cientistas as respostas e perguntas de membros da comitiva brasileira, dos senadores, dos deputados e especialistas, anotávamos procurando completar as observações de visita em visita, nos centros que percorríamos. Muitas vezes nos servimos da excelente colaboração que recebemos dos membros da Embaixada do Brasil, que foram atentos em nos ajudar, informando e oferecendo farto conjunto de dados e observações. Louvamos neste particular os auxiliares do Itamarati, na sua eficiência, no seu apoio e pelo que mostraram de conhecimento no setor que nos levou à Alemanha e Áustria e outras áreas.

A RFA é pobre de urânio. Calculam os gastos do minério natural, entre 1978 e 1985, em cerca de 30.000 toneladas. Importam da África do Sul e do Canará 70 por cento, e os 30 restantes dos Estados Unidos e diversos países. Mantém a RFA associação com iniciativas de outros estados, incentivando a prospecção e a exploração, no estilo do Acordo de Cooperação com o Brasil, sempre objetivando usos pacíficos de energia nuclear. Espera o Governo alemão assegurar, a partir de 1980, a garantia de 60 por cento do abastecimento das necessidades teutas com o urânio do nosso País.

A RFA domina a técnica da conversão do urânio natural em hexafluoreto de urânio, no entanto, ela o processa nos EUA e Inglaterra, alegando que só produzirá diretamente quando a conversão se mostrar economicamente justificada. Não chegamos a alcançar nessa explicação, se há dificuldades políticas ou comerciais.

#### KWU e a Indústria Nuclear

Conhecer a posição da Alemanha, no campo de construções nucleares industriais era parte de nossas observações, já que a ela cabe construir reatores para o Brasil, de custos altíssimos, e, ainda, transferir tecnologia e preparar o pessoal, engenheiros, cientistas e profissionais operários.

Os germânicos, desde o início do século, destacam-se no setor energético, e a Kraftwerk Union é mundialmente conhecida como a principal construtora teuta. O grupo KWU, que realiza a parte do acordo com o Brasil, fabrica reatores à água leve e pressurizada, à água fervente e também à água pesada. Sabíamos do progresso da RFA e de suas empresas industriais na fabricação de reatores nucleares, e, conhecíamos, já de longo tempo, da construção nuclear da usina de Biblis, de 1.200 MW, o maior reator mundial.

Nossa visita foi para ver, observar e informar, por isso, mesmo em síntese, vamos a alguns detalhes.

A possante indústria alemã, Kraftwerk Union, é responsável pelo planejamento, cálculo, execução das usinas nucleares alemãs, brasileiras e outras. Opera apoiada em 700 outras empresas do grande parque industrial teuto.

As construções na RFA são numerosas e com a organização que se criou no País, a RFA dispõe de três centrais experimentais, 12 centrais nucleares para abastecimento de energia, somando uma capacidade instalada de 8.863 MW. Em 1983 a capacidade total de 21 usinas nucleares previstas será de 18.000 MW. Existem mais 5 centrais nucleares projetadas. De outra parte, resulta que a indústria nuclear germânica é a segunda entre as exportadoras de equipamentos nucleares. A KWU foi entregue a construção das usinas Angra II e III do Brasil, e, ainda, participação e orientação nas demais usinas, que constam do acordo inicial em número de onze, todas da categoria de 1.300 MW cada. Este imenso programa brasileiro-teuto, de alto custo, inclui a transferência de tecnologia e a participação significativa da indústria nacional.

Usinas nucleares brasileiras obedecem a tecnologia da KWU e são do porte das licenciadas e em construção na RFA. Isso nos coube visitar. Visitamos usinas funcionando, gerando energia, iluminando cidades, movimentando indústrias. Procuramos, também, conhecer notícias do andamento de outros projetos da KWU, de usinas que os alemães venderam por 25 bilhões de marcos e, a serem fornecidas à Argentina, Brasil, Irã, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Suíça e Espanha. Nosso interesse é justificado face às informações de cancelamentos de vendas, de projetos atrasados em face de ações judiciais e dificuldades nos processos de licenciamentos.

A realidade é que observamos a alta classe da grande indústria KWU da RFA e o normal e eficiente funcionamento da usinas. Essa parte sentimos nas visitas às instalações e será objeto de nossas próximas notícias e comentários. A KWU nos levou a conhecer suas grandes usinas como a de Biblis, que produz energia elétrica comercial desde 1975 a plena carga, e outras em construção de igual potência. Percorremos as instalações, ouvimos técnicos, sempre ao lado da nossa gente, os jovens engenheiros do Brasil que acompanham na Alemanha os projetos, as construções, buscando aprender tudo do setor altamente especializado da construção de usinas nucleares.

#### A SEGURANÇA DAS USINAS NUCLEARES

No terceiro desta série de artigos o Senador Gabriel Hermes aborda os críticos problemas da segurança das instalações nucleares destinadas a produzir energia — problemas que mais do que nunca colocaram-se no centro das atenções após o acidente da usina de Three Miles Island, nos Estados Unidos. Integrando a missão ao Congresso Nacional que foi à Europa (Alemanha, Áustria e França) conhecer as unidades de geração de energia atômica para fins pacíficos, o Senador da ARENA do Pará teve oportunidade de examinar uma usina Nuclear em construção e, logo a seguir, outra igual em pleno funcionamento, relatando neste artigo o que pôde observar quanto aos seus dispositivos de segurança. Focaliza ainda, a questão da destinação dos resíduos do processamento do material fissil, ou seja o "lixo atômico", origem das preocupações dos cientistas em todo o mundo.

#### Gabriel Hermes

Doze de julho de 1979. Dia cheio de luz suave do sol de verão da Alemanha, quando percorremos a região de Colônia, atravessando campos cobertos de trigais louros, de florestas verdes e robustas, de casas rodeadas de jardins e flores. Buscávamos Grafenrheinfeld, e, aí visitar uma usina nuclear em construção, escolhida como referência da que se projetou para o Brasil.

No trajeto anotávamos a implantação de reatores e o desenvolvimento pelo mundo no setor de energia nuclear. Em 1978, funcionavam, em 34 países, cerca de 200 usinas nucleares, com um rendimento de 110.00 megawatts, em construção 350 novas usinas nucleares, representando mais de 300.000 megawatts de energia. Estas notícias são do discurso do Chanceler Helmut Schmidt, da RFA, em 7 de maio de 1979. Isso indicava que o urânio, para fins energéticos invadia o planeta.

Alcançado nosso destino iniciamos a visita a todas as dependências da usina. O objetivo dos construtores da KWU era de mostrar tudo, antes de funcionar, e, assim, podermos tomar conhecimento das instalações. Tudo percorremos, acompanhados por especialistas, que transmitiam os esclarecimentos. Visitamos o corpo externo e a parte interna da usina, percorremos o grande setor interior das instalações que serão antes de entrar em funcionamento fechadas. Depois, comandadas por controles remotos externos. Os engenheiros e técnicos brasileiros, que se especializaram com os teutos eram, também, nossos bons informantes, deixando a impressão perfeita de bem co-

nhecer os menores detalhes. Esta usina nuclear é do mesmo porte das que a KWU constrói no Brasil, em Angra dos Reis.

Concluída a missão partimos no dia imediato para ver outra usina em funcionamento há anos seguidos. A visita à grande usina nuclear de Biblis que foi orientada para que observássemos o conjunto em plena atividade.

Uma usina para produzir energia nuclear para usos pacíficos é composta de milhares de peças. Umas, como eixos de turbinas e geradores imensos, pesando toneladas, outras, leves como a de um relógio suíço, dos mais delicados. Vimos no "cérebro", nos setores de comando, salas onde 3 ou 4 homens, calmamente sentados, dirigem tudo, recebendo os chamados, as indicações, por luzes que advertem, circuitos de TV que permitem tudo observar, seja a parte externa do edifício ou as áreas onde não tem acesso o homem, e só comandos dirigidos do exterior. Concluímos, satisfeitos, a visita à parte industrial da grande indústria KWU.

Mostraram-nos uma usina em construção. Depois, outra igual em potência, produzindo a força de 1,3 milhão de KW. Afirmaram os técnicos, da confiança que depositam no sistema para a nação alemã, vital ao prosseguimento das suas atividades.

O que estamos construindo no Brasil é semelhante ao desenvolvido na Alemanha, conforme consta do acordo teuto-brasileiro.

#### Segurança Nuclear

O problema de segurança no uso de energia nuclear é preocupação que se acentuou depois dos problemas ocorridos na Pensilvânia. O acidente de um reator de Three Miles deixou nas populações do mundo a impressão de que os meios de segurança ainda são precários.

A segurança foi objeto de indagações dos parlamentares brasileiros aos técnicos e cientistas germânicos.

Indagamos. As respostas foram seguras. Nada a temer. Reatores como o de Biblis funcionam, hoje, em todas as faces do planeta. As partes radiativas obedecem as mais severas e testadas especificações dentro de estruturas do melhor aço, revestida de paredes com espessuras que oferecem resistência. Tudo, nos afirmavam, tem tido satisfatório funcionamento.

Fizeram-nos cientes de que os centros científicos do país estudavam continuamente medidas de segurança. Foi nos dada notícia das preocupações e da seriedade com que o Governo da RFA acompanha tudo no setor da segurança. Nos repetiam as providências, as recomendações de seu Governo, lembrando que as verbas para pesquisas eram suficientes e amplos os programas, sempre com novos recursos alocados. O disponível, assim, até 1982, somaria o valor de um bilhão de marcos só para segurança de reatores. Tivemos oportunidade de ler as palavras do Chanceler da RFA, com as mais firmes recomendações, mandando rever as medidas de segurança, não apenas no setor de reatores, mas em todos os campos energéticos ambientais. Temos que reconhecer que a RFA é uma nação séria e com o maior respeito a seu povo. Essa, a tônica dos esclarecimentos que obtivemos.

A RFA, pelo seu Chanceler, afirma ao falar sobre energia nuclear: "A concepção da política energética do Governo Federal é a ampliação limitada da energia nuclear". E mais: "A energia nuclear, já desempenha um papel quantitativo indispensável na economia mundial, muito embora, até o momento, um papel apenas complementar no abastecimento energético". A posição alemã é decidida e firme — prosseguir.

#### Resíduos

Os centros científicos da RFA pesquisam intensamente o destino a dar aos resíduos nucleares. Existem estudos para construção de diferentes instalações para o depósito final. O problema, aliás, preocupa o mundo todo e foi objeto de várias indagações dos parlamentares do Brasil nos encontros em Karlsruhe e Jülich. No momento, estão bem resguardadas as sobras mortíferas do urânio, porém, a busca de local definitivo prossegue e, inclusive, chegam os cientistas a pensar até em bem guardá-los para aproveitá-los no futuro. Aos governos cabe a responsabilidade do destino final desses resíduos perigosos e incômodos. Os estudos sobre os destinos do lixo atômico obedecem a estreita colaboração internacional, acentuadamente, entre a França, a Inglaterra e a RFA. A matéria tem gerado dificuldades internas na Alemanha e, um centro de disposição de resíduos de Gorleben está semiparalisado pelos movimentos ecologistas, e os desacordos entre o Governo Federal e os da Baixa Saxônia.

Um grande reator comercial de 1.200 MW deixa sobras radiativas, resíduos, que pesam algumas toneladas cada ano. É possível, de outra parte, que esse subproduto ainda tenha minério aproveitável, isso, o estudam os cientistas.

A realidade é que o lixo nuclear é uma preocupação, um problema mundial. Um reator da capacidade do de Angra II deverá produzir cerca de 30

toneladas ano desse subproduto indesejável e inevitável. Multiplique-se isso pelas centenas de reatores em funcionamento no nosso planeta Terra, e veja-se o que de matéria poluente e mortífera, cada ano, o nosso progresso espalha pelos quatro cantos deste vale de alegrias e lágrimas.

Do que ouvimos, o lixo atômico, no momento está bem guardado, não oferece perigo, porém, não há solução definitiva para eliminação dos resíduos nucleares. O Chanceler alemão, Helmut Schmidt, falando na Conferência Européia Nuclear, em 7 de maio último dizia:

"Somente a garantia de uma eliminação eficiente dos resíduos atômicos poderá assegurar a capacidade de sobrevivência da nossa indústria técnico-nuclear, com seu alto potencial de tecnologia."

Estas palavras dizem da preocupação e do esforço que se realiza em busca de destino final dos resíduos nucleares.

#### Técnicos brasileiros

Quando dos contactos para execução da política nuclear brasileira, com os vários concorrentes, dois fatores significativos foram considerados: a participação de técnicos, de engenheiros, de gente brasileira em todos os trabalhos e, a transferência de tecnologia, a nível de cada empreendimento. Isso ofereceu a Alemanha. Esta parte do contrato, do que observamos e ouvimos de nossa gente, está sendo executada. O que se busca nos termos do acordo é uma ampla transferência de tecnologia. Isso se processa. A Kraftwerk Union treina engenheiros brasileiros desde 1975, com sucesso. Na primeira etapa, sessenta concluíram o curso em média de dois anos. Mais cinquenta e cinco estão sendo preparados. Ouvimos os jovens e sentimos que estão satisfeitos com os técnicos alemães e sendo bem preparados em engenharia nuclear.

Em outros setores ocorre o mesmo. Em todas as dependências científicas especializadas da RFA estudam hoje brasileiros, acentuadamente tecnologia nuclear.

#### OIEA e salvaguardas nucleares

Mais de setenta países participam do Organismo Internacional de Energia Atômica, OIEA, entidade voltada para o uso pacífico da energia nuclear e que se opõe à proliferação de armas nucleares. A RFA, o Brasil e a OIEA firmaram, em 1976, depois da aprovação pela Junta de Governadores, compromisso dos dois países contratantes se submeterem a todos os itens da sua cooperação nuclear, as salvaguardas previstas pela Agência. O Órgão Internacional de Energia Atômica, tem sede em Viena, ali ouvimos palestras e tivemos debates.

Ao Brasil foi natural assinar o compromisso, já que a Nação brasileira só deseja a paz entre os povos. Quanto à energia nuclear, só as necessidades energéticas obrigam o Brasil a chegar ao uso do urânio, e, só para fins pacífico e do desenvolvimento.

Outra não é a posição da RFA, como declarou enfaticamente seu Chanceler Helmut Schmidt, em maio último: "A posição alemã neste campo é clara e bem definida. Já muito cedo, e então de forma comprometente e internacional, renunciamos definitivamente no Tratado de Não Proliferação, a posse de armas nucleares."

Ao concluirmos nossas notícias, esclarecemos, que na RFA, tomamos conhecimento dos estudos que os cientistas teutos fazem de várias fontes de energia, como o carvão, o sol, o mar, as de fontes renováveis naturais, árvores e plantas. E ainda que concordemos com o lúcido Chanceler Helmut Schmidt: "Nenhum país industrializado, nem do Leste, nem do Oeste, pode dar-se ao luxo, nas próximas décadas, de excluir uma fonte suplementar de energia, mesmo que ainda tenha pouca significação."

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — V.Exª será atendido.

Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (MDB — RJ. Para uma comunicação.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na última terça-feira, em Trujillo, sua cidade natal, foram supultados os restos mortais de Haya de La Torre, sem favor uma das mais universais figuras políticas do Continente, nesses últimos cinquenta anos. Não tendo jamais exercido o Poder, embora por três vezes disputado a Presidência da República, e duas vezes impedido de exercê-la, apesar de vitorioso, Haya de La Torre construiu na oposição, no exílio, na adversidade, o mais poderoso Partido da América do Sul, capaz de não perecer durante os regimes ditatoriais que também no Peru têm medrado.

Vi-o, Sr. Presidente, vai por quase vinte anos, em meio à apoteose com que dezenas de milhares de peruanos o saudavam entusiasticamente, na am-

pla Praça de República, de volta de um de seus exílios, e lhe bebiam as palavrões e lhe acompanhavam, durante cerca de seis horas, entre aclamações ruidosas, os gestos do orador magnífico, sedutor, culto, semeador de idéias sempre renovadas e de dedicações jamais interrompidas. Estive na Casa do Povo, onde APRA reunia seus correligionários, assistindo-os política, social, moralmente durante todo o ano.

Se não foi permitido a Haya de La Torre dirigir os destinos de seu país, pelos tropeços de sua acidentada carreira política, reservou-lhe o destino a graça de ser, no mês passado, o primeiro signatário da nova Constituição, que presidirá por diante os destinos do povo peruano, já convocado para eleger, pelo voto direto, seus altos mandatários.

**O Sr. Paulo Bressard** (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Nelson Carneiro?

**O SR. NELSON CARNEIRO** (MDB — RJ) — Com muita honra.

**O Sr. Paulo Bressard** (MDB — RS) — Na homenagem que V. Exª presta a Haya de La Torre, este grande Líder político sul-americano, que não o faça apenas em seu nome pessoal, mas no dos seus companheiros de Bancada, particularmente o meu.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (MDB — RJ) — Agradeço a V. Exª, e já agora, Sr. Presidente, falo em nome do Movimento Democrático Brasileiro, na homenagem a este eminente homem público do continente.

O Governo de seu país outorgou-lhe a mais alta de suas comendas e lhe prestou, na hora da morte, as mais justas homenagens, mas vida não lhe sobrou para que examinada fosse a proposta dos integrantes do Parlamento Latino-Americano, interessados em conferir-lhe merecidamente o Prêmio Nobel.

Aqui fica Sr. Presidente, a homenagem de quantos conheceram e acompanharam, ou apenas acompanharam, a trajetória atribulada e brilhante do eminente homem público Haya de La Torre, que deixa às atuais e futuras gerações um exemplo duradouro de que vale, apesar de tudo, lutar e sofrer pelas idéias. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (ARENA — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto ao tema da energia. E o faço por entender que a conjuntura nacional está a exigir de todos nós uma participação objetiva capaz de trazer um desafogo, uma esperança de que afinal o problema energético do nosso País pode ter solução. E a curto prazo.

Começemos pelos combustíveis.

O nobre Líder Jarbas Passarinho citou aqui os números, que são alarmantes. Teremos de desembolsar nada menos de sete bilhões de dólares para importar petróleo necessário ao nosso desenvolvimento. Disse, ainda, com muita precisão, que necessitamos de todo o dinheiro resultante das exportações da soja, do café, dos minérios, para cobrir aquela cifra, aumentada assustadoramente, por razões que conhecemos.

Sr. Presidente, tive oportunidade de citar aqui os resultados de pesquisas que encomendamos, quando Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, à Universidade do Ceará e a outras universidades.

Assim, trouxe a esta Casa a importante descoberta de que é possível utilizar-se álcool etílico nos motores diesel, bastando para isto lançar mão de aditivo, derivado do próprio álcool: o nitrato de amila.

Temos aí um caminho seguro para a alternativa de um combustível não derivado do petróleo e, além do mais, renovável.

A outra informação não menos importante que trouxe ao conhecimento deste Plenário, também resultado daquelas pesquisas, é que o marmeleiro negro, abundante em todo o Nordeste, é capaz de fornecer um e meio por cento de seu peso, de óleo diesel, e cerca de cento e oitenta litros de etanol por tonelada de produto seco.

Estes números por si só estão a indicar que temos em mãos uma riqueza incomensurável, capaz de ser explorada imediatamente, pois a tecnologia para o seu aproveitamento já está desenvolvida pela equipe técnica da Universidade do Ceará.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, basta a comparação: uma tonelada de cana ou mandioca não produz mais do que sessenta ou setenta litros de álcool; o marmeleiro produz cento e oitenta, praticamente três vezes mais, além de outros subprodutos como a lignina, que é também um excelente combustível.

Não estamos advogando que se abandone a produção do álcool, partindo da cana ou mandioca, mas, isto sim, que se incremente com rapidez um programa de miniusina em todo o Nordeste, de capacidade entre quarenta e cinquenta mil litros/dia para extração de álcool do marmeleiro, usinas estas que podem ser fabricadas no próprio Nordeste em tempo útil para que possamos enfrentar o problema com objetividade.

Com efeito, agora mesmo, em Caucaia, no Ceará, está sendo montada uma miniusina de doze mil litros/dia para efeito demonstrativo, usina esta resultante dos recursos que alocamos, quando Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, agora complementados com verbas da ELETROBRÁS.

Afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso problema é na corrida contra o tempo. Não podemos esperar que em 1985 tenhamos atingido apenas vinte e cinco por cento de nossas necessidades, em etanol. Devemos perseguir os cinquenta por cento em menor tempo, e isto entendendo perfeitamente possível, se os Governos e empresários do Nordeste entrarem nesta batalha advogando, desde já, a alocação de recursos para a construção destas usinas, numa média de, no mínimo, cento e vinte usinas de quarenta mil litros/dia em cada Estado, a saber: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia; e cem para Sergipe e Alagoas, que já possuem volume expressivo de usinas de açúcar.

Isto representaria uma produção anual de cerca de um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de litros em cada um dos seis Estados, e dois bilhões e quatrocentos milhões em Sergipe e Alagoas. Atingiríamos, assim, a cifra de onze bilhões de litros de álcool por ano a partir do marmeleiro, nos oito Estados do Nordeste aqui citados.

Os investimentos não ultrapassariam os quarenta e seis bilhões de cruzeiros a serem gastos em três anos, e asseguraríamos emprego, em cada Estado, a cerca de vinte mil famílias ou cem mil pessoas.

Distribuindo estas usinas pelas regiões de terras mais improdutivas dos diferentes Municípios, estaríamos contribuindo, aí sim, para a situação do homem do campo, naquele sofrido Nordeste, sem necessidade de medo de seca e com um salário altamente compensador.

Com efeito, Sr. Presidente: o marmeleiro vive e se reproduz com um mínimo de duzentos milímetros de precipitação anual. Não necessita de replantio, pois de cada haste cortada brotam duas, e em quinze meses estão em condições de novo corte.

Finalizando, desejo informar a este Plenário mais uma descoberta da equipe química da Universidade do Ceará, a respeito do marmeleiro.

É que, Sr. Presidente, aquele miraculoso arbusto, dádiva da natureza, repito, no sofrido Nordeste, detém em suas fibras três produtos farmacêuticos do mais alto valor, que poderão se transformar em poderosa arma a serviço da ciência médica.

Estes produtos, desconhecidos até agora, foram separados nos laboratórios de uma universidade americana, a pedido da Universidade do Ceará: trata-se de um poderoso bactericida, de um não menos potente germicida e, por fim, de um digestivo de inestimável ação terapêutica.

Talvez o álcool, o óleo diesel e a lignina extraídos do marmeleiro venham a ser subprodutos, face ao valor comercial que esta descoberta representa.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, conclamando os nobres Pares desta Casa, principalmente os do Nordeste, para cerrarmos fileira em torno desta idéia que aqui lanço: o aproveitamento imediato do marmeleiro através de pequenas usinas espalhadas em todo o interior do Nordeste.

Estou certo de que, aprovada esta idéia, estaremos contribuindo de maneira prática e objetiva para ajudar o Governo do eminente Presidente Figueiredo a dar solução, em curto prazo, ao problema do combustível, fator decisivo para o desenvolvimento de nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Através da Mensagem nº 127, de 1979, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Tcheco-Eslováquia.

Para apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 1979

**Elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural que ingressa no regime do INPS, acrescentando parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, o seguinte:

“Parágrafo único. A restrição contida no artigo não será aplicável aos que tendo exercido atividades no meio rural reguladas pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971 e sem direito aos benefícios nela previstos, dentro de cinco anos, adquirirem a qualidade de segurados obrigatórios do INPS.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

Visa o presente projeto eliminar discriminação entre o trabalhador que perde o vínculo com o INPS e readquire a qualidade de segurado com idade igual ou superior a 60 anos e o trabalhador vinculado à Previdência Social Rural e que adquire posteriormente a condição de segurado do INPS.

Inicialmente, quando promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), apenas os segurados-empregadores (titulares de firma individual e outros) estavam sujeitos a limite de idade para ingresso no sistema da previdência social.

Foram numerosas as alterações introduzidas, sobre o assunto, na legislação previdenciária, como veremos a seguir:

### “DECRETO-LEI Nº 710, DE 28 DE JULHO DE 1969

Art. 4º Após completar sessenta anos de idade, quem se filiar ao sistema geral da previdência social somente fará jus ao pecúlio de que trata o § 3º do art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Parágrafo único As contribuições do segurado pelo exercício de outro emprego ou atividade que venha a iniciar após completar 60 anos de idade não serão computadas para efeito de salário-de-benefício, e somente darão direito à percepção do pecúlio de que trata este artigo.

### LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, COM A ALTERAÇÃO DETERMINADA PELO ART. 1º DA LEI Nº 5.890, DE 08 DE JUNHO DE 1973:

Art. 5º .....

§ 3º Após completar sessenta anos de idade aquele que se filiar à previdência social terá assegurado, para si ou seus dependentes, em caso de afastamento ou morte, um pecúlio em correspondência com as contribuições vertidas, não fazendo jus a quaisquer outros benefícios.”

### LEI Nº 5.890, DE 08 DE JUNHO DE 1973

Art. 18. O disposto no § 3º do art. 5º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, não se aplica ao antigo segurado que, tendo perdido ou vindo a perder essa qualidade, se filiar novamente ao sistema geral da previdência social no máximo 5 (cinco) anos depois, desde que não esteja filiado a outro sistema de previdência social.”

### LEI Nº 6.243, DE 24 DE SETEMBRO DE 1975

Art. 2º Aquele que ingressar no regime da Lei Orgânica da Previdência Social após completar 60 (sessenta) anos de idade terá, também, direito ao pecúlio de que trata o artigo anterior, não fazendo jus, entretanto, a quaisquer outras prestações, salvo o salário-família, e os serviços, bem como o auxílio-funeral.”

Desse modo, o trabalhador que perde o vínculo com o INPS e readquire a qualidade de segurado com idade igual ou superior a sessenta anos dentro do prazo máximo de cinco anos, não sofre quaisquer das restrições a que se refere o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, ou seja, não fica privado da obtenção de abonos, auxílios e aposentadoria, satisfeitas as demais exigências legais.



Todavia, o mesmo não ocorre quando o trabalhador estava vinculado à Previdência Social Rural e adquire posteriormente a qualidade de segurado do INPS.

A discriminação é evidente e não deve prevalecer principalmente numa época como a atual em que a modernização das atividades agrárias libera cada vez maior número de braços que se transferem, necessariamente, para as atividades urbanas, processo que se desenvolve há mais de trinta anos e que está longe de atingir o seu ápice.

Daí a oportunidade do presente projeto.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — Senador **Franco Montoro**.

(*Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 1979

— Complementar —

**Altera a redação do inciso III do art. 108 da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979, referente à competência dos Tribunais de Alçada.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 108 da Lei Complementar número 35 de 14 de março de 1979, passa a ter a seguinte redação:

“Atribui-se-á aos Tribunais de Alçada competência restrita, não excedente, em matéria penal, às contravenções ou crimes punidos com penas de prisão simples, multa e detenção, isoladas ou cumulativas; e, em matéria cível, a recursos nas ações relativas a acidentes do trabalho, locação, alienação fiduciária, direito cambiário e de procedimento sumaríssimo em razão da natureza da causa.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor à data de sua publicação.

### Justificação

A Constituição de 1946 permitiu aos Estados criar “tribunais de alçada inferior às dos Tribunais de Justiça”. A primeira unidade federativa a criá-lo foi São Paulo, que instalou um Tribunal de Alçada a 11 de agosto de 1951, com 15 juízes, elevados em dezembro de 1954, para 23 e, em 1963, para 38. Na prática, parece não ter dado resultado tribunal com tantos juízes, sem especialização. Foi esse primeiro Tribunal de Alçada desdobrado em três, um Criminal e dois cíveis. Os resultados efetivos da criação desses Tribunais de alçada inferior à do Tribunal de Justiça foram tão bons, que os Estados da Guanabara, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul também criaram Tribunais de Alçada, para desafogar os Tribunais de Justiça e permitir à segunda instância dar vencimento ao número cada vez maior de recursos. O acerto da fórmula constitucional foi revelado pela eficiência desses chamados tribunais inferiores de segunda instância que, sem atividades administrativas quanto à distribuição da justiça na primeira instância, podiam oferecer maior rendimento no julgar. Com isso, na opinião do saudoso Ministro J. G. R. Alckmin, surgiu a possibilidade desses órgãos judiciários de nível “pela competência que lhes for atribuída, desempenhar a maior atividade judicante de segundo grau, decidindo soberanamente sobre questões de fato relevantes e a interpretação de leis estaduais” (Conferência publicada em Problemas Brasileiros, nº 149). Talvez por isso, recomendação no sentido da extinção dos referidos órgãos, não foi aceita pela Emenda Constitucional nº 7, de 1977, que manteve a autorização para a lei estadual criar “Tribunais inferiores de segunda instância, observados os requisitos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional”. Tais requisitos deveriam visar à celeridade da distribuição da justiça em segundo grau, sem permitir que aos Tribunais de Alçada se atribuisse competência sobre matéria relevante, notadamente quanto às leis estaduais, que não comportam reexame pelo Supremo Tribunal Federal. Não se pode esvaziar os Tribunais de Alçada já existentes nos Estados, sob pena de contrariar o espírito da própria Emenda Constitucional nº 7/77. Com a atual redação do inciso III do art. 108 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, isso vai acontecer na maior parte dos Estados. Esse dispositivo, ao mesmo tempo que restringiu por demais a competência dos Tribunais de Alçada, deu-lhe a mais relevante competência para a interpretação das leis estaduais, ao reservar-lhe a matéria fiscal. Também enseja oportunidade para surgir na segunda instância interpretações colidentes entre os dois tribunais, que terão de apreciar feitos da mesma natureza, desde que de procedimento sumaríssimo em razão do valor da causa. (CPC, art.

275, I). A alteração ora proposta tem por objetivo obviar esses inconvenientes e manter os Tribunais de Alçada desempenhando a sua importante e necessária função. Tira-se-lhe a competência para julgar matéria fiscal, que comporta complexidades de monta e dá-se-lhe competência para julgar ações de interesse exclusivamente privado, de trato comum e mais numerosas. Limita-se o julgamento ao das ações de procedimento sumaríssimo em razão da natureza da causa, (CPC, art. 275, II) e acrescenta-se disposição relativa à alienação fiduciária e ao direito cambiário. Desta forma, fica reservado aos Tribunais de Justiça, que constituem os órgãos de cúpula do Poder Judiciário dos Estados, com o dever de organizar, dirigir e orientar a distribuição da justiça estadual, o julgamento das causas mais complexas e menos numerosas, e aos Tribunais de Alçada o das causas que avultam em número e são de menor complexidade.

Preferiu-se dizer “atribuir-se aos Tribunais de Alçada competência restrita, não excedente a” ao invés de “limitar-se a competência do Tribunal de Alçada” porque esta última já recebeu interpretação segundo a qual os Estados não podem conferir competência menor que a fixada na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A outra deixa claro que os Estados, dentro dos limites fixados, farão a repartição da competência que lhes convier.

São razões relevantes que indicam e recomendam a aprovação do projeto.

Sala de Sessões, 10 de agosto de 1979. **Tarso Dutra**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### Dos Tribunais de Alçada

Art. 108 Poderão ser criados nos Estados, mediante proposta dos respectivos Tribunais de Justiça, Tribunais inferiores de segunda instância, denominados Tribunais de Alçada observados os seguintes requisitos:

I — ter o Tribunal de Justiça número de desembargadores igual ou superior a trinta;

II — haver o número de processos distribuídos no Tribunal de Justiça, nos dois últimos anos, superado o índice de trezentos feitos por desembargador, em cada ano;

III — limitar-se a competência do Tribunal de Alçada, em matéria penal, às infrações a que não seja cominada pena de reclusão (VETADO) e, em matéria cível, a recursos nas ações relativas a locação e a acidentes do trabalho e a matéria fiscal, e nos concernentes a ações de procedimento sumaríssimo.

(*À Comissão de Constituição e Justiça.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Os projetos que vêm de ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário serão publicados e remetidos às comissões competentes.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — José Sarney — Helvídio Nunes — Jessé Freire — Cunha Lima — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Arnon de Mello — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Orestes Quêrcia — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrosian — Afonso Camargo — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 1976

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 1976, do Senador Nelson Carneiro, que proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro, tendo

PARECERES, sob nºs 403 a 406, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Itálio Coelho e voto vencido dos Senadores Helvídio Nunes, Wilson Gonçalves e Osires Teixeira;



— de Agricultura — 1º pronunciamento: (preliminar) solicitando audiência do Ministério da Agricultura; — 2º pronunciamento (preliminar) — ouvido o Ministério da Agricultura — solicitando audiência do Ministério das Relações Exteriores, com voto vencido em separado, do Senador Evelásio Vieira e voto em separado do Senador Roberto Saturnino; — 3º pronunciamento: favorável ao projeto, nos termos de substitutivo que apresenta, com voto vencido do Senador Evelásio Vieira.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o substitutivo da Comissão de Agricultura.

Solicito ao nobre Senador Murilo Badaró o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o substitutivo da Comissão de Agricultura.

**O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, profiro o parecer oral, aprovando a emenda substitutiva da Comissão de Agricultura, da lavra do nobre Relator, Senador Passos Porto. A emenda substitutiva é constitucional, jurídica e está rigorosamente dentro dos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Agricultura.

Completada a instrução da matéria, passaremos à sua discussão. Há sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lida a seguinte*

#### EMENDA Nº 2 (de plenário)

#### Ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 1976.

Redija-se, assim, o art. 2º do substitutivo da Comissão de Agricultura:

“Art. 2º A proibição de que trata o artigo anterior entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1981.”

#### Justificação

A redação proposta, ainda que seja a ideal, viabiliza a aprovação do projeto, nesta e na outra Casa do Congresso.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — **Nelson Carneiro.**

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Em discussão o projeto, o substitutivo da Comissão de Agricultura e a emenda que acaba de ser lida. Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

**O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG.** Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, este é um projeto de grande significação, no instante em que todo o mundo se preocupa com a caça predatória das baleias, e essas preocupações já chegaram ao Governo brasileiro, que, em decisão recente, estabeleceu a proibição objeto do projeto do Senador Nelson Carneiro, que, precocemente, entendeu oportuno trazer este tema à discussão do Senado Federal.

O assunto é de natureza econômica, Sr. Presidente, o que me permite usar de artifício regimental para algumas considerações em torno da atoarda que se está fazendo em torno da atuação do Ministro Mário Henrique Simonsen à frente da Secretaria do Planejamento. É escusado dizer que o Ministro Mário Henrique Simonsen é dos mais brilhantes homens da sua geração. Ninguém coloca em dúvida o seu alto espírito público, o seu discernimento, o seu preparo, a sua cultura e o seu dedicado amor ao País.

É natural que críticas se façam em torno de posições governamentais ou mesmo de titulares das pastas do Governo, pois que vários componentes da área parlamentar têm idéias próprias e respeitáveis sobre essas proposições.

É razoável que, num tempo de construção política, essas divergências se acentuem, até mesmo na visão que componentes de um mesmo bloco administrativo possam ter de determinada problemática.

Ontem, por exemplo, Sr. Presidente, várias críticas, partidas de parlamentares da ARENA, foram dirigidas ao Ministro Mário Henrique Simonsen. Entendemos como sendo do nosso dever ocupar a tribuna, neste instante, para ressaltar a atuação desse eminente Ministro em hora e conjuntura extremamente difíceis.

O comportamento do Ministro Mário Simonsen, antes como titular da Pasta da Fazenda e agora dirigindo o Planejamento, identificado em suas palavras quando compareceu à tribuna do Senado, por convocação da nobre Oposição, não deixa qualquer sombra de dúvida com relação a sua competência, exação e probidade.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — V. Exª vai tratar da posição do Sr. Ministro Henrique Simonsen em relação às baleias? A Mesa faz a indagação, interessada apenas em que V. Exª fique dentro do tema que está em discussão.

**O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG)** — Exatamente, Sr. Presidente.

Entendi do meu dever não deixar sem reparo as críticas que se fazem ao Ministro, críticas estas já por ele respondidas desta tribuna e de outras. Como seu companheiro político e na qualidade de quem acompanha de perto sua atuação, a seriedade, a dedicação, o empenho, o amor com que se entrega à tarefa difícil de conduzir os negócios da Secretaria de Planejamento, é que entendi do meu dever, Sr. Presidente, dar ao Ministro Simonsen uma palavra de apoio, de confiança, de estímulo, para que ele possa, continuando a sua tarefa, vencer a grande batalha em que todos se empenham contra a inflação que perturba a vida nacional e pela obtenção de melhores níveis de *performance* nos diversos setores da administração.

Por isto, Sr. Presidente, encerro as minhas considerações,...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Quer dizer que V. Exª não concederá apartes?

**O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG)** — Já, antecipadamente, manifestando o meu apoio ao Projeto do nobre Senador Nelson Carneiro.

**Or. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Concedo a palavra, para discutir o projeto, ao nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB.** Para discutir o projeto.) — Sr. Presidente, volto ao cumprimento do nosso Regimento Interno, pois, na verdade, o nobre Líder da ARENA e do Governo que acaba de se pronunciar não tratou da matéria ora em discussão. Limitou-se a uma comunicação que poderia ter feito como Líder, a respeito do noticiário em torno do pedido de demissão do Ministro do Planejamento, Sr. Mário Henrique Simonsen.

Sei, Sr. Presidente, das nobres intenções do Senador Nelson Carneiro, ao apresentar o seu Projeto de Lei, que tomou o nº 248, de 1976, e que “proíbe a pesca da baleia no mar territorial brasileiro”.

As preocupações de S. Exª, segundo a sua justificativa, são mais com os aspectos bioecológicos do assunto, tanto assim que diz textualmente:

A pesca e a caça indiscriminadas têm levado à extinção espécies inteiras de animais e peixes que viviam em nosso planeta.

Sobretudo nos últimos tempos, com o desenvolvimento de artefatos e equipamentos sofisticados, destinados a essa prática predadora, tudo somado à poluição da atmosfera e das águas, aquele processo criminoso toma velocidade e vulto.

Urge, portanto, que se tolha a sanha assassina dos humanos contra os animais, para que sejam preservadas as poucas espécies ainda existentes, mas em vias de sucumbência, como é o caso das indefesas baleias.

Esse mamífero aquático, o maior animal do mundo, é perseguido e abatido impiedosamente, até mesmo na época do ano em que procura as nossas costas para se reproduzir.

Sr. Presidente, o meu Estado, a Paraíba, é atingido, na sua economia, pela proposição do Senador Nelson Carneiro. Por isso, desejo colocar nos Anais alguns dados oficiais a respeito dos aspectos econômico-sociais da pesca da baleia no Brasil, que são aqueles que me fazem vir à Tribuna neste momento:

A partir de 1964, uma única empresa vem operando na pesca e industrialização de baleias no País, contando com uma estação terrestre localizada no município de Costinha — PB, margem do rio Paraíba, próximo de sua confluência com o mar. Um navio baleeiro de 300t de arqueação, com motor principal de 1.800 HP e 40 metros de comprimento, foi utilizado até a temporada de 1977, devendo ser desativado em 1978. Em 1977, a empresa adquiriu um outro navio para substituir o anterior, com 48,53 m e 3.200 HP de motor principal. As baleias abatidas são diariamente trazidas à estação terrestre, onde são aproveitadas integralmente, resultando os seguintes produtos, por ordem decrescente de valor de venda: charque, óleo, carne *in natura*, farinha de carne, farinha de ossos e adubo. Em 1975 a empresa elaborou três outros produtos: toucinho (uneso), cartilagem e nadadeira caudal.

As capturas de 1976 proporcionaram à empresa um faturamento de Cr\$ 26.000.000,00, correspondente às vendas de: 1.118 t de charque; 760 t de óleo; 243 t de carne *in natura*; 216,3 t de farinha de baleia; 120 t de farinha de ossos; 60,5 t de toucinho congelado; 3 t de nadadeira salgada; e 5,6 t de cartilagem.

Entre todos os produtos, o toucinho, as nadadeiras e a cartilagem são destinados ao mercado externo. Os demais atendem à demanda nacional.

O charque é tradicionalmente consumido em cidades do interior da Bahia, Pernambuco e Paraíba. (Tabela 4)

O preço médio de venda aos distribuidores, nos anos de 1972 a 1976, foram Cr\$ 2,88; Cr\$ 4,59; Cr\$ 6,43; Cr\$ 8,38 e Cr\$ 10,63 respectivamente. Ao nível de consumidor o charque de baleia alcança preços 40% inferiores ao homônimo bovino. (Tabela 5)

A carne fresca de baleia é comercializada essencialmente em João Pessoa — PB, registrando valores médios de Cr\$ 3,00, em 1973; Cr\$ 5,10, em 1974; Cr\$ 6,15, em 1975 e Cr\$ 7,68, em 1976 — preços da 1ª comercialização.

Tomando em conta os abates de 1975 e transformando a quantidade de charque em carne de baleia, a oferta de proteína animal para o consumidor nordestino foi da ordem de 2.945,9 t. Representa o equivalente ao abate de 11.784 cabeças de gado, supondo-se que seja obtido 250 kg de carne por boi.

Para um desfrute anual de 11.784 cabeças, considerando que o abate ocorre aos 4 anos de idade, seria necessário dispor-se de um rebanho de 46.992 animais, ocupando uma área de pastagem equivalente a 47.000 hectares.

Em termos nutricionais, a carne de baleia se equivale à do boi. (Tabela 6)

O óleo de baleia é comercializado em vários Estados do País para fins industriais os mais variados. (Tabela 7) Em 1973 e 1974 foram importadas quantidades de óleo de baleia da Noruega, representando um dispêndio de divisas no valor de US\$ 33.736,00 CIF no Brasil. Transformada a produção de óleo de baleia produzido no País nesses dois anos em moeda divisionária, verifica-se que houve uma economia de divisas para o País da ordem de US\$ 444.416,00.

A farinha de carne é utilizada na fabricação de rações balanceadas para a avicultura, por indústrias especializadas em Pernambuco e Paraíba (Tabela 8).

A farinha de ossos é utilizada como fertilizante, inicialmente pela Cooperativa Mista de Tomé-Açu, no Estado do Pará, mas, ultimamente, sua procura se estende a outros Estados (Tabela 9).

O toucinho congelado, a cartilagem e a nadadeira são produtos de grande aceitação para consumo humano no Japão. A produção de 1975 representou US\$ 144.270,00 de divisas para o País, através da exportação desses produtos.

Do ponto de vista de oferta de emprego, a atual pesca e industrialização da baleia mantém 78 funcionários fixos e 102 variáveis, estes durante os seis meses anuais da operação da fábrica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos que a pesca da baleia é controlada não só internacionalmente, de vez que é acompanhada pelo Comitê Internacional da Baleia que se reúne, periodicamente — e, ainda este ano, fez um conclave em Londres —, mas também no Brasil. Entre nós, há o Decreto-lei nº 221/67, principal diploma jurídico a respeito da atividade da pesca no Brasil, dispondo sobre as normas da pesca e industrialização de baleias, em cinco artigos e dois parágrafos.

Os três primeiros Artigos e seus Parágrafos dedicam-se à formação de empresas especializadas na exploração de cetáceos, sobressaltando a preocupação pelos aspectos funcionais e técnicos. Os dois últimos fazem previsões para o controle da pesca pela SUDEPE no Brasil.

O que importa, no meu entender, é que já existe uma legislação vigente em torno do assunto, que vem sendo rigorosamente cumprida pelo Governo brasileiro, tanto assim que a pesca da baleia no Brasil não é feita sem programação. Ainda para este ano foi fixada uma cota, como também para o ano de 1980, estabelecendo-se uma previsão para a sua proibição a partir de 1981.

Desejo neste passo, por maior apreço que tenha ao nobre Senador Nelson Carneiro, dizer a S. Exª que, a meu ver, a atual legislação, por ensejar uma maior flexibilidade na disciplina da matéria, parece-me mais adequada.

Chamo a atenção de S. Exª e da Casa para a Portaria nº 017, de 24 de julho de 1979, do Sr. Superintendente da SUDEPE, vazada nos seguintes termos:

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Portaria nº N-017, de 24 de julho de 1979

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso I, do Decreto nº 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, tendo em vista o disposto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, e nos artigos 6º e 33 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando a determinação do Senhor Ministro de Estado da Agricultura no sentido de que as atividades pesqueiras no Brasil se devam conter nos limites da exploração de espécies não ameaçadas de extinção, prevenindo-se quaisquer danos ecológicos que possam induzir;

Considerando que a consciência nacional repele o abate de baleias, independentemente dos benefícios econômicos e sociais decorrentes;

Considerando, todavia, que cumpre evitar perturbações econômicas e sociais na Região a que atualmente se restringe a atividade de caça de baleias e a necessidade de compensá-la com atividades que assegurem o abastecimento regional e gerem empregos em nível, pelo menos, equivalentes, resolve:

Art. 1º Interditar a caça de baleia no mar territorial brasileiro, a partir de 1º de janeiro de 1981.

Art. 2º Na data de interdição da caça de baleia, fica revogada a permissão para operação da embarcação baleeira e rescindida a concessão para funcionamento de estação terrestre da caça de baleia.

Art. 3º Serão incentivadas atividades pesqueiras alternativas à caça de baleias, no Estado da Paraíba, cabendo aos órgãos técnicos e de fomento da SUDEPE o seu atendimento prioritário.

Parágrafo único. A SUDEPE, através de seus Departamentos técnicos, articular-se-á com os órgãos públicos com atribuições no desenvolvimento econômico e social da Região, de modo a maximizar os resultados das novas atividades pesqueiras.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário. — José Ubirajara Coelho de Souza Timm

Creio, Sr. Presidente, que esta Portaria da SUDEPE, fundamentada nas leis e decretos em vigor, atende perfeitamente ao objetivo do projeto do nobre Senador Nelson Carneiro, cujos propósitos, já proclamei, são os melhores possíveis.

É, que o Poder Executivo, cingindo-se à assinatura de portarias, terá maior liberdade para atender, ao longo do tempo à adequação da interdição da pesca da baleia com os aspectos econômicos e sociais a que me referi, e que dizem respeito notadamente ao meu Estado, a Paraíba.

Com estas considerações, Sr. Presidente, solicito que a Mesa registre em Ata a minha posição pessoal, contrária ao projeto do nobre Senador Nelson Carneiro, por entender que a matéria está bem regulada em lei, em decretos e em portaria governamental.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CANEIRO (MDB — RJ. Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha presença nesta tribuna é em homenagem ao nobre Senador Humberto Lucena.

S. Exª acaba de ler a portaria da SUDEPE que extingue a pesca e a caça da baleia em águas territoriais brasileiras a partir de 1º de janeiro de 1981. A emenda oferecida ao projeto inicial e ao substitutivo da Comissão de Agricultura tem o mesmo objetivo. Apenas faz lei aquilo que atualmente é uma portaria de um órgão do Executivo. Assim fazendo, Sr. Presidente, eu tenho em conta o clamor universal contra a pesca desse cetáceo nos mares de todo o mundo.

Ainda no mês passado, em Trafalgar Square, em Londres, uma imensa multidão clamava contra os raros países do mundo que ainda permitiam a

pesca da baleia e entre eles estava, infelizmente, o Brasil. Raros são aqueles países, como a Rússia e o Japão que, ainda, se dedicam à caça predatória da baleia.

Com esta homenagem, Sr. Presidente, estou certo de que o eminente Senador Humberto Lucena ficará tranqüilo com os interesses que defende porque a emenda apenas fará lei aquilo que já é decisão do Poder Executivo. (Muito bem!)

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

*O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continua em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, declaro-a encerrada.

A matéria volta às Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura, a fim de que se pronunciem sobre a emenda de plenário, devendo figurar na Ordem do Dia da quarta sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 2:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1978 (nº 1.230/75, na Casa de origem), que altera a redação do § 2º do art. 72, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), tendo*

PARECERES, sob nºs 342 e 343, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, contrário ao projeto e ao substitutivo da CCJ.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido e aprovado o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 262, DE 1979

Nos termos dos arts. 336, inciso XIII, e 346, item 4, do Regimento Interno, requeiro preferência para votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1978.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à votação do substitutivo de acordo com a deliberação do Plenário.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão de Redação a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

*É o seguinte o substitutivo aprovado*

#### EMENDA Nº 1-CCJ

(Substitutiva)

**Altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito — passa a vigorar com as seguintes alterações:

1º — O art. 66 passa a ter o parágrafo que se segue:

“§ 3º O exame de sanidade física e mental do portador da Carteira Nacional de Habilitação será renovado a cada quatro anos, e, para as pessoas de mais de sessenta anos de idade, a cada dois anos, coincidindo seu vencimento, em qualquer das hipóteses, com o dia do nascimento do portador.”

2º — O art. 72 passa a ter o seguinte parágrafo:

“§ 5º Para os que exerçam atividades de fiscalização do trânsito exigir-se-á, além dos enumerados nas alíneas a, b, e c, desse artigo, os exames eletroencefalográfico e psicotécnico.”

3º — A alínea a e o § 2º, do art. 72, passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) de sanidade física e mental, fornecido pelos órgãos de saúde pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.”

“§ 2º O exame de sanidade física e mental terá caráter eliminatório.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976 — Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Legislação Social**, favorável ao Projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

Tratando-se a matéria de projeto de lei complementar, depende para sua aprovação, nos termos regimentais, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa.

A votação far-se-á pelo processo eletrônico. Para tanto, solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus respectivos lugares.

Os Srs. Líderes votarão em primeiro lugar e em seguida os demais Srs. Senadores.

*Procede-se à votação.*

#### VOTAM “SIM” OS SRS. SENADORES:

Paulo Brossard — Almir Pinto — Adalberto Sena — Dirceu Cardoso — Evandro Carreira — Evelásio Vieira — Gilvan Rocha — Henrique Santillo — Humberto Lucena — Itamar Franco — Mauro Benevides — Nelson Carneiro — Pedro Simon.

#### VOTAM “NÃO” OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Affonso Camargo — Bernardino Viana — Gastão Müller — João Calmon — Jutahy Magalhães — Passos Porto — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Votaram “SIM” 13 Srs. Senadores e “NÃO” 8 Srs. Senadores. Não houve *quorum*.

A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão.

Em consequência da falta de número, ficam igualmente adiados os demais itens da pauta, todos em fase de votação.

*São os seguintes os itens cuja votação é adiada:*

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que “estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências”.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1977, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 256 a 258, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Wilson Gonçalves e Osires Teixeira;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

*O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

*O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Com a palavra o Senador Járbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Afinal, atraído a este Plenário especialmente pela palavra do Senador Dirceu Cardoso, na sua erudita exposição sobre o problema nuclear, vi-me enredado ora por aplausos que me foram dirigidos pessoalmente, ora por provocação à figura do Líder do Governo.

Aos aplausos, já agradei, Sr. Presidente; às provocações, atenderei agora.

Atenderei, como disse ao nobre Senador pelo Amazonas, em primeiro lugar, para fazer sentir a minha discrepância do julgamento de S. Exª a respeito da figura do eminente Professor Mário Henrique Simonsen. E houve um momento mesmo, em que o Senador Evandro Carreira, preocupado com a figura do antigo Ministro da Fazenda e agora Ministro do Planejamento, confundiu-lhe o nome ou o sobrenome, por um momento, com o do ilustre Líder pelo Rio Grande do Sul, o Senador Pedro Simon ou Pedro "Simon," porque S. Exª permite que a pronuncia se a à escolha ou à conveniência da prosódia de cada um. E como, na origem do nome, Simonsen, que não é vernáculo — como V. Exª sabe — significa exatamente pois, filho de Simon, sendo Simonsen esta confusão me parece perfeitamente cabível, sendo que, na verdade, até as circunstâncias se alterariam bastante, porque seria Simonsen, filho de Simon e Simon seria o Senador que também ajuda a atacar Simonsen na Casa.

Feita essa ligeira digressão, eu lembraria ao Senador Evandro Carreira que esta Casa compareceu o Ministro Mário Henrique Simonsen e naquela tribuna ficou dois dias, duas tardes seguidas para responder a todas as perguntas dos nobres Senadores, inclusive, às objeções feitas pelos nobres Senadores da Oposição. E basta termos um mínimo de isenção no julgamento para retermos as notas taquigráficas e o *Diário do Congresso Nacional* que publicou aqueles debates tão interessantes. O que vamos verificar é que S. Exª respondeu de maneira absolutamente cabal a todas as inquirições que lhe foram feitas, ou, senão a todas, a quase todas, que ninguém é perfeito em cobrir todos os campos de que participou no debate.

Vejo que se apressa em me pedir um aparte o nobre Senador por Santa Catarina, mas já o darei. Vou proporcionar até ao contrário, vou proporcionar mais meios para que V. Exªs possam me destruir mais facilmente, porque se eu estiver errado quanto mais falar mais argumentos darei à Bancada da Oposição.

Quero salientar, aqui, pontos que, em primeiro lugar, respondem à forma borbulhante pela qual o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul fez o registro da minha afirmativa. Chegou S. Exª até a dizer que era bombástica a minha afirmativa e que até ganharia amanhã manchetes nos jornais. Quem sabe com essa insinuação eu possa chegar às manchetes do jornal. É bem provável, com um reforço tão grande, um prestígio tão forte e tão indiscutível no País.

Mas, por outro lado, eu diria que as discussões técnicas foram aqui desenvolvidas pelo Ministro Simonsen com respostas a perguntas que ele permitiu fossem feitas com o maior sentido liberal, independentemente daquilo que o nosso rígido Regimento recomenda. Em vez de haver apenas as perguntas do questionário que deve ser do conhecimento do Ministro no mínimo 30 dias antes, ele respondeu sobre tudo; respondeu até sobre política demográfica, nesta Casa.

**O Sr. Pedro Simon** (MDB — RS) — É verdade.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA) — Se respondeu de maneira que agrada a Oposição, ou não, é outra coisa.

**O Sr. Evelásio Vieira** (MDB — SC) — Ah! aí é que está!

**O Sr. Pedro Simon** (MDB — RS) — Mas respondeu. Respondeu categoricamente como senhor do poder.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA) — Terei muito prazer, nobre Senador Pedro Simon, de lhe dar a palavra mediante o nosso jogo democrático de pedido de aparte, porque não quero perder a palavra de V. Exª.

Acho que ele agradeu e desagradou. Agradou a Oposição quando ele pode ter dado a impressão que não respondeu bem, e desagradou fundamentalmente quando ele literalmente pulverizou as perguntas que lhe foram feitas aqui. Foram duas tardes brilhantíssimas do Ministro.

Agora, em vez de ficar falando palavras, palavras e palavras, e apenas conceitos meramente de valor, por que não definirmos as coisas em termos concretos? Porque não temos a coragem de dizer a ele, como dizemos aqui, que a sua política salarial é um fracasso, é um erro. Sim, mas prove-se. Sim, mas se argumente com dados positivos. Ao contrário, o que vi aqui foi S. Exª mostrar, aí sim, como Ministro da Fazenda que ele era e Ministro do Planejamento que é agora, vi S. Exª mostrar coincidência com o ponto de vista de homens do MDB que, provavelmente, trazidos agora à baila, vão tornar um pouco incômoda a posição de V. Exas. São homens do MDB e Simonsen não se considera um economista, ao contrário, ele se considera um economista, mas não um economista.

**O Sr. Pedro Simon** (MDB — RS) — Embora seja.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA) — Perdão, vou sempre perder o aparte de V. Exª e vou, outra vez, me voltar para ouvi-lo. Gostaria de ouvi-lo. V. Exª enriquece a minha participação.

**O Sr. Pedro Simon** (MDB — RS) — Apenas, digo, S. Exª o Ministro Simonsen não se considera, embora seja um economista.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA) — Mas, olhe, é afirmativa, é afirmativa de pai para filho. É afirmativa de Simon para Simonsen.

**O Sr. Pedro Simon** (MDB — RS) — Correto.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA) — É afirmativa de professor para aluno. Mas, ao lado disso, onde está o fundamento da afirmativa? Não existe. É mera afirmativa.

Aqui, nesta Casa, o nobre Senador Roberto Saturnino, autor de um livro, não pôde, certa vez, deixar de concordar comigo, pois eu estava concordando com ele, eu estava lendo o livro dele, e era ele que, na página 69, do seu próprio livro: "Discurso ao Democrata" diz lá:

"O nosso modelo deve ser distributivista, mas não se enganem — já sei decor — aqueles que pensam que o aumento de salário muito acima do custo de vida e produtividade, será um bem, porque, ou será imediatamente erodido pela inflação crescente, ou o que é pior — diz S. Exª — levará, inevitavelmente, à falência da empresa média e da empresa pequena."

Ora, é S. Exª quem diz.

Outro economista do MDB, que escreveu muito como economista — e V. Exª não o chamaria, nobre Senador Evandro Carreira, de economista, porque ele é estruturalista, — que é hoje o Deputado Suplicy, na Assembléia Legislativa de São Paulo — escreveu um artigo sobre isso, mostrando o absurdo, a ilusão que é pensar que se pode dar aumento de salário de 90, 100, 120% para uma produtividade que corresponda a 30, 40, 50%.

E isso, representará o quê? Um mal pelo qual toda sociedade pagará; toda ela pagará, porque não adianta querer ser simpático com determinado grupo de pressão mais forte, e fazer um tipo de política elitista de salário, que satisfaça a esse grupo minoritário e pelo qual, entretanto, todos pagaremos. É um exemplo clássico.

Já disse uma vez nesta Casa, não posso condenar, e recebi aqui com o maior carinho o nobre Senador Pedro Simon, não posso condená-lo pelos erros do PTB; S. Ex<sup>a</sup> tinha 10 anos de idade, àquela época; portanto está absolvido pela faixa etária. Mas, na verdade, o que acontecia? Em 1963 deram-se aumentos de 87% aos metalúrgicos de São Paulo, e os alfaiates tiveram zero de aumento; os padeiros tiveram menos de 17%, apesar de que o alfaiate, cruzando as tesouras, tem menos poder de barganha que o padeiro fazendo greve, porque do pão nosso é que vivemos também.

Ora, a minha colocação causou tanta estranheza ao nobre Senador Pedro Simon, que eu a repetiria tranquilamente, Senador Evandro Carneira, porque foi a V. Ex<sup>a</sup> que eu dei como aparte. O Ministro Simonsen, como Ministro da Fazenda, tinha, e todos sabem, um opositor às suas idéias, no Ministro da Indústria e do Comércio. Isso hoje é louvado pelo MDB porque o Ministro da Indústria e do Comércio saiu ontem da condição de Ministro da confiança pessoal do Presidente Geisel para, depois, ingressar no movimento, em relação à candidatura do nobre Senador Magalhães Pinto, à Presidência da República e, em seguida, abandonou o nobre Senador Magalhães Pinto e ingressou hoje, como cristão novo, nas hostes do MDB.

O Ministro da Indústria e do Comércio batia-se ostensivamente, portanto não é escândalo para ninguém, não há aquela aberração a que se referiu o Senador Pedro Simon. Não havia porquê. Então, o Ministro dizia claramente que discordava do Ministro Mário Simonsen porque ele era partidário do reforço de uma economia visando o mercado interno. E essas diretrizes chocavam-se com aquelas, saídas do Ministro da Fazenda.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Por isso ele foi afastado, porque o Ministro prepotente, todo-poderoso era o Ministro Simonsen; quem dele discordou foi afastado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> acredita que sim, mas possivelmente V. Ex<sup>a</sup>, apesar da Oposição, devia ter maior intimidade, maior cheiro de intimidade com o Presidente Ernesto Geisel do que eu. Com certeza teria, e deve saber as razões pelas quais o Presidente Ernesto Geisel fez essa demissão. É uma questão de cheiro de intimidade.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Não, é questão da nota que o ex-Ministro deu à imprensa; ele renunciou porque os seus pontos de vista não eram acatados pelo Governo. Então, ele foi afastado. É a nota dele, é a palavra dele. Quanto ao cheiro do Presidente Ernesto Geisel eu posso dizer que sempre estive a distância. V. Ex<sup>a</sup> é que pode dar o testemunho à Nação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Eu estou sendo brindado com os apartes sucessivos de V. Ex<sup>a</sup>, no estilo do contra-ataque sem autorização prévia. Mas como já disse, isso enriquece a minha posição. Apenas acho que a primeira parte da minha resposta, que deve prolongar-se por outra ocasião, é mais voltada, nobre Senador Evandro Carneira, para a surpresa, e mais que a surpresa, o espanto, e mais do que o espanto, a perplexidade, aqui definida pelo Senador pelo Rio Grande do Sul...

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Eu gostaria de concluir, porque senão ficarei um orador sem oração principal, e não há coisa pior na vida do que um orador sem oração principal.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Não, pior do que isso é não poder dar-se um aparte.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> Interrompo com prazer. Seguro o meu predicado enquanto ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Vamos ao dado concreto. V. Ex<sup>a</sup> afirmou que o Sr. Simonsen, em muitas e muitas oportunidades, teve dificuldades em seus pontos de vista, teve problemas internos na ordem governamental, dando a entender que aquilo que ele desejava não pôde ser posto em prática. Afirmando e repito: o Sr. Simonsen, perante a imprensa, perante os quadros políticos da Nação, foi o grande responsável pela economia, pelas finanças deste País no Governo Geisel. O fato de ele ser Ministro da Fazenda, e não Ministro do Planejamento, nada significa. No Governo Castello Branco, o Sr. Roberto Campos era Ministro do Planejamento, e era o homem-todo-poderoso. No Governo Costa e Silva e no Governo Médici, o Sr. Delfim Netto era o Ministro da Fazenda, e todos sabem que passou para o Sr. Delfim Netto o controle, apesar de ser Ministro da Fazenda. No Governo do General Geisel, continuou o controle no Ministro da Fazenda, então o Sr. Simonsen, que agora Ministro do Planejamento — a Imprensa toda notícia, e sabemos disto — é o homem que controla a vida política e

econômica da Nação. Diz V. Ex<sup>a</sup> muito bem: o Sr. Simonsen, falou, durante duas tardes, nesta Casa, e falou tranquilamente, praticamente dando o pensamento oficial do Governo. Em nenhuma oportunidade ele falou sobre problemas de ordem interna, porque todos sabemos que, quando houve problemas de ordem interna — e V. Ex<sup>a</sup> disse bem, houve — quando o Ministro da Indústria e do Comércio discordou do Ministro do Planejamento, o que foi que aconteceu? A Imprensa toda acompanhou, todos nós acompanhamos, as posições do Ministro da Indústria e do Comércio não foram aceitas, e chegaram a tal ponto que S. Ex<sup>a</sup> saiu do Ministério. Então, o Sr. Simonsen foi o grande responsável. E pode-se argumentar com qualquer título, V. Ex<sup>a</sup> pode trazer a crise mundial, a crise interna, qualquer outro argumento, menos um: que ele não era o senhor-todo-poderoso, por parte do Governo, do General Geisel.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Pois, nobre Senador Pedro Simon, este discurso que estamos proferindo juntos, faz com que se...

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Talvez disso a Nação precise: trabalhar a quatro.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Por enquanto, dizia a dois. Como V. Ex<sup>a</sup>, realmente, merece ser três, estamos a quatro, quando somos dois que falamos.

Neste discurso que estamos a fazer juntos, V. Ex<sup>a</sup> brinda aqueles nossos companheiros que não estavam presentes ou o ouviram pelo microfone — e noto um reforço de posições na Bancada do MDB, com certa demonstração de solidariedade...

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Não. Peço-lhe desculpas. É que fazia tanto tempo que não tínhamos a alegria de vê-lo na tribuna que, ao noticiarem os microfones a presença de V. Ex<sup>a</sup>, todos nós corremos para ter a satisfação de ouvir o nobre colega. É isso que deve ter acontecido: estávamos com saudades de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Nobre Senador, hoje é dia nove. Todos estivemos longe durante o mês de julho. V. Ex<sup>a</sup> já me viu aqui, vai-me ver mais vezes, mas não me faça a injustiça, de forma obliqua, de me considerar pouco zeloso para com meus deveres de plenário.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Pelo contrário, Senador. É um elogio.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Estou ávido, também, em atender à afeição de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, de modo geral, o interlocutor leva o orador ao seu timbre de voz e ao seu estilo.

Há, aqui, debatedores — diria — mais tranquilos, mais serenos, do que nós dois, e há aqueles do nosso estilo. Não poderia fugir a estes. De modo que, quando encontro um do mesmo estilo, arrebatado, veemente, e, evidentemente, mais novo do que eu, e, como tal, um pouco mais açodado, entrego-me de corpo inteiro a esse tipo de debate.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> ter lembrado. Ter para os que não se encontravam no plenário o que se disse. Só que V. Ex<sup>a</sup> me lembra, apesar da velha frase do tradutor e do traditório, V. Ex<sup>a</sup> me lembra uma velha frase de alguém sobre um tradutor: de modo geral, esse tradutor não apenas traduzia o romance ou a obra de ensaio que fosse, como enxertava. Ele traduzia e ampliava.

Quando V. Ex<sup>a</sup> me interpretou ainda há pouco, senti-me nessa fase de traduzido e ampliado. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, porque — aliás — a versão ampliada fica mais bonita do que a anterior. Só que discrepa um pouco daquilo que eu debatia com o nobre Senador Evandro Carneira.

Não disse, em nenhum momento, que o Ministro Mário Simonsen por várias vezes se sentiu incapaz de conduzir. Comecei a dizer, se o nobre Senador Evandro Carneira está lembrado, que, em quatro dos cinco anos do Governo do Presidente Ernesto Geisel, que o Ministro da Fazenda não teve, exatamente, este papel a que se refere agora, com tamanha ênfase, o nobre Senador Pedro Simon.

O Ministro da Fazenda expunha pontos de vista, e muitas vezes era derrotado nos seus pontos de vista, o que levou o Mestre Eugênio Gudín e ainda há pouco citei o nobre Senador Roberto Saturnino, tendo o cuidado de dizer que S. Ex<sup>a</sup> saudara afetuosamente, e não ideologicamente, o Professor, como o Professor, o Mestre Gudín — o que levou o Mestre Gudín, repito, a escrever, mais de uma vez, artigos, em que ele dizia que não era possível responsabilizar-se um Ministro da Fazenda pela Economia nacional, se ele não fosse o Ministro da Economia. O que era essa frase, que o nobre Senador Evandro Carneira considerou como um resíduo de senilidade? Com esta frase, Mestre Gudín queria apenas argumentar que, em matéria de Econo-



mia, ou há um controle global das coisas, ou está fadada a insucesso política que seja apenas sintonizada.

Era este o argumento do nobre Professor Eugênio Gudín, e que não me parece desarrazoado, absolutamente.

Tanto isto é verdade que agora me dirijo, outra vez à memória do Senador Pedro Simon, até então viva, até então precisa, ainda não marcada pelas ciladas daqueles que, como nós, começam a entrar na velhice e, conseqüentemente, podem esquecer-se dos fatos mais recentes; tanto isto é verdade — repito — que, no último ano do Governo Geisel, o Ministro Simonsen foi investido ostensivamente dos poderes de controle sobre toda a área econômica do Governo.

Havia queixas, inclusive nesta Casa — se V. Ex<sup>a</sup> recorrer aos Anais da época, quando ainda não ilustrava esta Casa, como hoje o faz — havia queixas enormes contra o procedimento do Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Havia críticas ao Ministro Reis Velloso, da mesma maneira como estou ouvindo agora críticas ao Ministro Mário Simonsen.

Admito, como disse ainda há pouco, as críticas por divergências, as críticas conceptuais. Essas divergências conceptuais havia, mas havia também, divergências de ordem talvez menor, que levavam muitas pessoas a escrever nos jornais que o Ministro Simonsen não desempenhava o mesmo papel que o Ministro Delfim Netto desempenhava quando Ministro da Fazenda.

Ainda agora V. Ex<sup>a</sup> falou em senhor todo-poderoso.

Recordo-me quantas críticas recebeu o Governo do Presidente Castello Branco, por se considerar que o seu Ministro do Planejamento era todo-poderoso, era o primeiro-violino da orquestra.

De maneira que se paga por fás e por nefas.

Se fosse o todo-poderoso, seria, então, o primeiro-ministro, que era incabível e descabido numa vida ou num estilo presidencial.

Voltando à tese desenvolvida pelo Senador Evandro Carneira, caracterizo que nós podemos estar iludindo na busca de bode expiatório. Esta, a tese que humildemente quis aqui colocar.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Só temos os árabes.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Não só os árabes. De fato, a OPEP tem sido muito generosa conosco. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Somos profundamente injustos com a OPEP. Ela nos tem cobrado tão pouco pelo petróleo, que V. Ex<sup>a</sup> tem...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Estou falando em bode expiatório, e V. Ex<sup>a</sup> está...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Sim, bode expiatório, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão em achar que usamos os árabes como bode expiatório e, conseqüentemente, como a explicação para, através de um biombo, esconder a verdade, que seria ineficiência do Governo...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — V. Ex<sup>a</sup> é quem diz.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Não. Estou agora fazendo um pouco o estilo do Senador Pedro Simon, estou traduzindo V. Ex<sup>a</sup> (Risos.) Se acrescento, me desculpe, retiro o acréscimo.

No entanto, um fato é patente: quantas vezes ouvi o nobre Senador Roberto Saturnino, que a todos nós dá lição de Economia e de outras coisas, mas fundamentalmente de Economia, quantas vezes ouvi o nobre Senador Roberto Saturnino chamar a atenção para o endividamento externo deste País, e para o perigo que seria o pagamento, em curto prazo, de todas as nossas obrigações com juros e principal. Quando chegamos a juros e principal da ordem de 7, 8 e 9 bilhões de dólares, isso é apontado pelo Partido que V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem como sendo um desastre nacional.

Neste ponto abro um parêntese. Se o nobre Senador Pedro Simon saudou a minha presença — e creio que não o fez com malícia — também saudou o reingresso de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa com o maior sentimento fraternal. Sentimos muitas saudades de V. Ex<sup>a</sup>, e até nos desestimulamos, certas vezes, devido à ausência do nobre colega. A presença de V. Ex<sup>a</sup> é um incentivo para nós, é uma bênção para os que lhe querem bem. E diria que a colocação feita sobre os graves problemas que uma dívida externa acarreta para o balanço de pagamentos e, conseqüentemente, para a economia nacional, é válida — e o MDB acha que é válida. Mas quando compara com os sete e meios bilhões de dólares que vamos pagar com 960 mil barris por dia importados de petróleo, — aí é uma explicação — aí é apenas uma forma de iludir a opinião pública.

Então, essa incoerência me parece que está perfeitamente clara, está translúcida quando nós analisamos uma colocação de determinados membros da Oposição.

Eu falei, nobre Senador Gilvan Rocha, antes da presença grata de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, no desarranjo da economia capitalista mundial. E falei mais porque acho que V. Ex<sup>a</sup>s conhecem, porque mais de uma vez eu já, aqui, a expus, e nós temos sido, aí sim, as vítimas redobradas de um processo desta natureza porque se reportou muito bem o nobre Senador Evandro Carneira à crise de 73, e nós, aliás, não sofremos porque esse professor ou esse Sr. Shigeaki Ueki, que consegue obter unanimidade das acusações da Oposição, tinha feito, quando...

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — E grande parte das acusações da ARENA também.

**O SR. JARBAS SVASSARINHO (ARENA — PA)** — Eu até, veja V. Ex<sup>a</sup> a minha atenção para com V. Ex<sup>a</sup>, quando vi que o cachimbo de V. Ex<sup>a</sup> gizou nesta platéia, ao movimento da mão esquerda, imaginei que seria para o microfone: parei para ouvi-lo. Interrompi minha frase e ouço realmente que, em parte da ARENA também, como V. Ex<sup>a</sup> disse, ele, como Diretor Comercial da PETROBRAS tinha sempre colocações de pedidos de encomenda de petróleo pelos preços antigos. Eis um fato que, talvez, poucos conheçam, e essas colocações foram mantidas e honradas pelas grandes multinacionais de petróleo que continuaram vendendo por aquele preço que tinha sido acertado com o então Diretor Shigeaki Ueki, durante todo o ano de 1973. Se V. Ex<sup>a</sup>s se derem ao luxo de verificar, e alguns a obrigação, qual foi a recidiva do processo inflacionário brasileiro, vão encontrá-lo a partir de janeiro de 1974. O salto de preços, a partir de janeiro de 1974, fosse por um duplo mecanismo, um mecanismo de contenção artificial e, ao mesmo tempo, de efeito em caráter global do crescimento dos preços dos produtos importados, o fato é que a partir de 1974 o crescimento, aqui entre nós, se deu violentamente. Mas disse muito bem o Senador Evandro Carneira: “ — já em 1973 o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, a Holanda, passaram a sentir os efeitos brutais desse aumento”, a tal ponto que não foi em 1974 mas de 1973, aquela figura que pareceu risível para alguns que não tiveram a capacidade de respeitar a realza, da rainha da Holanda andando de bicicleta aos domingos para não gastar gasolina. Mas, já hoje, eu ouvi um comico nacional que declarou que se o Presidente João Figueiredo fizer isso, vai ser chamado de “João pedalada”. O que é uma prova da chamada abertura porque, evidentemente, cada um dá o que tem e aqueles que só têm grosserias só com grosserias se expressam.

Direi, então, que nesta oportunidade em que sentimos os efeitos sobre o capitalismo internacional, os países capitalistas industrializados, sobretudo, transferiram para nós todos os ônus. Primeiro, por uma inflação que alguns dizem que foi até induzida, e que no Japão, em 1974, chegou a 30%, que na Inglaterra foi acima de 20%, que na França chegou a 20%, e que seria uma forma de pagar respectivamente menos 30% e 20% do valor real do petróleo comprado aos árabes e da Venezuela. Só falamos dos árabes, mas temos também a Venezuela, o Equador e outros associados. Segundo, porque induzindo o processo inflacionário, diminuindo o preço da compra do produto importado, geraram uma recessão interna e essa recessão interna levou ao desemprego, e que se não estou equivocado, cito de memória, sujeito a correção, atingiu, nos Estados Unidos, a mais de 5 milhões de desempregados e na Grã-Bretanha a mais de 1 milhão de desempregados. Imediatamente, por essas razões, os produtos que nós, do Brasil, compramos desses países industrializados passaram a ter imediato aumento de 30% e 40%, também quer dizer, pagavam menos o petróleo e cobravam mais do produto que nos exportavam e, nós que não tínhamos exportação competitiva para isso tínhamos que pagar o preço da transferência do ônus, e foi o que tivemos de fazer. Portanto, não é justo admitir que não se desarmou o capitalismo mundial com o petróleo utilizado, como salientou o Senador Evandro Carneira, primeiro como arma de guerra e depois como arma econômica.

O Ministro Simonsen, sobre o qual estamos falando, durante quatro anos foi Ministro da Fazenda, teve seus problemas internos — era perfeitamente justo, porque o estilo pessoal do Presidente Geisel levava-o a dirigir o Governo, sendo ele a última instância em todos os casos. De maneira que uma competição entre Ministros, para ele, no estilo do Presidente Geisel, isso era absolutamente bom, porque o levava à condição de ser o árbitro daquelas questões e se dedicava a estudar todas elas e ter o seu ponto de vista pessoal. Por isso é que falei o que falei e que causou tamanha repercussão na mente e na voz do nobre Senador pelo Rio Grande do Sul. Eu insistiria no aparte que dei a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Evandro Carneira, sem nenhuma razão de modificá-lo.

Agora, o Ministro foi para o Planejamento, e todos nós sabemos, com a responsabilidade global.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Qual é o estilo do Presidente João Figueiredo?



**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Creio que V. Exª, como observador de Oposição, conhece até melhor do que eu.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Ainda não. Com relação ao Governo, V. Exª diz que o Presidente Geisel era o que dava a última palavra, e o estilo do General Figueiredo, qual é?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Se V. Exª acha que eu lhe posso dar alguma informação mais útil, além daquela que V. Exª naturalmente tem, eu lhe direi que o estilo do General João Figueiredo, — cada um tem seu estilo próprio — não é exatamente o estilo do General Geisel. Essa é uma explicação perfeitamente natural. V. Exª do Rio Grande do Sul, tão vizinho dos povos de língua castelhana, mais do que eu, pobre de mim, V. Exª já ouviu dizer, em espanhol, depois traduzido por Machado de Assis, em português, e tido como tal, plagiário, que cada um mata a pulga do seu modo. O estilo do Presidente Figueiredo...

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Embora, até agora, o MDB tenha morrido sempre do mesmo jeito.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Ah! V. Exª admite que o Partido de V. Exª morre?!

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Nas eleições, Senador! Por falta de eleição direta.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Eu estava triste. Eu pensava que V. Exª falava sobre um cadáver no sentido literal.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Por falta de eleição direta. O estilo é sempre o mesmo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — O estilo do Senhor Presidente, portanto, é de dar força aos seus Ministros, que eu lembraria o estilo do Presidente Médici, até certo ponto, que eu vivi, isto sim, em que cada Ministro tinha autoridade ampla sobre o seu setor e que a coordenação era imperativamente feita pelo Senhor Presidente da República. Não estou dizendo, com isto, que o estilo de um é melhor do que o estilo do outro, estou apenas caracterizando que não é nenhum absurdo afirmar, que durante os cinco anos do Governo do Presidente Geisel, sendo o Ministro da Fazenda, o Ministro Mário Henrique Simonsen, ele não foi, como disse Mestre Gudin, o Ministro da Economia. Ele teve divergências de ordem conceitual.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Ouço V. Exª, mas estou alertado pela Mesa.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Vou ser extremamente breve, porque eu vou fazer, inclusive, um apelo a V. Exª. É que eu vim atraído pelo elogio fúnebre que se faz ao Ministro Simonsen, com a generosidade que sempre saúdam os cadáveres. Os cadáveres são, geralmente, saudados com muita simpatia, com muita generosidade; os elogios fúnebres são, geralmente, generosos, e muito mais na voz sempre generosa de V. Exª. Mas, o inusitado do fato de um Ministro pedir demissão, com as desculpas que são aterradoras, pelo menos as desculpas oficiais de que temos conhecimento, S. Exª declara — insisto, oficiosas — que deixou o Ministério por divergências pessoais com outros Ministros, deixa esta Nação, que está no topo de uma crise econômico-social...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — V. Exª está falando sobre quem?

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Sobre o demissionário Ministro Mário Henrique Simonsen.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Não, V. Exª está equivocado; não há demissão.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Bom, pelo menos é o que se sabe, a Nação sabe e os meios de comunicação anunciaram largamente.

**O Sr. Pedro Simon (MDB — RS)** — Mas não foi aceito

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Acho que é um dos defeitos do MDB, se me permitem encontrar algum defeito no MDB, é desta procuração, permanente, em falar pela Nação.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Não. Em absoluto, Exª. Não estamos falando pela Nação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — A Nação dita, a Nação reclama, a Nação exige, e nós não somos Nação.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Não, em absoluto, Exª. Nós não estamos falando pela Nação. Eu disse, tive o cuidado de dizer a V. Exª o "oficiosamente" mas o que consta aí, inclusive com a versão que nos foi dada por jornalista, era que o Ministro além de demissionário, á havia apresentado suas razões. É evidente que o caso é inusitado, seja inclusive desmentido ou desfeito esse ato que toda a opinião pública sabe, não é a primeira vez intentado. Então, faço um apelo a V. Exª, para que na próxima oportunidade discutamos, já que o tempo de V. Exª está esgotado, e o sentido do meu aparte foi esse, é que o discurso de V. Exª não faleça agora, para que voltemos a discutir. Não vamos dizer da importância hierárquica do Ministro do Governo, a discutir esses fatos que estão a discutir, seja em discurso laudatório de um cadáver, ou de um ressuscitado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Recomeçarei meu discurso exatamente pelo aparte de V. Exª

Sr. Presidente, antes de concluir, frisando essa vocação, na tarde de hoje, do MDB pela necrofilia o nobre Senador Pedro Simon falou no seu Partido morto e agora o nobre Senador por Sergipe fala numa elegia fúnebre. De maneira que estou aprendendo, neste fim de tarde, que o MDB se encontra em pleno recolhimento mental, pensando na morte, e a partir exatamente desta frase, recomeçarei meu discurso, quando oportuno.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os círculos sócio-religiosos do Ceará festejarão, amanhã, o transcurso do 15º aniversário da instalação da Diocese de Crateús — marco significativo na história de uma das mais sofridas regiões do meu Estado.

Constituindo uma coletividade de arraigados sentimentos de fé, os cearenses têm oferecido, permanentemente, exemplos edificantes de crença, que se ampliam de maneira estimulante, apesar dos embargos decorrentes das concepções materialistas imperantes nos tempos modernos.

Criada por Paulo VI, no dia 20 de setembro de 1963, a Diocese crateuense era integrada, inicialmente, por 10 paróquias, que compunham a sua área jurisdicional.

Instalada apenas a 8 de agosto do ano seguinte, teve como seu único titular Dom Antônio Batista Frago, respeitável figura do Episcopado brasileiro, que se projetou nacionalmente por suas posições firmes na pregação dos ensinamentos do Evangelho.

Nascido na cidade de Teixeira, na Paraíba, Dom Frago ordenou-se padre em 1944, passando a desempenhar o *munus* sacerdotal com a maior dignidade, até alcançar as culminâncias de Bispo da Igreja Católica.

O seu trabalho pastoral, delineado com a dedicada colaboração de equipes do laicato, foi sendo levado a efeito de forma obstinada e nobilitante, propiciando a gradativa conscientização do povo para reivindicar direitos e cumprir deveres diante de Deus e dos semelhantes.

As comunidades eclesiais de base, que se estruturavam de modo adequado, foram disseminadas em todos os recantos do território diocesano, representando esforço notável para a difusão da mensagem de Cristo.

Na esfera espiritual, pois, dimensionou-se extraordinariamente a ação de Dom Antônio Frago, que tem levado a debate em Encontros Nacionais da CNBB e nas periódicas reuniões do *Regional Nordeste* a experiência recolhida no seu afã dirigido em favor do Povo de Deus.

Recentemente, Sr. Presidente, estive na sede da Diocese de Crateús, numa missão de caráter político, acompanhado por Deputados do Movimento Democrático Brasileiro.

Ali, em contato com populares e com líderes comunitários, recolhi impressões — sempre as mais favoráveis — da atuação daquele Prelado, que exercita, apesar da incompreensão de alguns, um apostolado dos mais fecundos e dinâmicos.

As comemorações do 15º aniversário da Diocese de Crateús contarão com a presença do Cardeal Aloísio Lorscheider e da de Dom Helder Câmara, bem assim de representações de toda a Província Eclesiástica do Ceará.

Ao registrar esse expressivo evento na tribuna do Senado Federal, pretendo tributar a minha homenagem aos católicos daquela Região e a todos quantos têm colaborado com Dom Frago em suas tarefas de evangelização. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER (ARENA — MT. Lê o seguinte discurso.)**

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O *Jornal O Globo*, de 28-7-79, publica um artigo do Sr. Marcos Tamoyo que narra duas passagens interessantes e dramáticas da vida do imortal Presidente Juscelino Kubitschek.

É um testemunho histórico que enaltece as figuras do Sr. Marcos Tamoyo, do Presidente Costa e Silva, do General Syzeno Sarmento e do então Coronel Portela.

Na carta que o Presidente JK agradece a mão que lhe deu apoio na hora certa, mais uma vez, o Presidente JK demonstra o seu espírito superior, embora, como um ser humano lamente que procurando ser um sementeiro, desejando sempre plantar boas sementes, muitas vezes colheu "cardos e espinhos", mas existiram as compensações, como aquela que naquele momento, emocionado, agradecia.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que conste nos Anais desta Casa, e portanto na memória nacional, tão precioso documento:

**UMA CARTA BONITA E TRISTE**

*Marcos Tamoyo — O Globo, 28-7-79*

Em janeiro de 1969, não me lembro o dia, quando cheguei em casa, voltando do trabalho, fui avisado de que D. Sarah Kubitschek estava me aguardando.

Muito abatida, pediu-me desculpas por ter vindo a nossa casa sem prevenir, àquela hora, e explicou:

— Marcos, tenho a intuição de que você pode nos ajudar. Perguntei o que poderia fazer.

— O Juscelino está preso numa fortaleza, como você deve saber, e sofre de diabetes nervosa. Se não for medicado periodicamente, piora muito e corre perigo de vida. Preciso mandar para ele os remédios e, se possível, levá-los pessoalmente. Tenho certeza de que só você poderá conseguir isso para nós. Não tenho intimidade para pedir-lhe este favor, mas foi uma intuição que me fez vir aqui.

Embora considerando a dificuldade do pedido, eu disse:

— Conheço o Comandante do I Exército, General Syzeno, velho companheiro de meu pai e meu amigo pessoal. Vou tentar explicar a ele a situação e volto a lhe falar.

Mais tarde, liguei para o General Syzeno e contei que D. Sarah me havia procurado e o que pedira. Com sua enorme compreensão e seu grande coração, Syzeno apenas respondeu:

— Amanhã, às 9 horas, D. Sarah poderá procurar o Coronel Portela, no I Exército, que ele vai conduzi-la ao Dr. Juscelino Kubitschek.

Fiquei satisfeito com a resposta e admirado pela facilidade em conseguir o que parecera tão difícil. Liguei para D. Sarah dando a notícia, e ela agradecendo confirmou sua ida no dia seguinte.

Logo depois do encontro, telefonou-me para contar que estivera com JK, dera os remédios, e também tinha sido muito bem recebida, tanto pelo Coronel Portela como pelo Comandante da Fortaleza.

Pouco depois, Juscelino foi solto.

Passados alguns dias, ao chegar em casa, tornei a encontrar D. Sarah com aquele mesmo ar de preocupação.

— Marcos, tenho certeza de que você poderá nos ajudar outra vez.

— D. Sarah, o que aconteceu agora?

— O Juscelino voltou para casa, mas está doente e periodicamente é examinado, em Nova Iorque, por um médico especialista. Acontece que esse médico, dentro de três a quatro dias, vai viajar para fazer uma série de conferências, durante um ou dois meses, e Juscelino não pode passar todo esse tempo sem ser examinado, mas necessita permissão especial para deixar o País.

— D. Sarah, não sei como obter essa permissão.

— Marcos, tenho certeza de que você vai conseguir isso para nós.

— Vou percorrer o mesmo caminho, vou pedir novamente ao Syzeno.

No dia seguinte, falei pessoalmente com o então Comandante do I Exército e, com a simpatia de sempre, ele me disse:

— Tamoyo, este problema foge à minha alçada, é da competência do Presidente Costa e Silva, mas vou consultar. Onde poderei encontrar você amanhã para dizer o que o Presidente decidiu?

Respondi que iria a São Paulo, mas que no fim da tarde estaria no escritório.

No dia seguinte à noite, ao chegar, minha secretária avisou-me que o General Syzeno telefonara. Liguei para o gabinete e ainda o encontrei lá.

— Tentei falar com você duas vezes para dar a resposta, mas como não o achei, resolvi mandar comunicar ao Dr. Juscelino que o Presidente Costa e Silva dera autorização para ele sair do País.

Fiquei feliz por ter ajudado a resolver, em pouco tempo, dois pedidos tão importantes feitos por uma esposa tão angustiada. Quando cheguei em casa, minha mulher já havia recebido de D. Sarah lindas flores amarelas, acompanhadas de um delicado cartão. Para mim, havia um envelope ainda fechado. Ali estava, escrito à mão, a mais bonita e triste carta que recebi em toda a minha vida:

Meu caro Tamoyo,

A minha vida tem sido uma avenida povoada de todas as surpresas. Plantei com entusiasmo. Como o sementeiro da Bíblia, esperava que as sementes desabrochassem em flores e frutos.

Não sucedeu completamente assim. Tive e tenho compensações que me emocionam e confortam.

Ao lado, porém, das pétalas nasceram muitos cardos e espinhos.

E o trecho do caminho que percorro agora está exatamente queimando e perfurando meus pés.

Homem de nenhum padrinho e de muitos afilhados aguardava os acontecimentos com a paciência que Deus me deu.

Quando Presidente, costumava dizer que se Job deixasse as páginas da Bíblia e viesse ficar ao meu lado, no fim de uma semana partiria, agradecendo-me as lições que receberia.

Para todos os lados que olho só vejo solidão e deserto.

Poucos tiveram ânimo de atravessar as areias para me estenderem a mão. Não foram mais do que dois ou três. E por coincidência, que é ao mesmo tempo uma lição, foram pessoas que se aproximaram de mim muito recentemente. Sarah me relatava, ontem, entre emocionada e surpresa, a bondade e a firmeza de suas atitudes.

Há conhecimentos que embora perdurando uma vida não são fonte de boa amizade. Outros se transformam em um minuto numa velha amizade.

Entre nós isto ocorreu.

O seu espírito brilhante, a energia e o dinamismo de sua ação casaram-se admiravelmente comigo e me impuseram desde a primeira hora uma sólida e grande admiração. Vi a grandeza do seu poder de realizar no Túnel da Lagoa que guardará o seu nome com mais eternidade do que se estivesse gravado no bronze.

Na hora do deserto você não trepidou em atravessar as areias, e a mão que nos estendeu, ontem, nos permitiu o alívio de uma reconciliação com o Homem.

Agradeço-lhe de todo coração.

Vou em busca de um pouco de saúde.

Não precisam recomendar-me que não faça declarações. Foi esta a constante invariável de minha presença no exterior.

Antes e acima de tudo o Brasil. Homem voltado para a Paz só desejo que esta se consolide no País.

Ninguém precisa temer minhas ações. Atingi uma altura na vida em que apaguei o fogo das paixões.

E o que havia de estrutural no meu sentimento, representado pelo desejo de Paz e Conciliação, cada vez se consolida com a força das convicções imutáveis.

Queira aceitar com D. Belita o abraço muito afetuoso de quem afinal conquistou um Padrinho.

Do amigo

Juscelino Kubitschek

24-1-69

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

**O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto está denunciando às autoridades do País os graves inconvenientes da chamada invasão de mão-de-obra estrangeira em nosso mercado já saturado, que não atende, sequer, à demanda dos profissionais brasileiros.

Neste ano, São Paulo, por suas 44 escolas de Engenharia, está formando 12 mil engenheiros que, somados aos 10 mil formados em outros Estados, necessitam de trabalho imediato. E esse trabalho não existe.

O Presidente da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, engenheiro José Augusto Corsini Monteiro de Barros, assinala, com muita propriedade, que essa invasão de mão-de-obra estrangeira aumenta a nossa dependência quanto às reais e modernas informações tecnológicas.

“Não pretendemos — acrescenta — que as boas relações entre países amigos sejam abaladas, nem que tecnologias modernas e realmente necessárias deixem de ser trocadas. Pretendemos, isto sim, que exista efetivo controle a fim de que se garanta, em primeiro lugar, os interesses do Brasil.”

Na Câmara Federal, recentemente, o ilustre deputado Horácio Ortiz — nosso companheiro de bancada — advertiu as autoridades dos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores quanto aos sérios inconvenientes para o desenvolvimento brasileiro do ingresso desordenado de técnicos estrangeiros em nosso mercado de trabalho, já saturado.

É urgente uma revisão na política de ingresso dessa mão-de-obra. As medidas propostas mais imediatas seriam:

1 — que, após entendimento entre as autoridades, as Delegacias de Estrangeiros e Representações Diplomáticas no Exterior exijam, para concessão de visto temporário ou permanente a profissional estrangeiro, que o pedido seja instruído com carta declaratória do Sindicato correspondente, na qual se declare a escassez de mão-de-obra nacional naquela especialidade;

2 — que o Brasil adote um critério de reciprocidade de profissão, ou seja, que credencie profissionais estrangeiros na mesma proporção do número de brasileiros credenciados nos países correspondentes;

3 — que sejam mais rigorosos os exames de habilitação de estrangeiros, feitos em nossas Universidades; e

4 — que os contratos de transferência de tecnologia sejam analisados por corpos especializados, com participação dos CREAs, Sindicatos dos Engenheiros ou órgãos semelhantes.

É sabido que a pesquisa científica e tecnológica, feita por brasileiros, no território brasileiro, com materiais encontrados no Brasil, constitui a base insubstituível do verdadeiro desenvolvimento nacional.

Por isso, fazemos nosso o apelo dos Engenheiros e outros técnicos de todo o País, que, opondo-se à invasão de mão-de-obra e tecnologia estrangeiras, defendem medidas de interesse fundamental para o autêntico desenvolvimento brasileiro. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em maio do corrente, precisamente no dia 21, ocupei a atenção de Vossas Excelências para tecer algumas considerações sobre a reformulação partidária. Disse, então, que, em princípio, me parecia desastroso permitir que a plenitude democrática, objeto da decisiva ação do Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, viesse a ser sustentada por partidos que — extintos ARENA e MDB — nascessem de divergências regionais, ressentimentos setoriais, mágoas de caráter pessoal, manobras de correntes extremistas ou da ação deletéria do poder econômico. Essa conclusão, cuja formulação acabo de citar, foi devidamente justificada com um retrospecto dos principais fatos ligados à criação de partidos políticos no Brasil. Naquela oportunidade, fui honrado com inúmeros apartes numa demonstração do interesse que o assunto já então despertava no seio da representação nacional.

Durante o período do recesso de julho, foram inúmeros os pronunciamentos sobre a questão.

Creio que complementarei meu ponto de vista a respeito da reformulação partidária se, reiterando minha fidelidade aos ideais da Revolução de 31 de Março de 1964, destacar a importância de alguns aspectos que foram assinalados naqueles pronunciamentos. Em primeiro lugar, a preocupação de se agir sem preconceitos ou colocações preestabelecidas em relação ao sistema bipartidário em vigor. Depois, o cuidado de não agir precipitadamente, permitindo, assim, que todos os segmentos da sociedade possam, direta ou indiretamente, manifestar suas opiniões. Ainda, o exame do instituto da sublegenda, a nível municipal, de modo a não comprometer o geral por força de desencontros setoriais.

A orientação que se busca imprimir à reformulação partidária está bem colocada nas observações constantes da entrevista que, no mês passado, a 24 de julho, concedeu à imprensa o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Diz ele, com oportunidade: “O Presidente João Figueiredo não está

disposto a tomar qualquer decisão sobre a reformulação partidária antes de novembro, quando terá todo tempo para examinar as transformações políticas que ocorrerão no País em consequência do retorno de importantes líderes cassados”.

Mais adiante registra: “Agora, creio que o Governo está agindo com cautela e realismo”.

De fato, a marcha para a plenitude democrática, objetivo maior da chamada abertura, que se iniciou com o projeto político do Presidente Ernesto Geisel e prossegue, firme, sob o comando do Presidente João Baptista Figueiredo, só será conquistada se, na reformulação partidária, a classe política brasileira agir com prudência e fiel aos anseios legítimos do povo brasileiro.

É o que de nós espera e confia a Nação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois assuntos que consideramos graves, por suas implicações, são objeto de nossa presença nesta Tribuna:

O não pagamento de imensa quantidade de Bolsas de Estudo pelo MEC e as elevadíssimas taxas rodoviárias impostas aos proprietários de veículos.

No primeiro caso, a gravidade se inicia pela desmoralização dos formulários de Bolsas de Estudo, que, se não pagos, serão, por certo, recusados pelos colégios particulares no próximo ano, com repercussões que atingem o próprio Governo, sem se falar no desastre que causará a dezenas de milhares de famílias que terão de repor, sem poder, as importâncias que o MEC deixou de pagar, causando em muitos casos a volta dos alunos para suas casas com a interrupção dos estudos.

Sobre este assunto, permitimos sugerir à douta Comissão de Educação desta Casa que convide o Sr. Ministro da Educação para debater o assunto e verificar a possibilidade de uma solução satisfatória.

No segundo caso, manifestamos nossa reprovação às medidas tomadas, elevando num percentual nunca visto a Taxa Rodoviária, tornando quase impossível aos assalariados possuírem um veículo.

A medida tomada na elevação da Taxa Rodoviária e as sugestões de não emplacamento dos veículos com mais de 10 anos de fabricação por certo retardarão de circulação mais de 50% dos automóveis, caminhões, jipes, etc...

O Presidente Figueiredo, que hoje foi a São Paulo verificar no mercado qual a razão do baixo preço para o produtor e o alto preço para o consumidor, não precisará sair de Brasília para verificar a péssima repercussão dessas medidas tomadas ou anunciadas.

Humanizar a área econômica do Governo parece-nos a medida justa e necessária neste momento em que se pede o sacrifício do povo para a recuperação nacional. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (MDB — RS. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dizem que o fato ocorreu em Ibateguara, Município das Alagoas, a 136 quilômetros de Maceió. Um candidato a prefeito fez de uma palavra a sua bandeira eleitoral. Prometeu ao povo “insumentar” todo o Município, “daqui a São José da Lage”.

Eleito, não se pôde dizer que não tenha cumprido sua promessa eleitoral.

Quem sabia, afinal, o que vinha a ser “insumentar”, para fazer a reivindicação, em nome da palavra empenhada na campanha?

Tomo o episódio que me foi confirmado nos corredores do Senado, já nem lembro que ilustre Senador nordestino o fez, ao ocupar a tribuna para tecer algumas rápidas considerações sobre a avareza governamental, expressa no projeto de Anistia enviado ao Senado.

O Governo sempre disse que a Anistia dele seria tão ampla quanto possível.

O que sabemos nós da amplitude possível do Governo, para cobrar-lhe um compromisso?

Sabemos o que o povo pensa. Sabemos o que a Nação quer. O povo pensa em Anistia ampla, geral e irrestrita e não é outra coisa o que quer a Nação. Mas, e o Governo? O que pensa? O que quer? Qual é a amplitude que lhe é possível?

Nesses 15 anos de autoritarismo, quase nunca a autoridade do Presidente da República correspondeu ao seu próprio pensamento.

Aqui, temos exagerado no tom das palavras e dado a elas, ao sabor das conveniências do momento e do grupo dominante, valores aleatórios, onde o casuísmo e a irracionalidade se confundem.

Sirva de paradigma, o que escreveu Marcos Sá Corrêa — esse extraordinário articulista — afirmando (cito-o de memória) “que um cidadão armado de dicionário, está muito mais próximo de furtar as chaves da paz social do que um adolescente desorientado, que ainda emprega Sexus, de Henry Miller, como santo remédio contra a acne”.

E continua — tendo memória disso — o editorialista, lembrando que Galileu Galilei foi parar num tribunal de inquisição por não ter escrito em latim que a terra girava em torno do sol... E traz o fato aos nossos dias para deduzir que a Oposição sempre disse o que queria, se usava a linguagem especialíssima inventada pelos políticos. Mas ao falar — como Galileu falou — a língua do povo, sobre ele desabaram as cassações, as vendetas dos “pacotes”, os Atos Institucionais da hipocrisia dita revolucionária — todo o carro de fogo dos medos do arbítrio, querendo fazer medo à sociedade.

A Anistia tão ampla quanto possível é uma dessas aberrações do dicionário tecnocrata, dessa política que se faz sem povo e sem respeito à opinião nacional.

Porque se perdeu, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o senso pragmático da semântica popular, na concepção de um fruto que a Nação esperava suculento e doce e que nos veio seco e amargo.

Afinal, não se passavam 15 minutos, nem 15 horas, nem 15 dias dos fatos a esquecer.

15 anos são passados e se quer, ainda, manter a Nação dividida, senão pela perpetuidade das penas, dividida pela humilhação, pela desconfiança, pelo ostracismo.

Os “doutores” do arbítrio se me afiguram aqueles outros de que nos dá conta a História Sagrada, que interrogaram Cristo no tempo de Jerusalém.

Esses “doutores” de hoje, donos das verdades herméticas do autoritarismo incapaz de esquecer, precisam questionar Jesus no recesso de suas consciências, em busca daquela grandeza interior de que só os justos são capazes.

Ninguém, 15 anos passados, dos que venceram em 64, 68 e 77, pode atirar a primeira pedra nos que chamam, no dicionário de suas conveniências, de terroristas.

Esta Nação foi injustiçada por 15 anos, sem lei, manuseada por aqueles que se acreditavam deuses e que faziam as leis, para seu uso e gozo.

Não falo das violências, gente embrutecida, que o Estado não reprimiu olhando para o outro lado, para escapar de suas responsabilidades quanto ao respeito devido à dignidade da pessoa humana.

Não falo das masmorras de opressão, onde a força era o Direito e onde se inverteu o processo feito na escuridão, sem provas e sem direito de defesa.

Não falo na moral política de uma revolução que para apropriar-se do Governo de meu Estado, não podendo fazê-lo por suas próprias leis, arrancou do Parlamento rio-grandense deputados que o povo elegera em pleitos soberanos, para fazer da minoria a que os gaúchos a tinham condenado, nas urnas, as maiorias ridículas, que atingiram a dignidade do Rio Grande no mais fundo e sagrado de sua História.

Não falo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, no absurdo de arrancar do Congresso Nacional, das Universidades, do Serviço Público Civil e Militar, das fábricas, das Igrejas, de toda a Pátria, enfim, onde houvesse uma voz discordante, as personalidades que foram arrancadas, na confusão que não enobrece entre culpados e inocentes.

O que falo, o que denuncio, o que pretendo deixar bem claro, meridianamente à luz do sol da História é do sofrimento a que se submeteu todo o povo brasileiro. Falo da fome do brasileiro. Da nudez do brasileiro. Dos salários mentirosos. Dos escândalos financeiros. Das escolas em decomposição cultural. Do mercado interno, transformado em figura de retórica. Da Petrobrás que fugiu da sua missão. Do esvaziamento das nossas empresas. Das dívidas que contrainos interna e externamente. Da entrega desvairada da nossa economia aos grupos estrangeiros. Falo em tanta coisa, enfim, a que demos os nomes pomposos de desenvolvimento e combate à inflação, mas que foram, realmente, as parcelas somadas nos negócios contratados com as multinacionais. Eles exigiam da tecnoburocracia dominante a prática de todos esses fatos. E esses fatos foram praticados em nome de uma revolução que se autoqualificou de “redentora”, afirmando seu objetivo de defender a Democracia e acabar com a corrupção.

Mas a defesa que fez da Democracia foi terminar com o regime democrático. E o término da corrupção se deu às avessas. Deu-se pelo financiamento de falidos, pela concentração de renda nas mãos de uma minoria de privilegiados. Nos juros bancários que perderam os limites de seus valores reais, para alcançarem os pântanos da economia, onde a agiotagem governa.

Mentiu-se quanto a índices inflacionários, para reduzir salários, porque a inflação foi feita o negócio da prosperidade do grupo que tudo podia, neste País corroído em suas entranhas pela mais revoltante das injustiças — a social.

Os campos foram esvaziados, porque era imperioso absorver uma tecnologia imposta pelos negócios com as multinacionais, que exigia a terra e o lucro e desprezava o homem.

As cidades foram inchadas pelos sobreviventes de uma geração sem destino, que não tinha e ainda não tem outro recurso, senão marginalizar-se na sua periferia, em casebres humilhantes.

Exportar era o que importava. A fome do brasileiro não importava. A nudez do brasileiro não importava. A doença do brasileiro não importava. Nada importava, senão os lucros que as multinacionais mandavam para suas matrizes, por obra e graça das modificações feitas, logo depois da revolução triunfante.

Tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é realidade. Não é história de assombração para fazer medo às criancinhas que o “sistema” condenou à carências neurológicas insaciáveis, quando lhes negou alimentos, porque exportar era o que importava. E ainda diminuía o poder nutritivo do leite a elas destinados.

Ainda no ano passado, quantos milhões de litros de leite “in natura”, não foram lançados nas estradas ou servidos aos porcos, em detrimento de nossas crianças subalimentadas?

A tudo isso — e muito mais que se fez — fez-se em nome de uma absurda Segurança Nacional que exigia uma sociedade calada, sindicatos sem autonomia, universidades amordaçadas, imprensa sob censura, parlamento sem poder, sociedade marginalizada.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa Anistia que nos veio não corresponde ao que a Nação esperava.

Ela confunde, sem reconciliar.

Nada apaga das páginas da História, porque ela é, em si mesma, um contrassenso histórico.

Ou ela se resume a um artigo — simples e singelo — amplo, geral e irrestrito — ou antes de termos de aceitá-la, nos termos em que está, de um Estado que não mudou nem os homens que o dirigem, nesses 15 anos, é a Nação que tem o direito de sopesar os delitos que foram cometidos em nome do desenvolvimento, da segurança e do combate à inflação, para concluir se os poderes desses 15 anos merecem ser restabelecidos na confiança e na opinião pública nacional.

Se há discriminações a fazer, é antes, entre os que atentaram contra o futuro do que contra aqueles que lutaram para que esses fatos de que falamos, sem medo de contraditar, fossem praticados.

Sou avesso à violência. Creio na lei, mas abomino a ilegitimidade e os criminosos de lesa-Pátria. Os negociatas de toda a ordem, quaisquer que sejam as posições por eles ocupadas, eu os repudio frontalmente, sem considerações.

Mas entendo Cristo, de chicote em punho, na fúria dos justos, expulsando os vendilhões do templo sagrado.

A Anistia que a Nação quer não é uma esmola — é um ato de grandeza, porque ela própria está disposta a ser grande no seu julgamento.

A Anistia que a Nação anseia e deseja tem que ser ampla.

Ampla para promover justiça, ainda que tardia, para os trabalhadores, regidos pela CLT, que foram demitidos com base no Ato Institucional. E, entre esses, basta lembrar os ferroviários.

Ampla para reintegrar no seio das suas armas e dos seus companheiros, os militares afastados por posicionamentos contrários à situação imposta.

Ampla para devolver às suas famílias aqueles jovens, mais jovens do que pensamos, mas, hoje, mais velhos fisicamente do que imaginamos, pelos apuros e sofrimento, mas muito mais maduros no seu pensamento.

Ampla para permitir que funcionários públicos civis, demitidos na maioria das vezes, sem saber a causa, sejam readmitidos.

Enfim, que seja ampla e atinja a todos não como vítimas, nem como heróis, mas como seres humanos, pais de família, criaturas de Deus e irmãos brasileiros.

Irrestrita, sem restrições, para que trabalhadores, estudantes, militares, funcionários públicos, retornem automaticamente, sem o vexame e a humilhação do burocrático requerimento, submetido à vontade de alguns diretores, chefes ou secretários, enfim comissões, que poderão ser mais realistas do que o rei.

Não estamos aqui para pregar o revanchismo nem a vingança, nem o retrocesso. Pelo contrário, o que vimos, o que presenciamos quando visitamos jovens condenados, presos na Penitenciária do Rio foi o seu amadurecimento. O anseio de cada um para retornar aos seus lares, ao convívio da sociedade sem rancores, mas sem perda da vontade de lutar sem violência, mas democraticamente, pela reconstrução do País.

É o exemplo que jovens brasileiros, presos e condenados, dão a todos nós, políticos, empresários, dirigentes, enfim a toda a Nação; o exemplo do amadurecimento, o exemplo patriota do conhecimento da situação brasileira. O exemplo do perdão e da autocritica que eles concedem, mas que o projeto lhes nega.

É a crença ao Brasil e no seu futuro.

Que o Governo e a ARENA esqueçam o passado e tirem dos presídios, dos processos e das condenações aqueles que serão também o futuro do País.

Que se entenda esta hora de luz. E não se obrigue a História a impiedadamente de enegrecer suas páginas com a verdade trágica do sofrimento do nosso povo, nesses 15 anos de injustiças.

É em nome desses princípios e dessas realidades que apelo à honra de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para que se componha com a Nação e libere de público seus representantes no Congresso, para que aqui se faça, afinal, no capítulo Anistia, a vontade da Nação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 127, de 1979 (nº 226/79, na origem), de 25 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Tcheco-Eslôvaquia.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)

## ATA DA 121ª SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1979

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

#### — EXTRAORDINÁRIA —

#### PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1979 (Nº 18/79, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País no período de 13 a 16 de agosto de 1979, a fim

de participar, como hóspede oficial do Governo paraguaio e como representante pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, das comemorações da fundação da cidade de Assunção.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 241, DE 1979

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos dos arts. 44, item III, e 80 da Constituição, tenho a honra de solicitar a Vossas Excelências a necessária autorização para que o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, possa ausentar-se do País, no período de 13 a 16 do corrente mês de agosto, a fim de participar, como hóspede oficial do Governo paraguaio e meu representante pessoal, das comemorações da fundação da cidade de Assunção.

Brasília, 7 de agosto de 1979. — João B. de Figueiredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — De acordo com os arts. 100, inciso I, item 18 e 111 inciso I, alínea g, do Regimento Interno, este projeto será remetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto na alínea a do inciso II do art. 388 da Lei Interna.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 1979

“Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critérios para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As diretrizes para o atendimento de assuntos educacionais, com base na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, modificada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, às unidades da Federação pela União, serão fixadas no Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional, com atualização periódica.

Art. 2º A lei que aprovar o Plano referido no artigo anterior estabelecerá critérios para distribuição de recursos financeiros, equipamentos e assistência técnica a cada Estado ou Território Federal.

Art. 3º Nos critérios a serem fixados serão levados em consideração, por unidade da Federação, a população, a qualidade da vida retratada nos indicadores sociais levantados pela Fundação IBGE, a renda *per capita*, a distribuição da renda social, a implantação de vias do Plano Nacional de Viação e de planos regionais, a população por grupos etários e as disponibilidades escolares em instalações físicas e elementos do grupo-magistério.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

É essencial a sistematização, em planos com atualização periódica, dos grandes temas nacionais permanentes, dentre eles os da educação e da cultura, tal como já ocorre com o Plano Nacional de Viação aprovado pelo Congresso Nacional.

Ademais disto, o desenvolvimento da educação nacional, realizado sob a égide de planos de âmbito nacional, na forma aqui preconizada, pode, perfeitamente, viabilizar o desejado equilíbrio das regiões do País, máxime se atendidos critérios prefixados, com base nos aspectos sociais, sobretudo na qualidade da vida.

Na verdade, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, em seu art. 54, já fala em periodicidade dos planos de educação, bem como em critérios para a concessão dos auxílios federais às entidades intra-estatais. Contudo, o nosso projeto, além de exigir que o planejamento se faça a nível nacional, determina a inclusão dos fatores qualidade da vida, distribuição da renda social e efetiva implantação de vias do Plano Nacional de Viação, além de outros, entre os critérios que orientarão a distribuição dos mencionados recursos.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — Nelson Carneiro.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 263, DE 1979

Requeiro, nos termos do art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 36/78, que "dá nova redação ao art. 224 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)".

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — Orestes Quêrcia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 127, de 1979 (nº 226/79, na origem), de 25 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Manuel

Antônio Maria de Pimentel Brandão, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Tcheco-Eslováquia.

A matéria constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos srs. funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 40 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979, lido no Expediente, que, nos termos regimentais, deve ser discutido e votado nesta oportunidade.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979 (nº 18/79, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores).

Solicito ao nobre Senador Aloysio Chaves o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores;

O Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979, recebeu, na Câmara dos Deputados, o nº 18, deste ano, concedendo autorização ao Exmº Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto deste ano, em visita ao Paraguai.

Dá-se, assim, cumprimento ao disposto no art. 44, nº 3, da Constituição Federal e ao art. 6º, nº 18, do Regimento Interno do Senado, de sorte que a Comissão opina pelo deferimento do pedido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Solicito ao nobre Senador Almir Pinto o parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ALMIR PINTO (ARENA — CE. Para emitir o parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto em referência, pelo Regimento Interno, nº 111, letra g, é da competência da Comissão de Relações Exteriores e, pela Constituição, art. 44, nº 3, também é inteiramente constitucional, o que já foi dito pelo nobre Senador da Comissão de Constituição e Justiça. Por conseguinte, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Os pareceres são favoráveis.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

#### PARECER Nº 408, DE 1979 Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979, (nº 18/79, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Dirceu Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979 (nº 18/79, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1979. — Adalberto Sena, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — José Sarney.



## ANEXO AO PARECER Nº 408, DE 1979

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979, (nº 18/79, na Câmara dos Deputados).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso III da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_ Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_, DE 1979

**Autoriza o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto de 1979, em visita ao Paraguai.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de agosto de 1979, a fim de participar, como hóspede oficial do Governo paraguaio e como representante pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, das comemorações do aniversário de fundação da cidade de Assunção.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à sua imediata apreciação.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Nada mais havendo que tratar, designo para sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

## — 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976—Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Legislação Social**, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

## — 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que "estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências".

## — 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 1979, do Senador Aderbal Jurema, solicitando a retirada ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1979, de sua autoria, que dispõe sobre a utilização do álcool para uso combustível automotivo.

## — 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1978, de sua autoria, que dá nova redação ao artigo 227 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

## — 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1977, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 256 a 258, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Wilson Gonçalves e Osires Teixeira;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

## — 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

## — 7 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1977, do Senador Otto Lehmann, que dispõe sobre o tombamento da Fazenda Santa Mônica, em Valença, Estado do Rio de Janeiro, antiga propriedade do Barão de Ururá, onde Duque de Caxias morou na velhice, e viria a falecer, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 904 a 906, de 1978, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Educação e Cultura**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

## — 8 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1978, do Senador Dirceu Cardoso, que inclui no Plano Nacional de Viação, a Rodovia Iúna (BR—262) — Muniz Freire—Anutiba—Placa Alegre, fazendo ligação com a BR—101, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 195, 196 e 197, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, contrário; e

— de **Finanças**, favorável.

## — 9 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 19-8-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais uma vez, o Governo Federal comprova o seu estágio de desarvoramento. Mais uma vez, a Nação queda perplexa diante da contradição, diante da improvisação, diante do casuísmo e da incompetência revelada na mudança de rotas, na mudança de orientação na política adotada pelo Governo Federal.

Refiro-me, especificamente, à afirmação do Sr. Maurício Schulman, o ilustre tecnocrata que há bem pouco tempo fritava bolinhos para o Governo Federal, e, agora, escreve novelas para a televisão do Governo. Esta mudança, esta troca de indumentária e de roupagem é significativa: inopinadamente, tira-se um homem que há quatro anos lidava com o Banco Nacional da Habitação, lidava, portanto, com toda aquela cabalística de números e correção monetária, com todo aquele artificialismo, aquele hicrofantismo numérico, para vender casas ao trabalhador, explorando-o e este homem que se especializara nesse mister, que é o Sr. Maurício Schulman e atingiu índice de alta sotisticação nessa técnica cabalística do monetarismo habitacional, é transferido, *ex abrupto*, para presidir a ELETROBRÁS.

Quer dizer, alguém que fritava bolinhos, e agora passa a cabeleireiro. Uma mudança de profissão assim, sem mais nem menos, é uma virada de 180 graus no grande "Timão" da política habitacional e da política de estudo e aplicação energética no País.

Pois bem, o Sr. Maurício Schulman, ao sair da sua função de Presidente do Banco Nacional da Habitação e ao passar a lidar com a política energética do País, a presidir a ELETROBRÁS, sai-se com esta estultice inominável;

sai-se com uma afirmação completamente descabida, que nega os rudimentos mais insignificantes e elementares de toda a problemática energética do Norte do País, principalmente da Amazônia. Ele alvitra a desativação das cachoeiras, ou melhor, do aproveitamento energético das Cachoeiras de Balbina, na Atumã, e de Samuel, no Jamari, em Rondônia, numa demonstração inequívoca de que está completamente distante da vocação hidrográfica e hidrelétrica daquela área, da vocação energética através da força hidráulica da Bacia Amazônica.

Afirma que o problema do aproveitamento do Rio Atumã, para fornecimento de energia a Manaus, e de Samuel, para o fornecimento de energia a Rondônia, não tem cabimento, o que caberia, no caso específico, era a instalação de usinas termelétricas movidas a carvão, vindo de Santa Catarina.

Ora, Sr. Presidente, não é preciso entrar em pormenores. Basta essa afirmação descabida, desautorizada, sem o menor conhecimento da problemática regional amazônica para acoimar o Sr. Maurício Schulman de ignorante. Como trazer carvão de Santa Catarina para ser queimado em Rondônia e em Manaus em termelétricas capazes de abastecerem uma demanda insaciável daquelas áreas, que explodem, à procura de uma afirmação desenvolvimentista?

Pois bem, o Sr. Maurício Schulman, Sr. Presidente, afirmou que as hidrelétricas de Balbina e de Samuel estavam superadas, não seriam mais instaladas, seriam desativadas, não teria mais curso o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Atumã e do Rio Jamari, não se realizariam esses dois sonhos, esses dois anelos, esses dois anseios insopitáveis daquela área, porquanto, em seu lugar, seriam instaladas termelétricas, que seriam acionadas graças ao carvão que viria de Santa Catarina.

Ora, se queremos libertar-nos de uma dependência petrolífera que, em Manaus, chega à ordem de 500 toneladas por dia, Sr. Presidente — consome-se em Manaus e adjacências cerca de 500 toneladas de petróleo por dia para acionar as termelétricas, como, então, levar carvão de Santa Catarina para a Amazônia? Continuaríamos novamente na dependência do petróleo. Porquanto quem iria locomover esse carvão de Santa Catarina para Manaus ou Rondônia seriam os caminhões ou navios movidos a petróleo. Pensar numa ferrovia seria pensar num sonho utópico e inacessível, pois se até hoje não concluímos a Ferrovia do Aço, que é um salto de Belo Horizonte até a costa Atlântica, imaginemos uma ferrovia vinda de Santa Catarina até Manaus!

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Permite V. V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador Almir Pinto, com muita honra.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Ontem, na sessão do Congresso Nacional, um Deputado representante do Amazonas ou Pará, cujo nome me foge no momento, abordou este assunto da desativação de Balbina e Samuel. Não disse — porque talvez não lho tenha sido dito — o motivo dessa desativação. Guardei na minha mente, já que o Dr. Maurício Schulman trabalha no Rio de Janeiro — a ELETROBRÁS está sediada no Rio de Janeiro — por não estar em Brasília S. Ex<sup>a</sup> o Senhor Ministro Cesar Cals, que chegou hoje, pela manhã, eu, não obstante ter ido esperar o Sr. Ministro falei-lhe sobre a questão de Pernambuco — do ALUME — S. Ex<sup>a</sup> acha que ia ser colocada em Pernambuco, e poderia ser colocada em Petrolina pela facilidade energética, e passou-me sobre essa questão de Balbina e Samuel. Eu não estou aqui, em absoluto, como Líder. Converso sempre com S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro, e quando são abordados assuntos diferentes, que interessam diretamente ao seu Ministério, eu os levo ao seu conhecimento e não tive tempo — e talvez ainda hoje possa tê-lo de perguntar a S. Ex<sup>a</sup> o que, na verdade, existe sobre desativação de Samuel e Balbina. Quais os motivos. Não sei se essas eclusas, não sei se seriam eclusas, essas barragens que deveriam ser feitas nesses rios, sairiam tão mais caras ou mais não sei quanto por cento, do que o transporte do carvão de Santa Catarina, de que muito lucraria o Estado do nosso colega prezado Senador Evelásio Vieira. Mas eu posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que irei procurar saber do Ministro Cesar Cals qual, na verdade, o pensamento do Ministério. Quando eu digo Ministério, naturalmente está compreendido tudo aquilo que ele está a dirigir como Ministro sobre o problema de Balbina e Samuel. Talvez amanhã, eu não posso assegurar porque hoje S. Ex<sup>a</sup> chegou do Rio vindo já de São Paulo, Campos, e eu não tive tempo de manter uma conversa mais longa com S. Ex<sup>a</sup> Porém, irei, quando terminar o Congresso, ver se consigo falar com S. Ex<sup>a</sup> sobre este assunto e, amanhã, direi a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — A Amazônia agradecerá se V. Ex<sup>a</sup> pudesse trazer uma resposta favorável a esta inclinação, a esta vocação hidrográfica da área, pois o apelo para o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, é um apelo mesológico, é um apelo que não se pode fugir

— é insopitável. Mais cedo ou mais tarde terá que haver o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — É a tal história, Ex<sup>a</sup>: é a mesma coisa que levarmos a água da Amazônia para Santa Catarina e o carvão de Santa Catarina, para a Amazônia.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup>, agora, "matou o bicho com uma só cajadada". É exatamente isto. É a mesma coisa que se pretender levar o rio Amazonas para Santa Catarina e trazer carvão de Santa Catarina para abastecer termelétricas na Amazônia, quando nós temos na força hidráulica a vocação natural da Amazônia.

Calcula-se o potencial hidrelétrico da Amazônia em 150 mil megawatts, ou sejam, 150 milhões de quilowatts, sem falarmos na potencialidade da própria correnteza do rio.

Nós temos locais para o aproveitamento hidrelétrico, nos termos ideais, que são as mini e as média hidroelétricas, sem as hidrelétricas faraônicas, sem as hidrelétricas sardanapálicas, a exemplo de Itaipu: 12 milhões de quilowatts.

Nós precisamos é de centenas, milhares de hidrelétricas de 10 mil, 50, 100, 200, até 500 mil quilowatts, espalhadas pela Amazônia; é disso que precisamos. Vamos dar uma destinação mais autêntica ao carvão de Santa Catarina.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador Evelásio Vieira. Com muita honra.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Temos carvão-vapor, carvão-mineral em abundância no nosso Estado, que desejamos aplicar com inteligência. Temos interesse em vender a outros Estados, mas para movimentar termelétricas em áreas desprovidas de outras fontes energéticas; de suprir as siderúrgicas, de transformar o carvão em gaseificação para suprir as indústrias que consomem óleo combustível, reduzindo as importações de petróleo. Queremos aproveitar o nosso carvão na nossa siderúrgica, em Santa Catarina, inclusive para desenvolver uma tecnologia nacional. Santa Catarina está com o Amazonas, porque Santa Catarina está com o Brasil. Lá devem ser implantadas hidrelétricas para aproveitar o grande potencial hídrico que existe no Estado de V. Ex<sup>a</sup> Mas não nos surpreendemos com as declarações do titular da ELETROBRÁS, porque essas coisas estão sendo corriqueiras no Brasil. Veja, V. Ex<sup>a</sup>, que o Governo decidiu dar todo o apoio para instalar uma grande usina para produzir alumínio no Estado do Rio, que vai buscar energia elétrica de Itaipu, lá na fronteira com o Paraguai e com a Argentina, e a matéria-prima vai buscar no Pará. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — O aparte de V. Ex<sup>a</sup> me socorre, nobre Senador Evelásio Vieira, com muita oportunidade.

Santa Catarina tem outras opções para o seu carvão, outras opções mais valiosas e mais conscientes, como sói ser a transformação deste carvão em combustível líquido.

Hoje, já se sabe, já há tecnologia para a transformação do carvão em metanol, que pode ser exportado, vendido para outros Estados, até para o Amazonas, em forma de gasolina ou metanol, nunca como carvão, pura e simplesmente, para se queimar numa usina termelétrica. Isso constitui uma tolice grossa, uma tolice tão séria que compromete um Governo que se inicia e que, parece, bem inspirado, procurando caminhos novos, procurando soluções verdadeiras. Esta afirmação demonstra um desencontro, demonstra que a pessoa não está preparada para o cargo. Como, então, desativar uma hidrelétrica próxima de Manaus, a única na região que aliviaria a nossa dependência petrolífera, avaliada em 500 toneladas por dia? Balbina vai produzir, apenas, 250 mil quilowatts, logo uma insignificância, mas o suficiente para garantir um abastecimento energético para Manaus até o ano de 1992, com tranquilidade; até 1992, repito, Manaus estaria tranquila com essa reserva de 250 mil quilowatts.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço, novamente, o Senador Almir Pinto, com muita honra.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Meu nobre colega, é como estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup>, parece-me que o Dr. Maurício Schuman não deu qualquer explicação. Eu entendo só se for por uma questão de imediatismo que ele queira favorecer a região amazônica com essa energia porque, decerto, mandará tempo a construção da barragem. Essa pode ser uma explicação. Quanto à questão da ALUME — há pouco disse a V. Ex<sup>a</sup> — ainda não está, segundo o Ministro me afirmou hoje pela manhã, quando o interpele, nada

decidido, há estudos. S. Ex<sup>a</sup> me disse: "Penso que Pernambuco possa ficar com a ALUME desde que seja em Petrolina, que é mais próxima da fonte energética e mais próxima de Belém do Pará, como bem lembrou o nobre Senador Evelásio Vieira.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite, nobre Senador Evandro Carreira?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Pois não.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Fico jubiloso com essa informação do Senador Almir Pinto, porque, há dias, a grande imprensa nacional divulgou que o Ministro das Minas e Energia havia concordado com a maioria dos acionistas da VALESUL na sua localização no Estado do Rio de Janeiro. Mas diante da informação do Senador pelo Ceará, Almir Pinto, não vamos colocar dúvida, e ficamos não apenas na expectativa, mas na certeza de que a localização será aquela mais conveniente aos interesses do Brasil.

**O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE)** — A cidade em que S. Ex<sup>a</sup> acha que poderia ser localizada é a de Petrolina. São estudos que ainda estão sendo feitos. Acredito que o bom senso prevalecerá.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — A verdade é que, de tudo isso, se afere um desarvoramento, um desencontro. Parece que não há um plano, uma ordem de trabalho; é tudo feito atabalhoadamente, é tudo feito ao sabor do acaso, ao sabor do improvisado. De tudo isto se conclui que não há um plano definitivo, não há uma filosofia de governo, orientada, traçada, estruturada.

Aliás, um colega nosso, da melhor envergadura, o nosso ilustre e atual Governador do Ceará Virgílio Távora, homem da maior seriedade, da maior idoneidade, em certa ocasião, aqui, como Líder do Governo foi provocado pela oposição para uma resposta definitiva quanto à existência dos celeberrimos contratos de risco para procura de petróleo que já fluíam e os boatos já emergiam pelos corredores do Congresso Nacional de que o Governo estaria preparando contratos de risco para a exploração do petróleo brasileiro — o ilustre Senador Virgílio Távora, da tribuna do Senado garantiu peremptoriamente, soletrando quando o indagamos frontalmente se havia ou não estudos, se havia ou não intenção de trazer a lume uma decisão, para o uso de contratos de risco na exploração petrolífera, S. Ex<sup>a</sup> soletrou N...A...O...TIL: não; gritou três vezes: N...A...O...TIL: não! Não há nada a respeito!

Pois bem, Sr. Presidente, no outro dia, à noite, o Presidente da República, assomava à cátedra presidencial, ao rosto presidencial, e afirmava que depois de estudos demorados, depois de uma meditação profunda, depois de um mergulho no Valhalla, e consulta a Odin depois de toda uma pesquisa esotérica, chegara a conclusão de que a salvação para encontrarmos petróleo seria a adoção dos contratos de risco.

**O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Esse desencontro prova que há uma contradição íntima, há um desarvoramento profundo, orientando as decisões governamentais.

Ouçõ novamente o Senador Almir Pinto com muita honra.

**O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE)** — Lamento muito interromper novamente V. Ex<sup>a</sup> Apenas para uma retificação. Quando meu nobre colega Evelásio falava na VELESUL, eu não estava falando sobre a VELESUL, referia-me à LUME, não à VELESUL. Na verdade o Sr. Ministro já se havia pronunciado sobre a questão da VELESUL. Pernambuco está reivindicando a LUME para aquele Estado. S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro hoje me disse que possivelmente se fosse em Pernambuco localizar-se-ia na cidade de Petrolina. Mas é uma questão de estudos. Era só isto, porque houve um equívoco, eu não me referi à VELESUL.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Foi bom que a verdade veio a lume.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Veio a lume, exatamente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nada há que possa autorizar, não há argumento nem raciocínio algum, seja ele simples ou cabalístico, que possa autorizar a desativação do aproveitamento energético do rio Atumã com a Hidrelétrica de Balbina. Nada há. Aliás, de longa data se deseja o aproveitamento dessa força hidráulica. Se essa usina tivesse sido incrementada há anos atrás, como se propôs, seu custo estaria em 300 milhões de dólares, justamente o que Manaus gasta em petróleo por ano. Hoje a usina está orçada em torno de 450 milhões de dólares, mas é justamente quanto Manaus gasta ou gastará de petróleo em 10 anos. Ora, se for feita a usina, um dispêndio

que nos parece volumoso, mas é apenas um dispêndio inicial de 450 milhões de dólares, dentro de 10 anos a usina estará paga, completamente paga. E quanto mais tempo demormos na instalação dessa hidrelétrica, mais cara ela ficará.

O Governo Federal já dispendeu cerca de 150 milhões de cruzeiros; até agora já foram gastos 150 milhões de cruzeiros na feitura de uma estrada; na instalação do canteiro de obras, 1.200 homens já trabalham, já operam na região. Ora, perder todo esse esforço empregado parece uma contradição inexplicável; parece que o Governo confirma o raciocínio de que ele está desarvorado, não tem roteiro, ele age ao sabor do casuísmo, ao sabor do acaso, dos acontecimentos emocionais, das idiosincrasias dos presidentes, diretores e responsáveis pelos órgãos públicos.

Eu não encontro, não há ninguém que encontre uma razão em levar carvão de Santa Catarina para ser queimado numa termoelétrica em Manaus. O dispêndio desse transporte vai onerar extraordinariamente a produção energética dessa usina.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Ouço o nobre Senador Jaison Barreto com muita honra.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Em reforço a tese que V. Ex<sup>a</sup> está a defender e até para justificar o porquê da celeuma criada e dessa distorção quanto à finalidade do projeto que Santa Catarina apresentou ao Ministro Cesar Cals. É que na realidade a grande reivindicação que fazemos é de que se constitua no País um instrumento, um órgão capaz de definir uma política para o carvão. Infelizmente nada há neste sentido, e ele está apenso ao Conselho Nacional do Petróleo que decididamente não se preocupa com a determinação de uma política que possa agora, de fato, recuperar aquilo que, durante longos anos, poderíamos ter utilizado, exatamente nesse momento de crise energética. Mas o projeto apresentado por Santa Catarina, que nada tem a ver com esse estrambólico, é o termo, estrambólica intenção do Sr. Schumann, é de que nós pretendíamos valorizar a tecnologia nova da gaseificação do carvão, lá presente, e através de um gasoduto encaminhar esta energia para as indústrias do centro do País, principalmente São Paulo. O projeto é viável, economicamente válido, tira-nos de uma dependência que tende a se aprofundar e permite, inclusive pelos cálculos feitos, que em dois anos se recupere o dinheiro investido nesse gasoduto. É esta a preocupação. E trago mais um lembrete a V. Ex<sup>a</sup>: um ilustre dono de minas de Santa Catarina, ao ouvir a proposta do Sr. Ministro César Cals, confidenciou conosco: "é um absurdo, é interessante para mim, que sou proprietário de minas, mas é completamente fora de propósito e não diz nada", como a demonstrar o despreparo das autoridades brasileiras no equacionamento do bom aproveitamento daquelas reservas energéticas do Sul do País. De modo que Santa Catarina defende um órgão capaz de realmente definir uma política inteligente para o aproveitamento do carvão. E em segundo lugar, até como a dizer que a SIDERSUL é apenas um dos instrumentos de valorização da utilização daquela fonte de energia, estamos é preocupados com a gaseificação do carvão, a definição do preço, realmente, do gás de carvão e a construção desse gasoduto para fornecimento de energia barata — ou competitiva, pelo menos, — às indústrias do centro do País.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Muito obrigado, Senador Jaison Barreto. A sua contribuição nos ajuda no raciocínio que desenvolvíamos. Ou há um despreparo total, há um desencontro total, há um desarvoramento e um casuísmo total por parte da política energética do Governo, ou, então, um plano sinistro, um plano sinistro não tanto contra o Amazonas mas, principalmente, contra Santa Catarina. Quer dizer, com essa discussão, desviar a atenção do grande projeto catarinense.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Exatamente. É uma atitude escapistica e nós entendemos exatamente assim.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Exatamente, é um escapismo. Só pode ser um escapismo, só pode ser uma forma de não atender a uma solicitação natural e uma vocação natural de Santa Catarina que é a gaseificação do seu carvão, para o abastecimento do Brasil através de gasodutos. Esta é que é a verdade.

Então, parece que há um plano de prejudicar Santa Catarina e, ao mesmo tempo, prejudicar o Amazonas.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Com muita honra.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Não há nada de absurdo na pretensão do Estado, já que o País está investindo uma soma fabulosa na cons-

trução do gasoduto da Bolívia para os centros consumidores do País e com a viabilidade, até, duvidosa. De modo que a construção desse gasoduto de Santa Catarina para os centros consumidores é perfeitamente viável e o projeto inteligente, feito pelo talento do homem catarinense, está aí, para ser colocado em discussão.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Exatamente, assim como a transformação desse carvão em metanol. Já há técnica comprovada, economicamente comprovada e viável para a feitura do combustível líquido do carvão, através de técnicas modernas.

Tudo isto nos leva a um estado de desespero. O povo paraense também se sente desesperado, quando ora se afirma Tucuruí, ora se nega Tucuruí; ora se corta a verba de Tucuruí, ora se delonga, se protraí o projeto de Tucuruí. Depois se nega Balbina.

Há, portanto, uma incerteza, Sr. Presidente. Paira sobre a Amazônia um clima de insegurança, de incerteza por parte dos investidores. Quem é que vai investir numa área onde a energia custa os olhos da cara, desde que essa energia é movida a petróleo?

Belém está consumindo, hoje, cerca de 500 toneladas, só Belém, só a cidade de Belém, 500 toneladas de petróleo por dia, Sr. Presidente. Manaus consome mais de 400 toneladas, 450 toneladas de petróleo por dia, num total de mil toneladas por dia. Não é possível! Estamos diante de uma perplexidade. O Governo ora afirma Balbina, ora afirma Samuel; ora garante Bem Quer, aproveitando Rio Branco; ora garante Tucuruí; depois diz que não há recursos, mas constrói o Banco Central, com chifres para baixo, para o fundo da terra, de 7 andares, e gasta 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros num palácio subterrâneo.

Sr. Presidente, convenhamos, isto é um descalabro. Enquanto se ameaça gastar num projeto nuclear cerca de 30 bilhões de dólares, Sr. Presidente, são negados os recursos essenciais a Tucuruí, são negados recursos necessários a Balbina, a Bem Quer, a Samuel, a Cotingo, a todas essas áreas que estão necessitando da oferta de energia.

A Amazônia é tão diferente, Senhores, que lá a economia de mercado se inverte. Na Amazônia, é preciso que haja oferta de energia para haver demanda. É o inverso de outras áreas. Em outras áreas, é preciso que haja demanda, procura de energia, para que se instalem usinas produtoras de energia. Na Amazônia, é o inverso. É preciso que se ofereça energia barata para que o investidor se inspire em aproveitar as suas potencialidades.

É preciso que haja oferta de energia barata, ou ninguém irá para a Amazônia. As fazendas aquáticas que eu preconizo, com seus frigoríficos acoplados para a produção de proteínas e o abastecimento do mundo, carecem do aproveitamento hidrelétrico da Amazônia. Se não houver energia barata, e energia barata é energia hidrelétrica, é aquela que só exige uma despesa, a inicial, da instalação da hidrelétrica e mais nada.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Ouço o nobre Senador Evelásio Vieira, com muita honra.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — V. Ex<sup>a</sup> faz agora referências à escassez de recursos para as hidrelétricas no Norte do País. Enquanto isso, para a construção de uma única usina nuclear, o Governo já aplicou 17 bilhões de cruzeiros. Naturalmente, porque essa energia é muito mais barata do que a produzida por uma usina hidrelétrica...

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Sr. Presidente, gostaria, agora, de me reportar a uma manifestação do Sr. Paulo de Tarso Alvim, mas estou me sentindo muito cansado, e deixo para outra oportunidade. (Muito bem!)

*Discurso pronunciado pelo Sr. Evandro Carreira na sessão de 7-8-79 e que, entregue à revisão do orador, seria publicado posteriormente:*

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil se debate numa ânsia e numa angústia de encontro e de procura, e, num esforço desordenado, caótico e, por vezes, pueril, se perde em trilhas e caminhos que a consciência nacional e o bom senso repudiam *a priori*.

Acabamos de ouvir um depoimento da maior seriedade, depoimento da lavra de um homem que tem se notabilizado na vida pública pela honestidade e pelo idealismo, pela coragem e pela dedicação de estudo da problemática brasileira.

Este homem é Dirceu Cardoso, que nos mostra, depois de uma viagem a Europa, a consequência da feitura de um acordo que não atende, em absoluto, ao raciocínio mais primário e mais elementar.

O Brasil, país pobre, sobrecarregado de problemas, tenta enveredar por uma seara de conhecimentos onde os grandes titãs se degladiam, dando a entender que ainda não se situou, ainda não amadureceu, ainda não se compenetraram das suas carências, das suas necessidades e do caminho que deve trilhar para satisfazê-las.

Sr. Presidente, na fala de Dirceu Cardoso, constatamos que nos será transferido, por acordo, um processo de enriquecimento de urânio que, apenas, foi aprovado *in vitro*, no laboratório. Não há nada que assegure a sua exeqüibilidade no campo comercial e industrial. Adotando esta linha de raciocínio, nós deveríamos estar instalando usinas fotossintéticas, pois já se conhece o processo, já é possível transformar o teto de todas as casas dos países tropicais em folhas municiadas de estômatos com clorofila suficiente para captar os ftons da energia radiante e transformá-la em energia elétrica. No entanto, o processo não tem exeqüibilidade comercial.

A distância é muito grande entre aquilo que se faz no laboratório e aquilo que se pode fazer para funcionar do ponto de vista comercial.

Mas, Sr. Presidente, o Brasil possui outras searas, outros campos mais viáveis e mais exeqüíveis para desenvolvimento de tecnologia nova, para o aprimoramento do *know-how* e da instrumentalização do povo brasileiro, podendo até se tornar, em certos setores, prioritário, *Magister dixit*.

Cito como exemplo o caso da biota amazônica, não há campos mais fértil para o Brasil, mais natural, mais racional do que o estudo, a pesquisa da hileia amazônica, para dela extrair não só energia, mas a mercadoria mais rotativa e mais cara do Planeta Terra que é alimentos.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Pois não, com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Tenho o atrevimento de solicitar o aparte a V. Ex<sup>a</sup> porque sei que V. Ex<sup>a</sup> gosta muito do diálogo. E para que não paire dúvidas, quero registrar, para honra e interesse próprio, que sou seguidor das idéias de V. Ex<sup>a</sup>, mas, às vezes, não trilho o mesmo caminho. Em relação ao preâmbulo do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, entendo que é certa a tentativa do Brasil de ingressar no clube dos países atômicos, apenas com o cuidado e dentro dos recursos econômicos disponíveis. Devemos explorar outras prioridades energéticas, aproveitar outras riquezas naturais para, com o rendimento nessas outras fontes de riqueza, alcançarmos mais recursos para acelerarmos, posteriormente, o desenvolvimento da energia nuclear no País. E digo mais: nunca ouvi nesta Casa, mas esta é a minha posição; com fins pacíficos, mas também bélicos, não para agredir, mas como autodefesa. Era uma posição que queria registrar no pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> está a fazer, e numa discordância, talvez apenas, meramente de campo de ação estratégica.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Nobre Senador Evelásio Vieira, naturalmente que, ao pedirmos ênfase para a pesquisa, o estudo e o aprofundamento da análise de certos setores que poderiam oferecer maior *know-how* e mais vantagem a uma política nacional, não se está elidindo completamente a possibilidade de o Brasil carrear alguns recursos para manter, a nível universitário, uma pesquisa, um estudo da tecnologia nuclear.

Porém, nobre Senador, hoje sabemos que toda essa tecnologia vazará automaticamente. Tudo o que os Estados Unidos e a Rússia têm em torno de tecnologia nuclear, daqui a cinco anos será do conhecimento das revistas científicas do mundo. Todo esse estudo feito, a quatro paredes, vazará, nobre Senador.

Hoje se faz bomba atômica na cozinha de qualquer cientista, quando há vinte anos parecia uma quimera inalcançável, parecia impossível que alguém pudesse fabricar uma bomba atômica num laboratório doméstico, hoje o fato é comecinho e trivial, haja vista a demonstração que deu um estudante nos Estados Unidos, e o fato televisado foi proibido de ser enfocado pela televisão brasileira.

Daqui a cinco ou dez anos, esses conhecimentos, essa tecnologia toda estará impressa em revistas científicas.

Precisaríamos era ter um programa a nível universitário, apenas para acompanhar, porque o Brasil não pode se iludir: ele jamais será uma potência belicosa, nem ele, nem o Peru, nem a Venezuela, nem qualquer país da América do Sul.

Militarmente, estaremos, sempre, orbitando em torno de outras potências belicosas.

Só temos uma saída: é sacudir a poeira e dar a volta por cima, nobre Senador; atingiremos o patamar de superpotência não em termos belicosos, mas dentro de uma nova técnica, de um novo comportamento, talvez uma

técnica de amor, de fraternidade, ofertando alimentos para o mundo, anulando a belicosidade dos povos rapaces.

Como potência alimentícia, desfrutaremos de uma hegemonia muito mais segura e muito mais duradoura do que possuindo uma bomba atômica.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Ouço V. Exª com muita honra.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — A tese de V. Exª em transformar o Brasil também em uma grande potência alimentar no mundo é válida. Reconheço que é uma grande arma, em todos os seus aspectos, mas entendo, também, que nos outros setores devemos estar presentes.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Sim, a nível universitário.

É tão grande — quero dizer ao meu ilustre colega — é tão grande a potencialidade alimentícia que, na história do mundo, ninguém é capaz de citar um povo, um país, ou uma nação que tenha sido forte sem ter alimentos. A força dos Estados Unidos, não é nuclear, é alimentícia, a sua força reside na sua potência alimentícia. A força da Rússia, também não é nuclear, é alimentícia.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — E a do Japão?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — É alimentícia. A do Japão é alimentícia, e não é bastante, por isso é um país gravitacional. O Japão existe em função dos Estados Unidos, é um país dependente. O Japão não é um titã, não é um país de primeira grandeza, ele depende da cornucópia norte-americana. Nobre Senador, nós sabemos disso! Acredito até que a China tenha mais poder de arrogância do que o próprio Japão e só não é uma potência de primeira grandeza porque ainda não é uma potência alimentícia.

O Japão é um país que hoje está sentindo essa necessidade, está caminhando para se auto-abastecer: aí estão seus estudos de Oceanografia, outra seara do conhecimento humano que se pode explorar além da nuclear, onde um povo pode adquirir *know-how* prioritário. Os japoneses têm se dedicado de corpo e alma à oceanografia, estão adquirindo conhecimentos que poderão transformá-los numa potência alimentícia, dentro de poucos anos estarão produzindo todas as suas proteínas de algas marinhas. O alto nível cultural alcançado pelos japoneses, nestes últimos 100 anos, graças a investimentos maciços no setor educacional, desvendou essa verdade irretorquível — a hegemonia depende da produção de alimentos.

O Brasil também poderia dedicar-se a essa verdade indesmentível — quando tem a maior usina protética do mundo, que é a Amazônia — poderia dedicar-se de corpo e alma à produção de alimentos. Claro, não se esquecendo de um projeto nuclear a nível universitário, nunca a nível de primeira grandeza.

A estupidez quer instalar oito ou dez usinas nucleares no Brasil. Não vai instalar nada. Isso é conversa para inglês. A primeira usina já sofre um atraso de vários anos. As outras sofrerão muito mais. O Brasil não tem condições. Isso tudo é conversa de pobre querendo bancar o rico. Dever-nos-íamos conscientizar da nossa situação e da nossa aflição, devíamos fazer uma autocrítica e reconhecer que não estamos em condições de partir para um projeto dessa natureza. Estamos nos exaurindo, estamos nos desgastando à toa, inutilmente, quando chegarmos a dar — se for possível — caráter comercial e industrial a esse processo de enriquecimento do urânio que a Alemanha nos quer transferir, ela talvez já esteja em outro muito mais comercial e os Estados Unidos e a Rússia já tenham aprimorado alguma coisa muito mais sofisticada que energia nuclear — energia solar.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Ouço o aparte de V. Exª

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Tenho a impressão de que V. Exª está subestimando as condições excepcionais do Brasil. Temos a nossa dimensão territorial. Nossa população, hoje, é da ordem de 115 milhões; dentro de 22 anos, 200 milhões de seres humanos. Outra condição: poderemos perfeitamente, dentro de 10, 20 anos, se tivermos competência, chegar ao mesmo nível dos Estados Unidos, da Alemanha, da Rússia, em matéria de produção de energia nuclear. Temos condições, Senador. Não podemos, isto sim — neste ponto concordo com V. Exª, e já tenho criticado o Governo por essa medida — não podemos, neste momento, estar investindo tanto em energia nuclear, quando temos outras alternativas mais rentáveis e menos dispendiosas. Entretanto, devemos perseguir o caminho da energia nuclear, para que amanhã possamos sentar à mesa com os grandes países e, conjuntamente, tomar as grandes decisões nacionais. Acredito que chegaremos lá. O

que precisamos é ter confiança nas nossas potencialidades e explorá-las com inteligência, com sabedoria, sabendo o que está ocorrendo hoje, e, dessa forma, estabelecer as melhores prioridades que atendam aos interesses nacionais.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Claro, nobre Senador Evelásio Vieira. Esse elenco de prioridade é que deve ser rígido, e, na rigidez desse elenco, a energia nuclear deve estar em último item. No entanto, nós a colocamos em primeiro lugar.

Nobre Senador Evelásio Vieira, nem era para estarmos falando em átomo nesta Casa, quando o Brasil gastou, no ano passado, 43 milhões de dólares na importação de alho a,l,h,o: alho, quando cebola vai apodrecer no São Francisco.

Nobre Senador Evelásio Vieira, nosso problema é de encontro. Há necessidade de os nossos dirigentes pararem para pensar, fazerem um retiro de consciência nacional. Vamos repensar tudo. Está tudo errado; o desencontro é total.

Na minha terra o IBDF está arrancando casco de tartaruga como enfeite das *boutiques* e dos restaurantes. V. Exª não pode enfeitar sua casa, sua sala de jantar com casco de tartaruga ou de jabuti, porque esse casco está sujeito a ser requisitado, aprisionado pelo IBDF. O IBDF tem portaria, veja bem nobre Senador, proibindo que alguém faça viveiros, criadouros de espécies em extinção. Há qualquer coisa mais inconsequente?! Pergunto: há alguma coisa mais absurda e mais incongruente do que proibir um cidadão de criar espécies em extinção?! Diz o IBDF que é para não estimular o foco de desrespeito à lei que proíbe a matança das espécies em extinção.

O raciocínio é tão absurdo que nos parece haver uma alienação, uma loucura e o Brasil está se transformando num grande hospício.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Nobre Senador, permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Com muita honra, nobre Senador Paulo Brossard.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Lamento ter chegado neste momento e ter que sair logo após. De modo que não pude ouvir o começo do seu discurso nem terei ocasião de ouvir a sua peroração. Ouvi — não sei se estou ouvindo bem — ouvi que o IBDF está requisitando cascos de tartaruga.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Nobre Senador, o IBDF está invadindo os restaurantes, as *boutiques* de Manaus, qualquer lugar público e arrancando os cascos de tartaruga. Se souber que há casco de tartaruga em qualquer casa particular, o IBDF pede ordem judicial para invadir e retirar o casco de tartaruga graças a uma portaria...

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — As portarias são muito importantes neste País.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — ... que o autoriza a arrancar os adornos feitos com esqueletos de tartaruga e outros animais.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — O que quer dizer mesmo IBDF?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — E tartaruga é floresta?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — É. Para eles tartaruga é floresta.

Isto comprova e atesta a inconsequência de toda essa mixórdia de leis, de resoluções e de decretos. É um absurdo.

Agora mesmo estamos constatando que o Brasil está fechando um acordo, pelo qual vai receber um processo de enriquecimento de urânio que já foi testado *in vitro*, mas não tem nenhuma comprovação comercial. Parece até estória da carochinha. Como comprar algo que ainda não foi comprovado comercialmente?!

Portanto, nobre Senador, é uma bizantinice essa discussão e esse acordo, é pura estória da carochinha, quando temos outras opções.

O Brasil deveria estar debruçado na preservação de seus recursos naturais, para deles extrair alimentos e, com isso, ter a hegemonia do Mundo. Nenhum país do Mundo poderá destruir celeiros e adegas no futuro. O futuro do Brasil não está em ter bomba atômica nem exércitos poderosos.

Está em ter grandes celeiros para abastecer o mundo. Nenhuma nação se afirmou, através da arma, mas sim através do alimento, e quando ela tentou e conseguiu uma hegemonia guerreira, foi uma hegemonia momentânea, passageira e meteórica, logo em seguida ela ruíu, e ela perdeu sua razão de ser.



O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço o nobre Senador, com muita honra.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Eminentíssimo Senador estou ouvindo seu discurso com muita atenção, mas não se esqueça de que nenhum país será forte, no futuro, e se afirmará como potência, se também não possuir abundância de explorável energia. Daí o esforço que estamos realizando, no setor da energia nuclear, todo ele voltado para a paz: não nos anima, em momento algum, utilizar a energia nuclear para objetivos bélicos, ao contrário. O que nós estamos fazendo é nos alinhar aos povos que estão preocupados em buscar fontes alternativas de energia para acelerar o seu desenvolvimento. O acordo que fizemos com a Alemanha nos trará resultados positivos para o nosso desenvolvimento tecnológico e econômico, sobretudo em face da condição de País grande produtor de urânio.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Lomanto Júnior, agradeço o seu aparte porque ele rememora um argumento que já se tornou enfadonho: os povos aos quais nós queremos nos emparelhar são povos que já exauriram a sua capacidade hidrelétrica.

Nobre Senador, o Brasil tem mais de 200 milhões de kilowatts de energia hidráulica a explorar. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que só o que chamamos de ponta d'água, nos rios da Amazônia — não falo nem hidrelétrica — ponta d'água, são trechos onde o rio alcança, por vezes, uma velocidade de 12 nós. Pois bem, qualquer ventoinha, qualquer hélice colocada nessas pontas d'água pode iluminar cidades.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Ainda ontem ouvimos, aqui, um brilhante pronunciamento do eminente Senador Evelásio Vieira, da necessidade de evitarmos, o quanto possível, a condução da energia elétrica para longas distâncias. É evidente que, se outros recursos não tivermos, teremos que construir as custosas redes de transmissão, levando a energia para longas distâncias. Mas, como bem acentuou o eminente Senador Evelásio Vieira, devemos evitar o quanto possível essa solução, buscando inclusive aproveitar os pequenos potenciais hidrelétricos, as miniquedas como ele denominou aqui e novas fontes energéticas. Temos necessidade de conhecer a moderna tecnologia nuclear, com a preparação de técnicos, neste importante setor. Estamos atualmente com vários estudando na Alemanha. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que não devemos nos limitar apenas a exploração a nossa energia hidrelétrica, mas buscar outras fontes que a tecnologia nos indicar. Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup> que haveremos de ser uma grande Nação, o grande celeiro para alimentar o mundo, mas não será forte no futuro a nação que não possuir abundância de energia.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Mas, claro, nem ela poderá ser grande sem ter energia. Mas temos múltiplas opções que estão em patamares superiores ao da energia nuclear. O que deveríamos ter em termos de tecnologia nuclear é um estudo a nível universitário, quanto a transmissão de energia das grandes hidrelétricas, isso também está superado, nós sabemos.

O Brasil não tem só a opção hidrelétrica; temos uma opção hidrelétrica para a Amazônia, enquanto para o Centro-Sul temos a opção do nosso carvão, da extração de energia desse carvão, que existe em grande quantidade.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Outra fonte que não podemos descuidar. Então, temos que buscar todas as alternativas ao nosso alcance, para nos prepararmos para o futuro.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Porém, enquanto isso, o projeto de racionalização dessa potencialidade carbonífera está arquivado e já se gasta cerca de 17 bilhões de cruzeiros com estudos nucleares.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço o nobre Senador Lázaro Barboza, com muita honra.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Eminentíssimo Senador Evandro Carreira, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, de forma percuciente e profunda, discute os problemas nacionais, aqueles problemas de maior envergadura. Quando V. Ex<sup>a</sup>, fazendo coro ao que já foi dito inúmeras vezes nesta Casa, chama a atenção para aquilo que poderá ser um erro enorme ter o Brasil se atrelado à Alemanha no Acordo Nuclear, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> merecem ser ouvidas e que, sobre elas, se faça meditação mais profunda. Deveríamos indagar se o Brasil de hoje, que ostenta o terrível quadro social de ver 59% de sua popu-

lação com renda familiar de zero a dois salários mínimos, pode e é conveniente gastar 40 bilhões de dólares, que não temos, num Acordo Nuclear para construção de oito usinas nucleares, e que terão vida de 20 anos. Dent<sup>o</sup> de 20 anos serão sucata, estarão inteiramente desativadas, porque o mundo terá ingressado numa outra fase, num outro desdobramento da vida nuclear, da ciência nuclear. Devemos indagar se é conveniente persistirmos nessa política, ou se deveríamos procurar, é verdade, a nível de pesquisa, a nível de estudo, a nível universitário, com o diz V. Ex<sup>a</sup>, a nível, inclusive, de intercâmbio com outras nações, adquirirmos, aí sim, conhecimentos que nos habilitasse ao enriquecimento do urânio e ao aprofundamento dos nossos conhecimentos da análise de programas energéticos que o mundo inteiro, hoje, desenvolve e guardarmos grandes partes desses recursos para incrementar a construção de pequenas usinas hidráulicas por esse Brasil inteiro. No meu Estado, eminente Senador Evandro Carreira, dezenas e dezenas de pequenas usinas hidrelétricas, em perfeíssimas condições de operação, estão sendo desativadas. Agora, há poucos meses atrás, um fazendeiro no Município de Goiânia, a 200 quilômetros de Brasília, desativou uma hidrelétrica em sua fazenda que fornecia 150 kva de energia. Isto porque as autoridades do setor começaram até a exercer pressão sobre ele, alegando não poder ele ter em sua propriedade uma hidrelétrica. Desativou-se aquela usina e a CELG fez alguns quilômetros de linha de transmissão para vender 15 kva de energia, que são consumidos naquela propriedade. E lá está aquela excelente usina, num curso de água fabuloso, capaz de gerar cento e tantos kva de energia, jogada fora. Em Cavalcanti, também a 200 quilômetros de Brasília, desativou-se uma usina hidrelétrica de propriedade da Prefeitura Municipal.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, vou dar um aparte dentro do seu aparte. É lamentável que a Assessoria do Governo não anote o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, para dizer isto a nível de Presidência da República. O que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo é da maior seriedade, nobre Senador. Desperto os assessores do Ministério das Minas e Energia pois aqui deve haver pelo menos uns 50, trançando pernas, para anotarem isso e levarem ao Presidente da República. Obrigado, nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — E casos como os que agora citei, em Goiás, nobre Senador, são inúmeros e inúmeros. E suponho mesmo que seja o retrato do que se passa pelo resto do País. Aí sim, estariam sendo bem aplicados os recursos dos impostos que o povo paga, se, ao invés de desativar as pequenas hidrelétricas, o Governo criasse, no Ministério das Minas e Energia, um programa, inclusive, de incentivo para se construir tantas quantas fossem as milhares de pequenas hidrelétricas por este País inteiro, em cada propriedade rural, em cada curso d'água, por pequeno que o seja. E sentindo a importância disto, estou concluindo a construção de uma hidrelétrica em minha pequena propriedade rural, que vai gerar tão-somente 5 kva de energia, num curso d'água, para que assim eu evite ter energia elétrica oriunda de um motor diesel.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Muito bem!

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — E isso deveria ser feito no País inteiro, nobre Senador. Meus parabéns, por mais uma vez ferir assunto dessa importância.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Lázaro Barboza, eu é que agradeço a contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso, quando é justamente isso que queremos enfatizar na tarde de hoje. É o desencontro do Governo, é o desamoramento. O Governo se encontra desorientado, ele não sabe, ele não se encontra, ele se contradiz, ele se debate e não se encontra, nobre Senador...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dá licença, nobre Senador?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Só um momento, apenas para concluir o raciocínio.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Só para dizer que estamos inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira.

Mas, para comprovar esses desencontros, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo está agora tocando fogo na Serra da Canastra, o Governo está incendiando a Serra da Canastra. E para quê? Para secar o Rio São Francisco e desativar Sobradinho e Paulo Afonso. Só pode ser para isso.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Eminentíssimo Senador Evandro Carreira, permite-me outra interrupção?



**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Pois não, com muita honra.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — V. Ex<sup>a</sup> sabe que o Brasil possui na palmeira do babaçu uma riqueza extraordinária, palmeira que cobre porções vastíssimas de 9 Estados do País, inclusive do meu Estado de Goiás, e principalmente dos Estados do Maranhão e do Piauí. Cada palmeira de babaçu é capaz de produzir, em álcool anidro, cerca de quase 200 litros por ano, produzindo ainda um carvão de excelente qualidade, produz o coque, produz o querosene, produz enfim o Babaçu. É uma riqueza extraordinária e que não tem sido ainda devidamente avaliada. V. Ex<sup>a</sup> sabe que os babaçuais estão sendo destruídos criminosamente? E aí o IBDF, que recebia de V. Ex<sup>a</sup>, ainda há pouco, admoestações, merece mais uma vez ser admoestado, mais uma vez porque o Governo permite essas devastações dos babaçuais na Região Amazônica, no Norte do País.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Nobre Senador Lázaro Barboza, a mamona teve comprovada sua funcionalidade, não só do ponto de vista laboratorial, mas também do ponto de vista comercial e industrial. É o único produto da biomassa que se assemelha ao petróleo.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que o problema do mundo não é apenas um produto energético, é um problema de confecção de artefatos oriundos do petróleo. O que se gasta de petróleo no mundo para a produção de energia é apenas 1/3 do produto retirado do solo, 2/3 são gastos com a petroquímica, para a produção de artefatos. A mamona é o único que substitui o petróleo. Dela faremos gasolina, óleo combustível, óleo lubrificante, e todos os artefatos, desde a dentadura do Ministro Delfim Netto (Risos.)

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — E mais, já que V. Ex<sup>a</sup> lembra agora a figura do Ministro da Agricultura. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> sabe que a árvore da mamoeira produz uma quantidade enorme de azoto e fósforo que recobre o solo. Ela é um excelente adubo.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Exatamente.

Mas, nobre Senador, para comprovar a inconseqüência do Governo, quero ler a edição do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, do dia 6, portanto de ontem, o atestado de que o Governo mandou tocar fogo na Serra da Canastra, nas nascentes do rio São Francisco.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Mas, eminente Senador, o Governo mandou incendiar a Serra da Canastra?

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Mandou tocar foto E é reserva florestal!  
Vou ler:

"A destruição pelo fogo do patrimônio ecológico do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas, através das queimadas de seus chapados, foi mesmo autorizada pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), segundo admitiu publicamente o delegado regional do Instituto, em Belo Horizonte, Invens Pinto Franqueira, confirmando denúncia do *Jornal da Tarde*. E até ontem a queimada continuava em vários locais.

O delegado fora acusado de "omissão e covardia" pelo presidente do Centro para Conservação da Natureza em Minas, Hugo Eiras Furtado Werneck, que também denunciou uma "trama dentro do IBDF" para lhe sonegar o xerox da autorização emitida pelo gabinete da presidência do Instituto em Brasília, com o qual instruiriam mandado de segurança. Depois de muita hesitação, Invens Franqueira acabou decidindo esclarecer sua posição no caso:

— Foi um ato administrativo e sem justificativa, que eu tive de acatar. Se eu não o fizesse e abandonasse o cargo em protesto, outro seria colocado em meu lugar e o Parque seria queimado do mesmo jeito — declarou o delegado regional do IBDF ao jornal *Estado de Minas*, confirmando que a autorização foi dada por Oswaldo de Matos, alto funcionário da presidência do IBDF, que foi pessoalmente a São Roque de Minas, cidade ao pé do Parque da Canastra, a fim de liberar os fazendeiros para fazerem as queimadas na serra e transformá-la em pasto para o gado.

— Eu, é claro, fiquei triste. Fiquei muito frustrado. A gente está defendendo aquilo lá e, de uma hora para outra, sem esperar, vê-se obrigado a cumprir uma determinação dessa — disse Invens Franqueira, justificando que não se demitiu porque, se continuar como delegado regional do IBDF, poderá continuar sua luta em favor do Parque da Canastra, cuja criação, no começo dessa década, deve ser creditada em parte a seu empenho pessoal, segundo co-

mentou o próprio presidente do Centro para Conservação da Natureza, em Minas.

Também em São Roque de Minas, o fazendeiro Aldivino Fregugia da Silva, um dos desapropriados pelo IBDF para a implantação do Parque, afirmou ao *JT* que foi o Deputado federal João Nogueira de Resende, da ARENA mineira e parente do Ministro Eliseu Resende, dos Transportes, quem pediu diretamente ao Ministro Delfim Netto, da Agricultura, a autorização para queimar os campos do Parque e depois subir o gado.

Aldivino Fregugia contou ainda que o Deputado arenista levou ao Ministro Delfim Netto o pedido dos fazendeiros desapropriados para que fosse elevado o preço das indenizações. Logo após as gestões do Deputado foi que Oswaldo de Matos, em nome do IBDF, esteve em São Roque de Minas para autorizar as queimadas e a permanência do gado até janeiro, bem como para prometer que dentro de 60 dias acertaria o pagamento de uma indenização maior (1.200 cruzeiros o hectare), independente do resultado do recurso judicial impetrado pelos fazendeiros contra os valores estipulados pelo INCRA. Os ex-proprietários, no entanto, aceitam esse preço só até o próximo dia 20.

As indenizações estão depositadas há cerca de três anos, mas não foram retiradas pelos antigos donos das terras, dos 71.525 hectares desapropriados. Desde o ano passado, aumentando o descontentamento com o preço pago pelo INCRA, os fazendeiros intensificaram suas pressões sobre o IBDF, até que este ano, em junho, alguns passaram a fazer queimadas clandestinas à noite e colocar cabeças de gado na área cercada do Parque. Houve prisão em flagrante de um empregado do fazendeiro Jaguaré Lima, um dos líderes dos desapropriados, e surgiu a crise.

#### A insatisfação dos fazendeiros

O próprio Aldivino Fragugia exemplifica, com o seu caso, a insatisfação dos fazendeiros. Contou que foi indenizado em 33 mil cruzeiros, há três anos atrás, por 365 hectares e mais as benfeitorias. Contudo, desses 365 hectares, Aldivino possui escritura de apenas 59 hectares.

— A indenização foi baixa exatamente por isso: os fazendeiros, às vezes, têm escrituras apenas de 1/4 do que realmente possuem. Ainda assim, o valor nelas declarado é também muitas vezes inferior ao real — explicou um funcionário do Estado que acompanha o processo de indenização, informando que dos mais ou menos 180 fazendeiros desapropriados, cerca de 12 ocupam aproximadamente 35 mil dos 71.525 hectares demarcados no Parque.

Uma herança de latifúndios, mostrou o funcionário, que vem desde a primeira propriedade habitada, dentro do que hoje é o Parque — a Fazenda das Pedras — cujo dono, Florêncio Rodrigues Nunes, possuía no século XVIII uma área contínua na região de 19 mil alqueires.

O predomínio econômico dos grandes fazendeiros é tal que para liberar o fogo e subida do gado, Oswaldo de Matos fez uma reunião com apenas 10 a 12 fazendeiros. Aliás, do total dos desapropriados, entre quatro a cinco proprietários têm de 10 a 12 mil reses das 20 a 25 mil cabeças de gado que estarão pastando nos campos do Parque durante o período de 90 dias.

Funcionários do IBDF na Delegacia Regional de Minas, incluindo o delegado Invens Pinto Franqueira, e no escritório de São Roque de Minas, onde está sediado o núcleo de vigilância do Parque Nacional, impuseram-se o silêncio decretado pelo Instituto e o Ministério da Agricultura, que os proibiu de prestar quaisquer declarações ou informações sobre o incêndio e a invasão da Serra da Canastra."

**O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes)** — Desejava lembrar ao nobre Senador que dispõe de apenas cinco minutos.

**O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM)** — Pois não, Sr. Presidente. Vou procurar os trechos mais enfáticos.

"Entretanto, às vezes não se contém e, indignados com a transformação do Parque em pastagens, criticam violentamente as pressões dos fazendeiros e a docilidade em relação a eles por parte dos gabinetes de Brasília.

— Desde que foi criado o Parque, houve tempo para que os fazendeiros preparassem capineiras para alimentar o gado durante a

seca e agora que o pasto foi queimado pela geada. Mas, com as queimadas eles ganham pastagens de graça. Os quatro ou cinco grandes fazendeiros, que têm juntos mais de 10 mil cabeças de gado, possuem outras terras e não precisavam subir com ele para os chapadões do Parque, comentou um funcionário do IBDF, lembrando que as terras do município de São Roque se estendem por mais ou menos quatro mil quilômetros quadrados.

#### Morre um, nasce outro

Esse mesmo funcionário deixou bem claro os prejuízos causados pelo gado, que não pára de subir e ocupar as áreas queimadas, assim que, em três a oito dias, começa a brotar o capim novo: além do fogo em si, que destrói a proteção aos mananciais d'água, insetos, pequenos roedores, ninhos de codornas, perdizes e emas, e a matéria orgânica, as reses completam o estrago pisoteando o solo, contaminando com doenças os mamíferos e largando no estrume sementes de capim "gordura" — daninho para o capim natural dos campos da Serra da Canastra. Outro grande risco são as caçadas que podem ser feitas devido ao aumento do trânsito de pessoas através do parque.

Para justificar a liberação do parque ao pastoreio, Oswaldo de Matos pediu aos fazendeiros que apenas tivessem cuidado em proteger do fogo os capões de mato "pois capim, morre um, nasce outro". No entanto, em Belo Horizonte, o engenheiro agrônomo Maurício Fernandes, especialista em conservação de solo e água da EMATER (empresa vinculada à Secretaria da Agricultura de Minas) advertiu exatamente para o grande perigo representado pela destruição do capim natural para a proteção dos mananciais que formam as nascentes dos rios, agora também ameaçadas pela infiltração das cinzas.

— Essa vegetação das nascentes do rio São Francisco de forma alguma pode ser queimada. As gramíneas dão melhor proteção às nascentes do que fazem as árvores, porque absorvem e transpiram mais água. O fogo, além disso, destrói a matéria orgânica e a microflora imprescindíveis para a macroflora e a micro e macrofaunas. Por isso, as cabeceiras dos rios no Parque da Serra da Canastra têm de ser mantidas como santuário.

Além do São Francisco, nascem no alto da Canastra os rios Santo Antônio, importante afluente do rio Grande, e o Araguari, afluente do Paranaíba; mas o número de lençóis d'água formados nos chapadões do São Francisco e o da Zagaia, dentro do Parque, pode ser avaliado pelo número de cascatas: são cerca de 25 e têm a média de 60 metros de altura, oferecendo belíssimas e variadas paisagens, das quais sobressai a Casca D'Anta com seus 247 metros de altura, de onde cai o São Francisco.

Sr. Presidente, esta é a posição da política nacional. Autêntico desencontro. O Sr. Ministro autoriza um predador a, em nome do IBDF, autorizar a queimada de uma área que é nascente do mais brasileiro de todos os rios, o rio São Francisco, esse rio que representa o caudal que abastece as grandes hidrelétricas do Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, diante disso, só há uma opção: é pedir para ir a Alfa Centauro. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVANDRO CARREIRA, EM SEU DISCURSO.

#### O FOGO AUTORIZADO

O delegado regional do IBDF, em Minas, admitiu que a queimada na serra da Canastra foi mesmo autorizada.

A destruição pelo fogo do patrimônio ecológico do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas, através das queimadas de seus chapadões, foi mesmo autorizada pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), segundo admitiu publicamente o delegado regional do Instituto, em Belo Horizonte, Invens Pinto Franqueira, confirmando denúncia do *Jornal da Tarde*. E até ontem a queimada continuava em vários locais.

O delegado fora acusado de "omissão e covardia" pelo presidente do Centro para Conservação da Natureza em Minas, Hugo Eiras Furtado Werneck, que também denunciou uma "trama dentro do IBDF" para lhe sonegar o xerox da autorização emitida pelo gabinete da presidência do Instituto em Brasília, com o qual ins-

truíam mandado de segurança. Depois de muita hesitação, Invens Franqueira acabou decidindo esclarecer sua posição no caso:

— Foi um ato administrativo e sem justificativa, que eu tive de acatar. Se eu não o fizesse e abandonasse o cargo em protesto, outro seria colocado em meu lugar e o Parque seria queimado do mesmo jeito — declarou o delegado regional do IBDF ao jornal *Estado de Minas*, confirmando que a autorização foi dada por Oswaldo de Matos, alto funcionário da presidência do IBDF, que foi pessoalmente a São Roque de Minas, cidade ao pé do Parque da Canastra, a fim de liberar os fazendeiros para fazerem as queimadas na serra e transformá-la em pasto para o gado.

— Eu, é claro, fiquei triste. Fiquei muito frustrado. A gente está defendendo aquilo lá e, de uma hora para outra, sem esperar, vê-se obrigado a cumprir uma determinação dessa — disse Invens Franqueira, justificando que não se demitiu porque, se continuar como delegado regional do IBDF, poderá continuar sua luta em favor do Parque da Canastra, cuja criação, no começo dessa década, deve ser creditada em parte a seu empenho pessoal, segundo comentou o próprio presidente do Centro para Conservação da Natureza em Minas.

Também em São Roque de Minas, o fazendeiro Aldivino Fregugia da Silva, um dos desapropriados pelo IBDF para a implantação do Parque, afirmou ao *Jornal da Tarde* que foi o deputado federal João Nogueira de Resende, da ARENA mineira e parente do Ministro Eliseu Resende, dos Transportes, que pediu diretamente ao Ministro Delfim Netto, da Agricultura, a autorização para queimar os campos do Parque e depois subir o gado.

Aldivino Fregugia contou ainda que o deputado arenista levou ao Ministro Delfim Netto o pedido dos fazendeiros desapropriados para que fosse elevado o preço das indenizações. Logo após as gestões do deputado, foi que Oswaldo de Matos, em nome do IBDF, esteve em São Roque de Minas para autorizar as queimadas e a permanência do gado até janeiro, bem como para prometer que dentro de 60 dias acertaria o pagamento de uma indenização maior (Cr\$ 1.200 cruzeiros o hectare), independente do resultado do recurso judicial impetrado pelos fazendeiros contra os valores estipulados pelo INCRA. Os ex-proprietários, no entanto, aceitarão esse preço só até o próximo dia 20.

As indenizações estão depositadas há cerca de três anos, mas não foram retiradas pelos antigos donos das terras, dos 71.525 hectares desapropriados. Desde o ano passado, aumentando o descontentamento com o preço pago pelo INCRA, os fazendeiros intensificaram suas pressões sobre o IBDF, até que este ano, em junho, alguns passaram a fazer queimadas clandestinas à noite e colocar cabeças de gado na área cercada do Parque. Houve prisão em flagrante de um empregado do fazendeiro Jaguaré Lima, um dos líderes dos desapropriados, e surgiu a crise.

#### A INSATISFAÇÃO DOS FAZENDEIROS

O próprio Aldivino Fregugia exemplifica, com o seu caso, a insatisfação dos fazendeiros. Contou que foi indenizado em 33 mil cruzeiros, há três anos atrás, por 365 hectares e mais as benfeitorias. Contudo, desses 365 hectares, Aldivino possui escritura de apenas 59 hectares.

— A indenização foi baixa exatamente por isso: os fazendeiros às vezes têm escrituras apenas de 1/4 do que realmente possuem. Ainda assim, o valor nelas declarado é também muitas vezes inferior ao real — explicou um funcionário do Estado que acompanha o processo de indenização, informando que dos mais ou menos 180 fazendeiros desapropriados, cerca de 12 ocupam aproximadamente 35 mil dos 71.525 hectares, demarcados no parque.

Uma herança de latifúndios, mostrou o funcionário, que vem desde a primeira propriedade habitada, dentro do que hoje é o Parque — a Fazenda das Pedras —, cujo dono, Florêncio Rodrigues Nunes, possuía no século XVIII uma área contínua na região de 19 mil alqueires.

O predomínio econômico dos grandes fazendeiros é tal que, para liberar o fogo e subida do gado, Oswaldo de Matos fez uma reunião com apenas 10 a 12 fazendeiros. Aliás, do total dos desapropriados, entre quatro a cinco proprietários têm de 10 a 12 mil reses das 20 a 25 mil cabeças de gado que estarão pastando nos campos do Parque durante o período de 90 dias.

Funcionários do IBDF, na delegacia regional de Minas, incluindo o delegado Invens Franqueira, e no escritório de São Roque de Minas, onde está sediado o núcleo de vigilância do Parque Nacional, impuseram-se o silêncio decretado pelo Instituto e o Ministério da Agricultura, que os proibiu de prestar quaisquer declarações ou informações sobre o incêndio e a invasão da Serra da Canastra. Entretanto, às vezes não se contém e, indignados com a transformação do Parque em pastagens, criticam violentamente as pressões dos fazendeiros e a docilidade em relação a eles por parte dos gabinetes de Brasília.

— Desde que foi criado o Parque, houve tempo para que os fazendeiros preparassem capineiras para alimentar o gado durante a seca e agora que o pasto foi queimado pela geada. Mas, com as queimadas eles ganham pastagens de graça. Os quatro ou cinco fazendeiros, que têm juntos mais de 10 mil cabeças de gado, possuem outras terras e não precisavam subir com ele para os chapadões do Parque, comentou um funcionário do IBDF, lembrando que as terras do município de São Roque se estendem por mais ou menos quatro mil quilômetros quadrados.

### “MORRE UM, NASCE OUTRO”.

Esse mesmo funcionário deixou bem claro os prejuízos causados pelo gado, que não para de subir e ocupar as áreas queimadas, assim que, em três a oito dias, começa a brotar o capim novo: além do fogo em si, que destrói a proteção aos mananciais d'água, insetos, pequenos roedores, ninhos de codornas, perdizes e emas, e a matéria orgânica, as reses completam o estrago pisoteando o solo, contaminando com doenças os mamíferos e largando no estrume sementes de capim “gordura” — daninho para o capim natural dos campos da serra da Canastra. Outro grande risco são as caçadas que podem ser feitas devido ao aumento do trânsito de pessoas através do parque.

Para justificar a liberação do parque ao pastoreio, Oswaldo de Matos pediu aos fazendeiros que apenas tivessem cuidado em proteger do fogo os capões de mato “pois capim, morre um, nasce outro”. No entanto, em Belo Horizonte, o engenheiro agrônomo Maurício Fernandes, especialista em conservação de solo e água da EMATER (empresa vinculada à Secretaria da Agricultura de Minas) advertiu exatamente para o grande perigo representado pela destruição do capim natural para a proteção dos mananciais que formam as nascentes dos rios, agora também ameaçadas pela infiltração das cinzas:

— Essa vegetação das nascentes do rio São Francisco de forma alguma pode ser queimada. As gramíneas dão melhor proteção às nascentes do que fazem as árvores, porque absorvem e transpiram mais água. O fogo, além disso, destrói a matéria orgânica e a microflora imprescindíveis para a macroflora e a micro e macrofauna. Por isso, as cabeceiras dos rios no parque da Serra da Canastra têm de ser mantidas como santuário.

Além do São Francisco, nascem no alto da Canastra os rios Santo Antônio, importante afluente do rio Grande, e o Araguari, afluente do Paranaíba, mas o número de lençóis d'água formados nos chapadões do São Francisco e o da Zagaia, dentro do Parque, pode ser avaliado pelo número de cascatas: são cerca de 25 e têm a média de 60 metros de altura, oferecendo belíssimas e variadas paisagens, das quais sobressai a Cascata D'Anta com seus 247 metros de altura, de onde cai o São Francisco.

### UM SANTUÁRIO VULNERÁVEL

Porém, todo esse patrimônio, sem falar na variedade da fauna (27 espécies de mamíferos e 119 de aves, segundo estudo da Fundação João Pinheiro sobre as reservas biológicas de Minas, não apenas se constitui ainda num santuário como também está de fato extremamente vulnerável.

A área do Parque já foi demarcada, fechada por uma cerca de 120 quilômetros de perímetro, mas na prática o Parque Nacional da Serra da Canastra ainda não passou muito do papel: há apenas sete agentes florestais do IBDF e mais sete soldados da Polícia Florestal da PM para vigiá-lo; uma estrada, que era antes uma trilha estreita, foi alargada e atualmente é trafegada livremente, atravessando de fora a fora a área numa extensão de 67 quilômetros e servindo de ligação entre São Roque de Minas e Sacramento, cidade

no outro extremo do Parque, e o seu manejo para turismo e pesquisas, ainda é muito precário, quase inexistente.

Ao ser criado por decreto federal em abril de 1972, o projeto inicial do Parque da Canastra previa uma extensão total de 200 mil hectares, reduzidos depois para 71,525 em parte por falta de recursos para indenização e implantação, e em parte pela pressão dos latifundiários da região. O que deixou de ser incorporado ao Parque, abrangendo parte da importante chapada da Babilônia, já foi uma grande perda em termos de preservação ecológica, pois lá também existem muitos mananciais d'água, bichos e verde.

Uma perda que ameaça o próprio Parque e que pode ser explicado pelo *slogan* que Hélio Lasmar — um velho funcionário do Ministério da Agricultura e um dos primeiros do IBDF a instalar-se em São Roque de Minas para ajudar na implantação do Parque — escreveu e pregou na parede do escritório do Instituto em São Roque:

— A terra não pertence ao homem. O homem é que pertence à terra.

Hélio Lasmar, que conhece toda a Serra da Canastra e já lamenta ter de abandoná-la daqui há poucos meses, quando sair a sua aposentadoria, lê em voz alta e compenetrado o seu *slogan* e, no final, acrescenta com um sorriso amargo, numa sutil referência aos fazendeiros:

— É isso mesmo, mas eles não entendem; têm muito apego às coisas materiais.

### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 8-8-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por mais de uma vez chamamos a atenção da Casa e do País para o problema do custo de vida em Minas Gerais, em especial na Capital do Estado, Belo Horizonte.

Esta cidade, nos últimos anos, vem sempre colocada entre as primeiras do País, em elevação das taxas de custo de vida.

Assim, liderou em 1975 e 1977 a lista dos maiores índices anuais do custo de vida, tendo ficado, em 1976 e 1978, em segundo lugar.

Convém referir que em 1977 a variação anual de preços ao consumidor em Belo Horizonte alcançou a 67,2%. Já em 1978, então seguindo a prática adotada em outras unidades — de manipulação de resultados — Belo Horizonte chegou ao final do ano com um índice de custo de vida da ordem de 52,5%.

No entanto, Sr. Presidente, quaisquer desses índices foram sempre muito superiores aos reajustes dos salários dos trabalhadores mineiros. Na época da decretação do salário mínimo, em maio último, tivemos a oportunidade de demonstrar isso, estabelecendo uma comparação entre a parcela destinada à alimentação do trabalhador e a variação de preços dos produtos alimentícios, em 1978, que foi de 68%.

Trouxemos ao conhecimento do Plenário esses dados como advertência, porquanto prevíamos a dificuldade de conter a insatisfação popular, tendo em vista a defasagem existente entre os salários dos trabalhadores mineiros e as altas sempre crescentes do custo de vida.

E vale a pena, Srs. Senadores, recordar o Decreto nº 83.375, de 30-4-1979, cujos componentes legais são, para todo o Estado de Minas Gerais: alimentação com 54%, habitação com 28%, vestuário com 11% e o transporte com 1%.

E quando vejo o nobre Senador Agenor Maria se referir, Sr. Presidente, aos salários do seu Estado, recorde-me então, aqui, que o salário para Minas Gerais, da ordem de Cr\$ 2.268,00 vai corresponder ao percentual, por incrível que pareça, em relação ao transporte, de Cr\$ 22,68. E aqui deixamos aquela pergunta que já fizemos uma vez, neste plenário, Sr. Presidente: quem é que pode, na Capital do meu Estado, com Cr\$ 22,68 ter um transporte? A alimentação para todo o Estado é de 54%.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer, nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Vê V. Ex<sup>a</sup> que o problema social do País vem se agravando, principalmente nas costas do assalariado brasileiro. Isso é uma verdade comprovada estatisticamente nos últimos anos: os banqueiros ficam mais ricos e os assalariados empobrecem. E agora muito

recentemente esta tendência se oficializou. V. Ex<sup>a</sup>, como a Nação, tomou conhecimento de uma entrevista recente do Presidente da República — e quando o Presidente da República dá entrevistas, o País treme. Infelizmente Sua Excelência voltou a dar entrevista e sabe V. Ex<sup>a</sup> que aquelas entrevistas presidenciais antes dele receber de presente o mandato, escandalizaram a Nação. Pois bem, o Presidente volta, numa dessas históricas entrevistas, e diz alto e bom som que o culpado pela inflação neste País é o salário. Ora, isso é uma alienação extremamente simplista e terrivelmente grave para a classe dos trabalhadores brasileiros. Este Governo é um governo antitrabalhador, um governo simplista, porque incompetente, que procura resolver nas costas do trabalhador brasileiro aquilo que não consegue através do exercício do executivo.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Muito obrigado, Senador Gilvan Rocha, pela intervenção de V. Ex<sup>a</sup> E ainda ontem, nesta Casa, o Senador Luiz Cavalcante lembrava, por exemplo, o acerto do Senhor Presidente da República quando diz que a inflação vai atingir, este ano, a praticamente 50%. O Senador Luiz Cavalcante ainda recordava isso, ontem, ao Plenário.

Traz, V. Ex<sup>a</sup> esse dado importante. É muito fácil dizer que o salário é que causa o aspecto inflacionário neste País. Mas, Senador Gilvan Rocha, no decorrer do meu pronunciamento vou chamar a atenção exatamente para aqueles acontecimentos sociais, que se registraram em Belo Horizonte, e que atingiram principalmente a indústria de construção civil para demonstrar que realmente, sobretudo em Minas Gerais, com um salário mínimo, não é possível viver.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que o custo da alimentação em todo o Estado de Minas Gerais, dentro do decreto do Governo federal, é de 54%. Busquei o salário de 1978 para fazer uma comparação com 1979. Então, veja, nobre Senador Gilvan Rocha: em 1978, o salário no Estado de Minas Gerais era da ordem de um mil quinhentos e sessenta cruzeiros. O trabalhador, então, deveria despendar com a alimentação, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos.

Em 1979, tivemos o salário passando para Cr\$ 2.268,00. O Banco Central deu para Belo Horizonte o índice de custo de vida da ordem de 52,5% em 1978, sendo a variação da ordem de 68%. Tomei, então, os custos de Cr\$ 842,40 e acrescentei os 68%, dados pelo Banco Central, e não pela Oposição. Achei um valor de Cr\$ 1.415,23. O que sobrou, então, para o vestuário, higiene e transporte? Cr\$ 852,77. O acréscimo, fora o setor de alimentação — preste bem V. Ex<sup>a</sup> atenção para este raciocínio de 1978 para 1979 o trabalhador mineiro, que percebia um salário mínimo, teve apenas um acréscimo de 18,8% em relação ao vestuário, à higiene, à habitação e ao transporte.

Aí estão os dados, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que possamos continuar o raciocínio em função do que tem acontecido na Capital do nosso Estado, hoje a terceira Capital do País.

Tínhamos um exemplo recente, quando da tramitação, pelo Congresso Nacional, da Lei do Inquilinato, de quanto fora acelerada a sua aprovação, diante de uma notícia dolorosa, relacionada com o que se convencionou denominar "denúncia vazia".

Agora, na greve dos trabalhadores da construção civil de Minas Gerais, ocorre um fato semelhante. Mas, é importante observar que em Belo Horizonte a insatisfação veio às ruas depois de ter sido negado aos trabalhadores um local para a sua reunião. No caso, segundo cálculos oficiais, eram 10 mil os que saíram em passeata — e chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Agenor Maria, que em Minas Gerais, Capital do meu Estado, eram 10 mil que saíram em passeata —, conduzindo cartazes, dentre os quais um dizia: "estamos com fome".

O problema é grave. Merece meditação e, mais do que isso, coragem para enfrentá-lo, buscando soluções profundas e adequadas, que a nova conjuntura mineira requer, e não atitudes simplistas ou o poder de polícia, porque, na verdade, não seria apenas pela ação de pessoas estranhas ao meio dos trabalhadores na construção civil que ocorreriam os lamentáveis incidentes já conhecidos de todos.

Estamos diante de uma conjuntura nacional difícil. Depois de um período de ufanismo, em que se acreditou estarem equacionados todos os problemas nacionais, a realidade começa a superar a fantasia. O País percebe que é carente de recursos fundamentais, e não só isso, conclui também que sofreu uma transformação interna que merece uma atenção especial.

A urbanização é um fato. As populações rurais demandam os grandes centros, atraídas por diversos fatores. A população de Belo Horizonte cresceu 31% entre 1960 e 1970, anos dos últimos recenseamentos demográficos realizados no País. Além disso, se em 1950 a população da Capital de Minas

Gerais absorvia 4,57% da população total do Estado, em 1960 o percentual é bem maior, pois atinge a 7,03%. No final da década seguinte, o Censo de 1970 revela que Belo Horizonte concentra 10,78% da população de Minas Gerais.

Neste ponto, Senador Gilvan Rocha, permito-me interromper meu discurso, para lembrar o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porquanto vou-me referir também aos caminhoneiros de Minas Gerais. Um Ministro do Governo vai à televisão e reconhece que existe uma política especulativa em relação ao óleo diesel e ao óleo combustível. Como é que o Governo responde a essa política especulativa? O Governo responde, em seguida, a essa política especulativa aumentando os fretes. Quando o Governo fala na sua economia de guerra, já começa errando, reconhecendo a política especulativa, e, imediatamente, a PETROBRÁS determina o aumento do preço do óleo diesel. Foi essa a resposta que a PETROBRÁS deu ao povo brasileiro, não permitindo que o pequeno carreteiro conseguisse o aumento da tarifa do frete. Sobretudo em Minas Gerais, o aumento do preço do óleo diesel evidentemente vai acarretar o aumento do preço do frete, vai exigir da nossa indústria cimenteira maiores preços, vai exigir maiores preços dos produtos agrícolas. Daqui a pouco, vou demonstrar que na minha cidade de Juiz de Fora, em seis meses, os produtos agrícolas tiveram um aumento de preços da ordem de 50%.

É esta a resposta, Senador Gilvan Rocha, que o Governo dá — ele mesmo reconhecendo, através da palavra do seu Ministro na televisão — a política especulativa: o aumento do preço do óleo diesel e do óleo combustível, através da PETROBRÁS.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Com muito prazer.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Senador Itamar Franco, V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez aborda tema de fundamental importância para o País, lembrando o que ocorreu, há poucos dias, com os chamados carreteiros em Minas Gerais, e associando essa ocorrência ao aumento brutal do óleo diesel, que por assim dizer, veio tornar quase que impossível a concretização daquela proposta do Ministro da Agricultura de encher as panelas do povo. Todos sabemos que, além de incidir, de forma brutal, no preço, na realização, da agricultura, das safras, sem dúvida alguma essa alta brutal do preço do óleo diesel, armazena, nos cofres da PETROBRÁS, uma soma monstruosa de lucros. Os lucros que a PETROBRÁS obtém na comercialização do óleo diesel, da gasolina e dos derivados do petróleo são brutais. Além disso, o fato vem evidenciar outro erro: já há mais de um mês, não há normalidade no abastecimento do óleo diesel. Hoje li no *Correio Braziliense*, que o Senhor Presidente da República já deu bilhete azul ao Presidente da PETROBRÁS, Sr. Shigeaki Ueki, ex-Ministro das Minas e Energia. Se efetivamente essa notícia se concretizar, entendo que vai reacender no espírito do povo brasileiro um pouco mais de esperança de que haja normalidade, pelo menos no abastecimento do óleo diesel, tão imprescindível a todas as atividades que geram riqueza neste País, porquanto o Sr. Shigeaki Ueki vem cometendo erros à frente dos organismos que tem dirigido, desde o tempo em que era Ministro de Estado, quando transformou aquele Ministério na Canaã das multinacionais de minérios e quando vem imprimindo uma política sabidamente condenada pelo País inteiro. Oxalá agora, se se concretizar a notícia dada pelo *Correio Braziliense* da demissão do Presidente da PETROBRÁS, quem sabe, pelo menos a PETROBRÁS errará menos?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Senador Lázaro Barboza, obrigado pela sua intervenção. V. Ex<sup>a</sup> usou uma expressão por demais popular, dizendo que o Governo pretende dar o bilhete azul ao ex-Ministro Shigeaki Ueki.

Eu, particularmente, tenho minhas dúvidas, porque — e foi a assertiva que fiz há pouco — o Governo que reconheceu a política especulativa no caso do óleo diesel, do óleo combustível, e respondeu a essa política especulativa com aumentos, o Governo que já conhece a política imprimeida pelo ex-Ministro Shigeaki Ueki em relação ao Ministério das Minas e Energia — aliás, é de se estranhar que esse Ministro, que dirigiu a política ministerial no campo energético, tenha-se deslocado para a PETROBRÁS — eu, particularmente, Senador Lázaro Barboza, tenho minhas dúvidas se realmente...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Esse Governo — permita-me, Senador — cultiva, aduba e rega a incompetência. Então, é muito pouco provável que esse Governo dê o bilhete azul àquele que é o símbolo da incompetência — o ex-Ministro e atual Presidente da PETROBRÁS.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Até me recordo, com essa expressão do Senador Gilvan Rocha, Senador Lázaro Barboza — e V. Ex<sup>a</sup> há de se recordar, também — que foi o ex-Ministro Shigeaki Ueki que

negava os contratos de risco, depois admitiu os contratos de risco. Negou os contratos de risco, por exemplo, numa reunião da Comissão de Minas e Energia e o Senador Luiz Cavalcante há de se lembrar, porque participou dessa reunião e, em seguida, esse Ministro admite os contratos de risco, demonstrando exatamente aquela incerteza que existe no campo energético brasileiro e que já não é de hoje; o Governo está sem definição nesse campo, para não dizer que o Governo continua, praticamente nesses 15 anos, com o modelo econômico que aí está, ultrapassado, centralizador e que tanto mal tem causado a este País.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Permite um aparte, nobre Senador Itamar Franco?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Este humorista Chico Anísio, quando começou o seu programa Chico City, há cinco anos atrás, o programa abria com uma cantiga que tinha este refrão: "Isto é muito bom, isto é bom demais". Então, é este refrão que repito, agora, ao Senador Lázaro Barboza. Isto é muito bom, isto é bom demais, se se concretizasse a saída do Sr. Ueki da PETROBRÁS. É uma notícia boa demais, essa que V. Exª nos trouxe.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — E V. Exª completou a rima, eminente Senador Luiz Cavalcante.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Porque bom para a PETROBRÁS, bom para o Governo do Presidente Figueiredo e, sobretudo, bom para o Brasil. Lembremos que essa empresa está precisando de um administrador excepcional e este administrador não é o Sr. Ueki, infelizmente, porque já teve a sua oportunidade. Ele foi, na verdade, durante cinco anos, no Governo anterior, foi o superpresidente da PETROBRÁS, Ministro que era das Minas e Energia; e durante a sua gestão a produção de petróleo foi decrescente. Tenho os números, aqui, diante dos meus olhos: no ano em que ele começou a PETROBRÁS produziu 10 milhões e 565 mil metros cúbicos; no ano seguinte baixou para 10 milhões e 280 mil; no outro ano para 10 milhões; no outro ano 9 milhões e 650 mil; e no ano passado ficou nos minguados 9 milhões e 630 mil. Portanto, não é este o homem de que a PETROBRÁS precisa. Apesar de uma terrível propaganda lançada agora pela PETROBRÁS, à qual certamente o Sr. Ueki não está alheio, porque ele é Presidente da empresa, procurando consolar os brasileiros, afirmando que nós não temos petróleo, mas também a França não tem, o Japão não tem. Ora, comparando a extensão territorial do Brasil com a da França. Sabe V. Exª que o seu Estado de Minas Gerais parece-me que ainda é um pouco maior do que a França e o Japão cabe umas 60 vezes neste Brasil. O que ele não disse é que na verdade o nosso País, o Brasil, é das cinco grandes nações do mundo: Canadá, Estados Unidos, Rússia, China e nós, Brasil, é a única que não tem petróleo. Não é possível que Deus tenha sido tão ingrato com esses 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de extensão territorial. Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade desse longo aparte.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Eu é que agradeço a intervenção sempre lúcida e inteligente de V. Exª e oxalá, dentro da conceitualização de V. Exª, o refrão desse humorista seja verdadeiro, face à revelação do Senador Lázaro Barboza que, ao que parece, está bem informado em relação às coisas que se passam no Governo.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Eminente Senador Itamar Franco, permita-me V. Exª dizer que não estou bem informado do que se passa nos arraias do Governo porque, creio que nem mesmo o Líder do Governo, nesta Casa, aufere privilégio tão grande. Apenas li no *Correio Braziliense* de hoje, e estou torcendo para que o fato seja verdadeiro, que o Sr. Shigeaki Ueki esteja realmente demissionário ou demitido da PETROBRÁS, porque estou com o Senador Luiz Cavalcante; aquela empresa tão cara ao povo brasileiro, aquela empresa que custou a um punhado de bravos uma luta terrível face a incompreensões terríveis, na época em que foi criada, aquela empresa deve ter condições de apresentar-se de forma bem mais promissora perante os olhos da Nação, em horas tão difíceis quanto a nossa. E quero aqui agora lembrar, ainda complementando os dados que foram fornecidos pelo eminente Senador Luiz Cavalcante, nas suas críticas também ao ex-Ministro Shigeaki Ueki, aquele homem que, agora, diz que o Brasil deve se conformar em não ter petróleo, porque a França não tem, porque tal país não tem, aquele outro não tem, é o mesmo homem que, quando Ministro, se prometia fantasiar-se de Diógenes, isto é, vestir-se de um tonel e dançar na Praça dos Três Poderes.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Muito obrigado, Senador Lázaro Barboza, pela intervenção mais uma vez de V. Exª

Vamos aguardar, então, o famoso bilhete azul. Vamos esperar até amanhã. Eu, particularmente, já disse que não acredito nessa demissão, mas, de qualquer forma, resta-nos esperar o dia de amanhã.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Pois não.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — O assunto vem interessando ao Plenário, assunto de reformulação ministerial e, inusitadamente, está partindo da Oposição. Digo inusitado mas, o fato de estarmos aqui a pedir a reforma ministerial tem sua lógica, porque o normal seria a Oposição, num país democrático apresentar, como V. Exª com tanto brilho apresenta agora, seu diagnóstico como uma opção democrática, esperando a nossa ida ao Poder para que as nossas opções fossem testadas no Executivo. Mas, como este é um singularíssimo país, onde o próprio Presidente da República, que se intitula o democratizador, declara nas suas entrevistas à imprensa de que o que interessa, na reformulação partidária, é a maioria governamental, é evidente que temos que cuidar da reforma do Ministério dele, já que nos foi, mais uma vez, vetada a possibilidade de irmos ao Poder. Então, só nos resta, já que mais uma vez o Presidente dá a entender que é proibido à Oposição brasileira aspirar ao Poder, pedir a Sua-Excelência que, pelo menos, ouça o clamor da Nação e ponha para fora esses prêmios Nobel de incompetência que estão aí, no Ministério. Porque um país que ouve um alto funcionário governamental ir à televisão e dizer: "está faltando óleo diesel, mas amanhã vai aparecer porque o preço vai subir", esse funcionário está assinando, em público, o atestado da sua mais profunda ignorância, e da impropriedade do governo.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Muito obrigado, Senador Gilvan Rocha.

Mas continuo Sr. Presidente, e dizia eu que Belo Horizonte hoje tem praticamente 11% da população de Minas Gerais, recordando que Minas Gerais é composta de setecentos e vinte dois municípios, praticamente setecentos municípios, com cinquenta mil habitantes. E Belo Horizonte, hoje, tem uma concentração de 11% da população.

Estes dados, ainda que significativos, deixam de captar aspectos cuja expressão é bem mais qualitativa, ou seja, as questões relacionadas com habitação, educação, saúde, saneamento, transporte e outros, com que defrontam os trabalhadores que habitam os grandes centros.

Esta problemática avulta desproporcionalmente quando em presença de processos acelerados de urbanização. Se, além do mais, ocorrem também perdas crescentes de poder aquisitivo, em decorrência de um processo inflacionário galopante, é de um grau muito maior a insatisfação.

Estamos diante de fatos os quais os administradores estaduais e federais não têm apresentado respostas satisfatórias.

Talvez, aí, esteja a intervenção de V. Exª, Senador Gilvan Rocha. A Nação espera respostas satisfatórias e nós temos tido. Evidentemente, Sua Excelência, o Senhor Presidente, da República irá dizer, que os Ministros são dimissíveis *ad nutum* e que são Ministros de confiança mas, de qualquer forma, nós continuamos esperando respostas satisfatórias, principalmente em relação a Minas Gerais.

A inflação aí está, e para o Rio de Janeiro, onde, há muito tempo, a Fundação Getúlio Vargas manipula os dados, é esperado um índice inflacionário superior a 50%. Enquanto isto, os decretos de reajustamento de salários, seja o mínimo, ou de quaisquer categorias profissionais, têm atingido a níveis insuficientes, gerando assim uma compressão salarial que favorece o processo de concentração de rendas.

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nós não achamos que essa satisfação possa ser respondida pelo processo policial. Os acontecimentos de Belo Horizonte demonstram isto. E ainda ontem, na minha cidade de Juiz de Fora, a ação policial também se fez presente, matando um universitário.

A prodigalidade pública aí está também, e é ampla a lista dos beneficiários, seja na área dos grupos financeiros, ou de empresas industriais, cujos proprietários nem de longe recebem qualquer censura, sim apoio, e irrestrito.

Minas Gerais não ficou de fora deste cortejo de favorecimentos. A política de incentivos fiscais instituída no Estado no final da década dos sessenta tem sido insistentemente questionada, questionamento este que recebeu adesões até mesmo no seio de órgãos públicos estaduais.

Em junho de 1978 chegou ao conhecimento público um ensaio, preparado no âmbito da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Go-



verno do Estado de Minas Gerais, que buscou estabelecer algumas reflexões sobre o papel de incentivo fiscal da Lei nº 5.261, de 19 de setembro de 1969, no desenvolvimento recente de Minas Gerais.

O Livro 13, Políticas Tributárias e Fiscal do Estado de Minas Gerais, pelo que estamos informados, foi rapidamente recolhido, à vista das sérias críticas nele expostas pelos seus redatores.

O objetivo deste documento foi o de por em dúvida a crença generalizada de que o aparato institucional desenvolvido em Minas Gerais tenha sido o fator determinante do crescimento da economia do Estado. O estudo observa ter havido doação de parcela futura de recursos públicos locais, com a privatização de recursos do Tesouro em benefício de empresas multinacionais.

Daí porque, assim analisa o sistema de incentivos fiscais, posto à disposição de grupos poderosos, por comunidades pobres:

"Complicada e anti-social forma de paternalismo às avessas, pois a sociedade "doadora" de poupança é flagrantemente pobre, carente mesmo de um mínimo de capital social básico".

Deste modo, para um total de investimentos da ordem de 67 bilhões, relativamente a 304 projetos, o total de incentivos atingiu a 26,4 bilhões de cruzeiros.

Este último valor, mesmo a preços históricos — 1969/1974 — correspondia em termos absolutos do orçamento para o Estado de Minas Gerais de 1978 a:

- 1) 2,5 vezes o valor da programação de investimentos;
- 2) 2 vezes a receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias;
- 3) o próprio orçamento de 1978, aproximadamente.

Incluindo o Projeto ACOMINAS, a relação benefício fiscal ou compensável sobre o investimento é de 39,3%. No entanto, retirando-se esta empresa do conjunto, a relação sobe para 68%, ou seja, para cada cruzeiro investido, o Estado se dispôs a devolver como incentivo da Lei nº 5.261, 68 centavos.

A prodigalidade com o dinheiro público fica evidente a partir deste último dado. O Estado de Minas Gerais, para cada 1 cruzeiro investido, com base na Lei nº 5.261 aceitou devolver mais da metade, ou seja, 68 centavos. Isto sem contar os grandes projetos, onde o Estado, segundo ainda o Livro 13 da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, "participa acionariamente, doa terrenos e algumas obras de infra-estrutura, oferece garantias e aval para os empréstimos".

Portanto, não é de admirar que os cofres estaduais estejam vazios e o professorado mineiro seja conduzido à greve para uma pequena melhoria de condições. Não é difícil entender porque Minas Gerais está sofrendo profundamente uma crise social, tornada explosiva com a greve dos trabalhadores da construção civil. Além da inflação e das más condições gerais de vida, a população carece de inúmeros serviços básicos, que deixam de ser construídos, em função do desvio dos recursos estaduais para grandes grupos econômicos, em alguns casos multinacionais, que do que menos sofrem é carência de meios financeiros.

Minas Gerais realizou, sem dúvida alguma, com o sistema de incentivos instituído, um enorme esforço econômico. É fato também que deixou de receber uma contrapartida social equivalente. Esta é a constrangedora realidade de que avulta dos últimos acontecimentos ocorridos no Estado.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Pois não.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — V. Exª, nesta Casa, tem sido uma das figuras mais dedicadas ao trabalho em Plenário, nas Comissões Técnicas, nas Comissões Mistas, e nas Comissões Parlamentares. Não apenas nos chama a atenção por sua dedicação, por sua abnegação, mas particularmente pela maneira séria, inteligente, talentosa e lúcida com que trata dos assuntos de interesses de Minas Gerais e do Brasil. Ao ensejo, V. Exª volta a ocupar a tribuna para fazer um belo, esplêndido e portentoso discurso em relação ao problema sócio-econômico de Minas Gerais, dando mais ênfase aos aspectos de ordem salarial, às greves que estão a se suceder em Minas Gerais, como de resto, em grande número de Estados do Brasil. Senador Itamar Franco, estamos numa situação realmente difícil neste País, nos campos político, econômico e social. Vamos ficar dentro dos campos econômico e social, que é o núcleo do belíssimo pronunciamento de V. Exª nesta tarde. O Brasil precisa aumentar sua capacidade produtiva, o Brasil precisa produzir mais para o consumo interno e para as exportações, para tentarmos diminuir nosso déficit da balança comercial, diminuindo nosso endividamento externo. Como poderemos aumentar a produção deste País? Um fator fundamental, provavelmente o mais importante, é levarmos ao nosso trabalhador, à classe produtiva, um estado de espírito adequado, porque desenvolvimento é

estado de espírito. Qualquer pessoa, qualquer grupo social, só produz, só cumpre bem sua missão, só alcança seus objetivos quando tem um bom estado de espírito. Ora, não é possível o trabalhador brasileiro ter condições espirituais pelo menos razoáveis, quando ele vem tendo uma remuneração baixíssima. V. Exª provou de forma objetiva, com números e dados, que não estamos, de há muito, remunerando nossos trabalhadores para terem condições de viver, de produzir. É preciso que as autoridades federais se conscientizem da necessidade de fazer uma redistribuição da renda neste País, para que o povo possa viver em condições físicas e psíquicas, capaz de produzir, para projetarmos este Brasil. Com essa economia de concentração em que poucos ganham muito e que muitos cada vez ganham menos, não alcançaremos os grandes objetivos estabelecidos em busca do nosso desenvolvimento. Poderíamos falar mais em abono ao belo discurso que V. Exª está a proferir, mas, ficamos por aqui, para complementá-lo, mais uma vez, pela magnífica contribuição que presta ao Brasil no chamamento do Governo para os graves problemas que estão a sufocar a maioria dos brasileiros.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Senador Evelásio Vieira, inicialmente muito obrigado pelas palavras de V. Exª, que me honram sobremaneira, porque não partem apenas do amigo, mas são de um representante de Santa Catarina, homem inteligente, trabalhador e que tem correspondido ao seu eleitorado que aqui o mandou. V. Exª, nesta Casa, Senador Evelásio Vieira — e agora é a minha vez de dizer — não apenas neste plenário, mas também nas Comissões, tem demonstrado o alto valor de sua capacidade e de sua cultura. Razão pela qual me sinto realmente envaidecido pelas palavras e pela adjetivação de V. Exª.

V. Exª tocou num aspecto muito importante, que muita gente esquece, Senador Evelásio Vieira: é a realidade mineira. Em 1974, fui candidato, deixando a Prefeitura de Juiz de Fora, renunciando ao meu mandato; e acreditei nesta nova realidade mineira, Senador Evelásio Vieira, em que muitos dos caciques mineiros, em 1974, não acreditavam; é exatamente nessa realidade a que V. Exª acaba de se referir e que eu tenho demonstrado aqui — pelo menos tentando demonstrar — nestes quatro anos em que aqui estou.

A nossa Capital, eu já disse, é hoje a terceira cidade do País, no seu aspecto demográfico. Minas Gerais, hoje, apresenta uma grande concentração urbana, um problema de urbanização muito sério. E o alerta dado à Nação, nessa última greve, não só dos seus caminhoneiros mas, sobretudo, na indústria de construção civil, veio demonstrar que a realidade mineira, hoje, não é aquela realidade de 12 anos atrás em que se podia manipular facilmente o eleitorado de Minas, com este ou aquele Partido.

Então, quando se fala, por exemplo, que nós que aqui estamos, quando aqui chegamos, em 1974 — e nós temos ouvido, às vezes, essas frases — com os ventos, é possível até que os ventos tenham nos conduzido aqui. Mas é possível, também, que aqueles velhos caciques do meu Estado, do Estado de V. Exª, do Estado do Senador Evandro Carreira, do Estado do Senador Gilvan Rocha tenham esquecido desta realidade diferente, desta realidade sócio-econômica que aí está. E a realidade sócio-econômica de Minas Gerais está presente. Está presente no grande conglomerado urbano de Belo Horizonte, na grande concentração urbana que existe em torno da minha região, em uma região empobrecida que é a Zona da Mata, na zona empobrecida do Vale do Jequitinhonha, que só há poucos veio conhecer a eletricidade.

É por isso, Senador Evelásio Vieira, que nós outros que aqui aportamos em 1974, chegamos, talvez, vindos pelos ventos favoráveis, mas chegamos conscientes de que nos nossos Estados há um outro tipo de realidade, realidade que muitos dos nossos caciques vão sentir, agora, nas próximas eleições.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — O nobre Senador concede-me um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Com muito prazer, nobre Senador Evandro Carreira.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Nobre Senador Itamar Franco, V. Exª faz uma abordagem bem oportuna. É o decantado fato da nossa chegada à Câmara Alta em 1974. Há, até, uma imprensa cretina que chega a nos denominar de lotéricos, imprensa que não está entendendo que estamos numa outra fase cibernética. É a fase da televisão, é a fase do rádio, é a fase em que já existe uma consciência universitária neste País.

Exemplifico, no meu Amazonas, até 1965, não havia universidade; só uma escola de Direito. Veja bem: já no começo do terceiro milênio e no Estado do Amazonas não existia uma faculdade de Medicina, uma faculdade de Odontologia, uma faculdade de Farmácia, uma faculdade de Filosofia.

Entramos numa era nova de comunicações.

Esses caciques já não existem mais, estão totalmente superados; os tais coronéis de barranco. Hoje não comandam votos mais, não se transferem mais votos. Hoje, o povo quer uma comunicação direta, quer uma mensagem, um conteúdo. O político de hoje tem que ter conteúdo, do contrário há que se fabricar "biônicos". Foi justamente o que aconteceu em 1978. O Governo, que está trabalhando dentro de uma estratégia eleitoral puramente científica, compreendeu a situação; sabia que na luta tribúncia ele não ia conseguir fazer Senadores suficientes. Fabricou-os.

Fique certo disto: se nós tivermos televisão, em 1982, não haverá caciques para nós; iremos pisoteá-los, massacrá-los. Podem vir os "brizolas", e quejandos; e todos rirão, pois não tiveram mensagem e nem conteúdo. Tudo isso que estamos vivendo é resultado daquele estado de coisas anterior, não só de Brizolla, mas antes mesmo de Brizolla. Nós representamos um pensamento novo.

Não somos lotérios; apenas soubemos nos comunicar. Aqueles que não souberam não se elegeram e alguns eram do MDB. Perdemos cinco cadeiras aqui, em 1974 não elegemos pelo Pará, pelo Mato Grosso, pela Bahia, pelo Piauí, por Alagoas.

Portanto, o fenômeno não foi lotérico; foi de conscientização, de comunicação. Nós tivemos capacidade e mensagem para o povo. Esta é a verdade. Se nós a tivermos em 1982, nós nos reelegeremos e talvez até tomemos conta deste País, quando não há mais condições de continuarmos neste estado de coisas. Não há mais condições de mudar, de fabricar, de transformar de escamotear não há mais! E se isso acontecer, se a barra for forçada, isto aqui se transformará, em 8 ou 10 anos, num novo Irã, numa nova Nicarágua. Não esqueçam os potentados desta terra, hoje, que o quinto maior exército do mundo, o do Irã, e a polícia mais repressiva, secreta e mais pulverizada de alcaçuetes foi destruída pelo povo, por uma mística, e ruíu.

Se tentarem virar a mesa em 1982, nobre Senador, caminharemos a passos largos para uma revolução de grande envergadura nesta terra. Afirmo isto: não há mais chance de fabricar, nem de comprar, nem de corromper para ganhar eleição.

Em 1982, a televisão tem que ser entregue ao povo. Ou será entregue, ou iremos falar do exterior, desde que os satélites irão facilitar essa comunicação ecumênica, dentro de 2 ou 3 anos, ligaremos a Televisão no Brasil. e nos comunicaremos com Paris, Havana, Moscou, Londres; não haverá mais possibilidade de se enganar o povo de se entrujar. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Eu que agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> nobre Senador Evandro Carreira.

É exatamente o que eu dizia há pouco. Em 1974, nós aqui chegamos pelo voto direto; cada um de nós aqui chegou representando a realidade do seu Estado naqueles tempos. Tivemos, talvez, a felicidade de ter a percepção de entender o momento histórico que, em 1974, cada um dos nossos Estados vivia.

Quando V. Ex<sup>a</sup> fala no aspecto da televisão, ele foi de máxima importância para as nossas eleições, evidentemente. Recordo-me, Senador Evandro Carreira, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que estamos na época da cibernética, na época da comunicação, que há poucos dias, na Alemanha, eu discutia com um industrial alemão — e veja V. Ex<sup>a</sup> a importância que a televisão tem e como se quer impedir esse acesso da televisão, sobretudo às massas — sobre alguns aspectos do acordo nuclear e da necessidade de que o povo seja informado da política nuclear, de que o povo possa opinar democraticamente sobre a política energética do seu país, principalmente no aspecto nuclear, que é um aspecto que ainda traz medo a toda população; e esse industrial alemão é contra essa comunicação de massa. Perguntava eu, então, a ele, como ele poderia interromper esse fluxo de informação; por exemplo, uma televisão norte-americana dava informações sobre o acidente ocorrido há pouco na Pensilvânia. Se o povo era informado desse acidente, por exemplo, na Pensilvânia, como é que ele poderia impedir que, no seu País, o governo, democraticamente, comunicasse ao povo o sistema de segurança das usinas nucleares, ou que tipo de usina nuclear o seu país poderia estar naquele instante operando? Ele era violentamente contrário a esse tipo de comunicação, porque entendia que o dirigente, o empresário, não tem que dar, exatamente, satisfação às massas.

Então, veja V. Ex<sup>a</sup> a profundidade da sua intervenção. Esse tipo de fluxo de comunicação com as massas dos nossos Estados, através do meio de comunicação, porque entendemos que estamos, realmente, na época da cibernética, é que aportamos aqui, e tenho certeza que nós todos que aqui chegamos estamos tentando cumprir, com fidelidade, o mandato que o povo nos outorgou.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Mas, Sr. Presidente, termino:

A experiência mineira demonstra que é praticamente impossível um crescimento acelerado com a má distribuição da renda. Mais dia, menos dia, a população percebe que está sendo esmagada e reage e, nem sempre, a forma desta reação é pacífica. Em Minas resultou na morte de um trabalhador, o que é sumamente lastimável. Mas este foi o fato que chegou às notícias de jornais. Ocorre, porém, que a fome tem como corolário a subalimentação e a desnutrição, que incapacita o homem para o trabalho, reduzindo-lhe as forças. Esta morte é um peso social, já que a potencialidade de desenvolvimento existente não se torna real por falta de expressão humana.

Aqui fica, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o nosso registro.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, antes de concluir?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Com muito prazer, Senador Gabriel Hermes.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — Nobre Senador, ouvi, com muita atenção, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre bem apoiado em números e, sinceramente, até impressiona; como ouvi também, a propósito de números, o comentário deste meu simpático e valente companheiro do Amazonas; o de V. Ex<sup>a</sup> recalcado, sobretudo, em dados econômicos; o dele em dados que não são bem reais, quando falou, por exemplo, nos famosos indiretos ou biônicos. Quero lembrar apenas ao nosso amigo, que aliás fez uma ressalva que agradeço, que, em alguns Estados, havia talvez mensagem e que os indiretos se elegeriam — e fez referência, se não me engano, até a alguns Estados, inclusive o meu; realmente é verdade. Mas é preciso anotar nesse assunto, sempre, que eu, como o nosso querido colega Lomanto Júnior, gostaríamos que as eleições fossem diretas; nós tínhamos certeza deste resultado que aqui está, que nós vimos de eleger 16 Senadores, quando a nobre Oposição elegeu apenas sete. Não tínhamos dúvida e tive oportunidade de falar com nosso ilustre Líder, várias vezes, e lamentar que, infelizmente, tivéssemos que caminhar nessa direção. Mas fique certo V. Ex<sup>a</sup> do seguinte: nós todos, hoje, queremos a democratização do País; nós sonhamos com eleições diretas e esperamos que, com o Presidente João Figueiredo, elas cheguem. Perdoe V. Ex<sup>a</sup> essa breve interrupção, mas quero também dizer a esse brilhante Senador, a quem admiro sempre pelos seus pronunciamentos bem decalados em números, que eu acredito em nosso País; acredito, nobre Senador, que os nossos filhos, aqueles que nos sucederem, ainda vão encontrar um Brasil muito melhor do que nós encontramos, apesar de que nós melhoramos e avançamos bastante nesse quarto de século e avançamos muito mais do que todos os nossos irmãos desta nossa América do Sul. E assistimos já a alguma coisa melhorando por outras bandas do mundo, inclusive na sentimentalização humana, quando vemos na Alemanha, no Japão, que pela primeira vez sofreram na carne, dentro do seu território, o peso de uma guerra, o temor, o pavor que eles têm da guerra. E graças a isto, a não poderem comprar armamentos e empregar recursos tão demasiados em armamentos, serem essas duas poderosas nações que mereceram de um dos notáveis escritores de nossa época o título no seu livro, "A Vitória ou a Vingança dos Derrotados", vejo que nós, que não somos uns derrotados, somos apenas alguém saindo com tantas dificuldades, enfrentando esse problema tremendo de uma população igual a de um país, cada ano crescendo dentro do nosso território, que nos dá tantos problemas acredito que, dentro de um discurso, com tantas partes pessimistas, ia ficar uma palavra de cordialidade, de fé, de que deixaremos — não tenha dúvidas, ninguém impedirá — a este País, aos nossos filhos e para o futuro, um dia melhor. Eu acredito no Brasil, acredito que vamos superar essas dificuldades, hoje avolumadas pelo que herdamos e herdou o mundo inteiro com este imenso problema, sobretudo, energético e da crise terrível do petróleo. Perdoe-me V. Ex<sup>a</sup> colocar, dentro do seu belo discurso, esta interrupção de fé.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — V. Ex<sup>a</sup> não precisa pedir perdão. Eu é que agradeço a gentileza do aparte de V. Ex<sup>a</sup>, primeiro para salientar e destacar que já conhecia o seu pensamento em relação às eleições diretas.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — É com muito prazer que ouço V. Ex<sup>a</sup>, neste plenário, nesta tarde, defender, mais uma vez, o processo de eleições diretas neste País. E, antes de responder ainda a V. Ex<sup>a</sup>, vou ouvir o Senador Evelásio Vieira, para depois, então, complementar a resposta a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gabriel Hermes.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — O Senador Gabriel Hermes diz que acredita no Brasil. Nós também acreditamos no Brasil e é por isso que estamos aqui a lutar. Agora, não acreditamos nesse Governo, como nós anteriores, não acreditamos e estamos na esperança de amanhã, se não conduzirmos, mas auxiliarmos na condução de alguém que possa dar desenvolvimento a este País para desfrutarmos de bens melhores. Não participo da tese de que devemos trabalhar para os nossos filhos, para os nossos netos, não. Trabalhamos, produzimos para nós desfrutarmos desses benefícios também e, evidente, deixando mais para os nossos filhos, para os nossos netos, para as outras gerações. Mas não participo dessa não, de ficarmos na pobreza para amanhã, os nossos filhos desfrutarem. Apenas esse reparo, Senador.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> permite, perdoadando, mais uma vez? (Assentimento do orador.) Nobre Senador, tenho tido alguns contatos com o Presidente Figueiredo. Inclusive, fiz solicitações dentro de necessidades, de interesses do Brasil. Vi a atenção desse homem. Fiz isso antes da posse, depois dele Presidente. Eu pedia, se me fosse permitido: vamos criticar, é a missão de V. Ex<sup>a</sup>, mas dando subsídios. É um homem cheio de boa vontade, cheio de desejo de fazer, realmente, do Brasil uma democracia e de passar para o seu sucessor um país tranquilizado. Para isso, para que ele consiga, somos nós que temos que ajudá-lo. Por favor, Srs. Senadores, critiquem, mas, dando sempre, um pedaço de confiança a este homem, que sinto ser um homem bem intencionado, o Presidente Figueiredo.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Itamar Franco? (Assentimento do orador.) Acredito nas palavras do Senador Gabriel Hermes. Acredito nas boas intenções do Presidente da República, no homem de boa vontade, cheio de interesse em resolver os problemas do Brasil, de perfeito acordo. Mas, é um homem que não tem a virtude de comandante, de coordenar o seu ministério. Tanto é verdade que todo o seu ministério está desarticulado, está desarvorado. Os conflitos, os insultos, — não são apenas agressões, agora já os insultos — entre Ministros, são constantes. Isso prova o quê? Que o Chefe não está sendo o verdadeiro chefe. Não está sendo o líder, o grande coordenador, o grande comandante que deveria ser, porque, se ele fosse comandante, já teria, por certo, com o aplauso de muitos Senadores da ARENA, demitido, pelo menos, alguns de seus Ministros.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> me perdoe mais uma vez; que comandante valente e forte! Por trás daquele sorriso e daquela tranquilidade, já tive oportunidade de verificar um pulso bem firme, bem seguro. Pode V. Ex<sup>a</sup> notar que V. Ex<sup>a</sup> vai verificar na hora oportuna. Não se enganam: é um homem capaz de nos surpreender com a sua firmeza. Eu já senti isso.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Espero que a fortaleza dele não venha fechando o Congresso.

**O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA)** — É o único compromisso dele, e este eu também acredito, ele não o fará; ele poderia ser fechado com o Congresso, mas nunca fechará o Congresso.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Porque essa história de ser forte em cima da Oposição, nós queremos é fortaleza em Sua Excelência em resolver os problemas que estão insolúveis. Talvez Sua Excelência tenha a grande desculpa de não ter nomeado seu próprio Ministério. Está aí um representante da Bahia sabedor que o Senhor Presidente da República conheceu o próprio Ministro da Saúde na véspera da posse.

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA)** — V. Ex<sup>a</sup> me convida para o debate. Eu estava ouvindo nosso colega, com muita atenção — Senador Itamar Franco, permita o aparte.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Pois não.

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA)** — Estava ouvindo com muita atenção, repito, e de certa maneira não querendo perturbar, aceitando até tolerantemente expressões que ultrapassavam os limites de um tratamento cortez — não me refiro a V. Ex<sup>a</sup> — ao Governo, que supervisiona, que dirige os destinos de nossa Pátria. Mas, já que o nosso eminente Senador Gilvan Rocha, que todos nós ficamos aqui felizes pelo seu retorno, porque é um dos bons, magníficos representantes, e um colega a quem, realmente, devoto muita estima, já que S. Ex<sup>a</sup> me convida ao debate, V. Ex<sup>a</sup> sabe que a escolha do Ministério foi de exclusiva competência do Presidente Figueiredo, que escolheu aqueles homens que ele achava, que julgava estivessem à altura para dirigir as suas pastas. E pode V. Ex<sup>a</sup> ter a certeza de que se alguém não estiver correspondendo à sua expectativa, o homem que comanda os destinos do nosso País, e que está — isto V. Ex<sup>a</sup> tem que compreender — fazendo um esforço muito grande para aperfeiçoar o sistema democrático brasileiro, e vem

cumprindo religiosamente aqueles compromissos que ele fez durante a sua peregrinação como candidato, V. Ex<sup>a</sup> pode ter a certeza de que esse homem que comanda os destinos do País, na hora em que ele sentir que algum dos seus auxiliares não estiver em sintonia com os seus propósitos ele o substituirá. Disso não tenho a menor dúvida. E achei, também, com referência aos discursos de hoje à tarde — meu caro e eminente Senador Itamar Franco, permita-me que faça uma referência rápida ao discurso do eminente Senador Agenor Maria — mas acho que ninguém deterá este País; não haverá cassandras, não haverá pessimismo que impedirá o desenvolvimento de nossa Pátria. E esse desenvolvimento há de ser calçado dentro dessa força espiritual, desse sentimento de fé que é, sem dúvida alguma, a grande chama, o grande fôlego que aquece e ilumina os caminhos do nosso povo. Há um esforço muito grande. Mas, é verdade, V. Ex<sup>a</sup>s. têm que compreender: estamos vivendo uma crise econômica que transcende a nossa vontade, uma crise econômica que nos é imposta, que a cada dia se agrava, com um aumento desordenado e desenfreado daquele combustível que é essencial e fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Mas, tenha a certeza, nobre Senador Agenor Maria, de que vamos caminhar pelas mesmas sendas, pelos mesmos anseios, pelos mesmos desejos de progresso, com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, com a compreensão da Oposição, que também deve convir que o Presidente João Figueiredo, sem dúvida alguma, está cumprindo os seus compromissos no que tange àqueles anseios, que também são da Oposição, porque são os anseios do povo brasileiro, de fazer deste País uma democracia, e promover, sem dúvida alguma, uma distribuição mais equânime, mais justa, da riqueza do País.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Nobre Senador Itamar Franco, permita-me V. Ex<sup>a</sup> apenas duas perguntas rápidas. (Assentimento do orador.) A primeira dirigida ao Senador Lomanto Júnior: quem foi que nos impôs essa crise econômica? V. Ex<sup>a</sup> afirmou que essa crise nos foi imposta. Por quem? A segunda pergunta é dirigida ao nobre Senador Gilvan Rocha, que falou no Ministro da Saúde: o Ministério da Saúde tem titular?

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA)** — Tem, Ex<sup>a</sup> O Ministério da Saúde tem titular. E quem pode melhor informar da sua competência, da sua capacidade, é o Senador que está vizinho a V. Ex<sup>a</sup>, porque foi seu aluno.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Pode ter sido um grande médico, um grande professor, na Bahia, mas como Ministro da Saúde, ainda não disse ao que veio.

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA)** — V. Ex<sup>a</sup> pode ficar tranquilo de que o Ministro da Saúde, que não é político, que é, sem dúvida alguma, um médico competente,...

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Talvez por isso mesmo, por não ser político.

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA)** — ... mas que tem o discernimento necessário e a competência exigida para o desempenho, para a chefia da Pasta da Saúde, fique certo V. Ex<sup>a</sup> de que o seu esforço, a sua dedicação, nestes poucos meses à frente do Ministério, revelam, sem dúvida alguma, que S. Ex<sup>a</sup> está preparado para o exercício da chefia de tão importante setor do Governo. Perdoe-me, Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Não, Ex<sup>a</sup>, é sempre um prazer ouvi-lo. Mas, a Mesa já me chama a atenção e, antes de encerrar, quero dar a palavra ao Senador Agenor Maria.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Senador Itamar Franco, antes de mais nada, congratulo-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas devo aproveitar a oportunidade de o nosso amigo e colega Senador Lomanto Júnior ter lembrado o meu pronunciamento para dizer o seguinte: fui à tribuna para dar conhecimento de que o Nordeste não pode se conter com o corte feito ontem no crédito para a infra-estrutura daquela área. Aconteceu e hoje ninguém está operando no Nordeste, porque o Governo mandou fechar o crédito da área. Em segundo lugar, falei sobre o problema do pagamento do operador. Fui para a tribuna, realmente, dar um grito de alerta, porque a situação do Nordeste é muito difícil. A situação da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, é difícil, pois 80% do povo daquela área depende desse crédito. O crédito foi sustado pelo Banco do Brasil e todo mundo está de mãos na cabeça sem saber o que fazer. O meu discurso se prendeu a isso, e que o Governo precisa entender isso. E congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> porque afirmo, estive agora numa viagem a Portugal, Espanha, Itália, na França, e lá o quilo de carne custa Cr\$ 280,00, mas o povo pode comprar carne, porque o salário lá é de Cr\$ 15.400,00. Vi na França, que tem crise de petróleo, também, um cidadão com 10% do salário comprando cinco quilos e meio de carne. Lá no Nordeste, com 10% do salário, o cidadão não compra nem quilo e meio. O problema é uma questão de poder aquisitivo, que quem trabalha

no Brasil não tem. Estamos numa situação, a cada ano que passa, devendo mais; a cada ano que passa o arrocho salarial é maior. Isto tem 15 anos! Precisamos acordar, pois tenho a certeza, Senador Itamar Franco, de que o Governo que aí está, e que vai passar mais seis anos, se continuar da maneira que está, o povo não suportará mais. O País não tem condições de suportar um governo que não controla essa situação, porque temos que aprender a conviver com o petróleo caro, como os demais países, como o Japão, que está convivendo, pois ele não tem 1% de petróleo e nós ainda temos 17%; o Japão não tem 1% de petróleo dele, compra todo o consumo lá fora e convive, naturalmente, com o petróleo caro, com superávit, contudo; a Inglaterra convive, a Espanha e todos os demais países convivem, só o Brasil — que tem uma produção de quase 20%, adicionando à gasolina mais quase 20% de álcool — é que tem esse problema. Tenha paciência, pois a desculpa do petróleo caro já não dá para convencer ninguém. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) —** Senador Lomanto Júnior, eu teria muito prazer, mas o tempo não me permite. Entretanto, vou-lhe permitir o aparte, apenas lamentando que o Senador Agenor Maria, tendo estado na tribuna e tendo chamado a ARENA ao debate, este debate não se processou, e é pena que ele tenha se processado através do meu discurso. Além do mais, a Mesa já me chama a atenção, quanto ao meu tempo. Mas, quero ouvir V. Ex<sup>a</sup>, antes de encerrar o meu discurso.

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — MG) —** Serei breve, Senador Itamar Franco, para não perturbar o término, a conclusão...

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) —** V. Ex<sup>a</sup> não perturba. Se a Mesa me permitir, terei prazer em ouvir V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) —** ...brilhante do discurso de V. Ex<sup>a</sup> Apenas disse ao Senador Agenor Maria que, realmente, temos que reivindicar, e V. Ex<sup>a</sup> terá, sem dúvida alguma, o meu apoio, para que se restabeleça o crédito do Nordeste, para que os recursos para a agricultura realmente não diminuam, pelo contrário. É um compromisso do Presidente da República fazer da agricultura uma prioridade e estou certo que o Nordeste está entre as principais cogitações. Mas queria dizer ao eminente colega, Senador Evelásio Vieira, que a tremenda crise que estamos realmente sofrendo, ela nos foi imposta. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que um dos setores que mais custam à balança comercial, ao setor de divisas, é o combustível. Saímos de um preço de barril de petróleo de pouco mais de dois cruzeiros, já atingindo agora um preço superior aos trinta cruzeiros. Ora, veja V. Ex<sup>a</sup> que para quem importa um milhão de barris por dia isto representa quase sete bilhões e meio de dólares. Para um País que tem uma exportação de 14 a 15 bilhões, é um consumo de mais da metade do produto da exportação brasileira e de maneira violenta, porque os preços vêm num crescendo. O aumento vem desordenadamente, surpreendendo até as economias mais desenvolvidas e organizadas aos países que têm as suas economias mais estáveis. Pois bem, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que foi um impacto muito grande e sem dúvida alguma foi um dos fatores preponderantes da crise brasileira. Perdoo-me ter perturbado o brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) —** É um prazer ouvir V. Ex<sup>a</sup> Apenas lamento não poder debater com V. Ex<sup>a</sup> esse aspecto, porque, mais uma vez, a Mesa me chama a atenção. Apenas queria dizer ao nobre Senador Gabriel Hermes, quando fala em pessimismo de nosso discurso, nós temos a realidade de Minas Gerais, particularmente, de Belo Horizonte, para que amanhã não tenhamos que voltar a esta tribuna, nobre Senador Gabriel Hermes, e dizer o que vem acontecendo no aspecto social.

Aqui fica o registro. Por outro lado, entendemos serem necessárias medidas profundas, que promovam, em Minas Gerais, como de resto em todo o País, reformas no atual modelo econômico e social, no sentido da promoção das maiorias e não de pequenos grupos. Esta é a grande e urgente abertura que deve ser providenciada em nosso País, sob pena de mergulharmos cada vez mais no caos e na insegurança.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIRCEU CARDOSO NA SESSÃO DE 3-8-79 E PUBLICADO NO DCN (SEÇÃO II) DE 4-8-79 QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para uma comunicação.) —** Ir. Presidente e Srs. Senadores:

Ontem, às 11 horas, no gabinete do Sr. Ministro das Comunicações, Dr. Haroldo Correa de Matos, deu-se a assinatura do contrato de concessão à

Televisão Vitória, de Vitória, no meu Estado, um dos elos da cadeia de televisão associada no País, firmado pelo Sr. Ministro das Comunicações.

A convite do Senador João Calmon, Presidente da cadeia, tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, e a honra de assistir à assinatura desse contrato, no qual o Governo Federal, através daquele Ministério, concedeu oficialmente à Televisão Vitória o direito de continuar a manter a sua estação de televisão na Capital do meu Estado, onde há cerca de dezoito anos vem prestando à população capixaba relevantíssimos serviços.

Na oportunidade, Sr. Presidente, assistiram àquela solenidade o Sr. Consultor da República, Dr. Clóvis Ramallete, ilustre capixaba que integra o primeiro escalão do Governo Federal; o Sr. Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Dr. Rômulo Villar Furtado, outro ilustre capixaba; o Sr. Marcos Amorim, Secretário do Ministério das Comunicações; assistiram-na, também, além dos dois Senadores que hora se encontram em Brasília, o Dr. João Calmon e o Senador que ora ocupa esta tribuna, a Bancada da Representação do Estado do Espírito Santo, na Câmara Federal. Assistiram-na, ainda, Deputados estaduais dos dois partidos, que se deslocaram de Vitória, e o Secretário de Educação daquele Estado, representando o Governo do Espírito Santo, na pessoa do ilustre ex-Senador Eurico Rezende, além da Diretoria da Rede Associada do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de São Paulo e de Brasília e mais pessoas gradas que lá compareceram.

Sr. Presidente, na oportunidade em que se concede oficialmente à Televisão Vitória o direito de continuar servindo a nossa população, ela que, desde 61, vem mantendo no ar sua estação de Vitória, usou da palavra o Presidente da Televisão do meu Estado, Dr. Augusto Santiago du Pin Calmon, que destacou, ao longo do tempo, aqueles colaboradores da Televisão Vitória que muito contribuíram para mantê-la no ar, e prestou uma homenagem também a todos os que colaboraram nesses longos e penosos 18 anos; finalmente, destacou o papel que aquela televisão já prestou ao Brasil e à Revolução, desde os seus primeiros dias de luta e de implantação no País.

Hoje, Sr. Presidente, eu, que sempre me mantive em posição oposta aos Diários Associados e ao Senador João Calmon, no meu Estado, tenho que trazer a minha homenagem à Televisão Vitória, pelo muito que ela significou na luta contra a bolchevização de nosso País. Quero, portanto, render a eles, aos que trabalharam naquela televisão, aos Diretores e à Rede Associada, a minha homenagem como brasileiro e o reconhecimento dos altos e relevantes serviços prestados ao Brasil por aquela TV através de sua gloriosa existência.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) —** Pois não.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) —** A televisão no mundo, tem prestado serviços relevantes nos seus vários aspectos: na distração do telespectador, na informação, na orientação, na melhor e maior identificação dos homens, na formação da opinião pública. A TV Vitória, ao longo dos anos, tem prestado inestimáveis serviços ao Estado de V. Ex<sup>a</sup>, nos vários campos. Também, há longo anos, lutava para ter a sua oficialização. Foi uma luta titânica que, agora, vem de ser reconhecida pelo Governo Federal. Eis por que quero me associar às palavras de V. Ex<sup>a</sup> e transmitir meu aplauso ao titular da Rede Associada, nosso colega Senador João Calmon, pela bonita vitória, pela justa vitória, que finalmente acaba de alcançar, mais em favor do Estado, em favor do Brasil, do que da própria organização que dirige. Muito obrigado.

**O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) —** Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que colocou nos devidos termos o ato a cuja assinatura assisti na manhã de ontem. E devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, eu próprio sou também devedor à Televisão Vitória, na campanha para Deputado Federal e nas duas vezes que ocupei a televisão de Vitória, na minha campanha para Senador, devo larga contribuição à esta Televisão, no meu Estado, pelo que lhe sou grato. Portanto, quero, daqui, prestar, nesta hora, a minha homenagem a esse grupo que tem servido aos amplos e profundos ideais democráticos de nossa terra.

Desejo Sr. Presidente, destacar a oração magnífica proferida pelo Sr. Ministro das Comunicações, o Dr. Haroldo Corrêa de Mattos, que, na hora em que assinou o contrato de oficialização da Televisão Vitória, prestou uma homenagem à rede de televisão de todo o País, lembrando, numa mensagem de um português fluente, que a todos empolgou, a música popular brasileira, que está deserta nos programas de rádio e televisão. Disse S. Ex<sup>a</sup> numa fluência de linguagem que a todos encantou, que nos aviões em que viaja, nos aeroportos e na sua casa quase não ouve a música popular brasileira na televisão e no rádio. Não a ouve nos aeroportos, nos aviões e não a ouve,

também, em sua casa. E fez esta advertência solene: é preciso que as emissoras de rádio e televisão do nosso País, se empenhem, profundamente, para que volte aos seus programas a música popular, que está morrendo na televisão e no rádio. Nós estamos perdendo uma larga contribuição do folclore do nosso País.

Sr. Presidente, não constroem a Pátria apenas os que sustentam as armas; constroem a nossa pátria, também, os que cantam as nossas canções, os que escrevem os nossos versos e os que compõem as nossas músicas.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem! Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Senador Dirceu Cardoso, apenas para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o luminar desta Casa e que mereceu de V. Ex<sup>a</sup> várias intervenções no sentido de que seu busto fosse recolocado no Plenário, Rui Barbosa, costumava dizer, com muita ênfase, que um povo que não defende a sua língua, abre mão da sua soberania.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Assim, Sr. Presidente, a minha homenagem, também, ao Sr. Ministro Haroldo Corrêa de Mattos que, numa linguagem eloquente e vibrante, chamou a brios a Televisão e o Rádio do nosso País em favor da música popular. E disse S. Ex<sup>a</sup>, em determinado trecho: eu sou detentor do tamborim que a Portela me ofereceu, como sambista da antiga Capital da República, e, por isso, faço um apelo para que a Rádio e a Televisão se empenhem nesse programa a fim de que, todos os dias, possamos ouvir na televisão e no rádio, em todos

os programas do Brasil, a música brasileira que fala ao nosso sentimento e fala ao nosso coração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 21, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 52, itens 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Juarez Abdulmassih, Médico, Classe C, Referência 53, para exercer o cargo, em Comissão, de Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, Código SF-DAS-101.3, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 7 de agosto de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 22, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, usando de suas atribuições regimentais e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora, e à vista do que consta do Processo nº 003050 79 3, de 6 de junho de 1979, resolve readmitir no cargo de Assistente Legislativo, Classe "A", Referência 26, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 324 do Regulamento Administrativo, em vaga existente, o ex-servidor Alberto da Cunha Neto, exonerado, a pedido, pelo Ato nº 15, de 1977.

Brasília, 8 de agosto de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO DIRETORA

#### ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1979

Sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, presentes os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Segundo-Vice-Presidente, Alexandre Costa, Primeiro-Secretário, Gabriel Hermes, Segundo-Secretário, Lourival Baptista, Terceiro-Secretário, e Gastão Müller, Quarto-Secretário, às nove horas do dia três de agosto de mil novecentos e setenta e nove, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Nilo Coelho, Primeiro-Vice-Presidente.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, que relata à Comissão o andamento das reformas que se realizam no Bloco "A" do Edifício Anexo I, salientando que no mês de julho pp., já se adiantou em muito o cronograma das obras, com diversas delas já em fase de conclusão.

Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado que cria a Secretaria de Serviços Especiais. Sem votos em contrário, a Comissão aprova o Parecer e os termos em que o Processo se encontra redigido, e o Senhor Presidente determina seu encaminhamento ao Plenário da Casa.

Ainda com a palavra, o Senhor Primeiro-Secretário apresenta a seus Pares Ato da Comissão Diretora, relativo ao pagamento de Diárias por Sessões Extraordinárias aos ocupantes de cargos DAS do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Após estudar minuciosamente o assunto, a Comissão Diretora resolve aprovar a medida, sem votos discordantes.

Prosseguindo nos trabalhos, o Senhor Primeiro-Secretário apresenta à Comissão Projeto de Resolução que limita o valor das diárias dos servidores do Senado Federal, tendo como teto o valor da diária paga ao Senador. Em manifestação unânime, depois de estudar minuciosamente a matéria, a Comissão Diretora resolve aprovar o Projeto, tendo o Senhor Presidente determinado o seu encaminhamento ao Plenário da Casa.

Ainda com a palavra o Senhor Primeiro-Secretário apresenta a seus Pares Processo pelo qual o Governo do Estado de Alagoas solicita seja colocada à sua disposição a servidora Sonia Gorenbein, com ônus para o Senado Federal. Sem votos discordantes, a Comissão aprova parecer favorável do Senhor Primeiro-Secretário sobre a matéria.

A Comissão Diretora, em pronunciamento unânime, considerando a gravidade do problema energético que atravessa o Governo, objetivando convergir esforços para economia de combustível, no País, resolve reduzir a cota diária de abastecimento em vinte por cento, para os veículos de sua frota.

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e dez minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que, eu, Lourival Baptista, Terceiro-Secretário, lavrei a presente Ata que, assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 3 de agosto de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1979

Às dez horas do dia oito de agosto de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a presidência do Senador Aloysio Chaves, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senadores Murilo Badaró, Amaral Furlan, Almir Pinto, Bernardino Viana, Nelson Carneiro, Franco Montoro e Lázaro Barboza, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Henrique de La Rocque, Helvídio Nunes, José Sarney, Aderbal Jurema, Moacyr Dalla, Raimundo Parente, Hugo Ramos, Leite Chaves e Paulo Brossard.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos da Comissão, fazendo o seguinte pronunciamento: "Assumo a presidência da Comissão de Constituição e Justiça no impedimento, por motivo de saúde, do nosso eminente colega, Senador La Rocque. Há um grande vazio no Senado, no Plenário, no corredor político e nas Comissões, sobretudo hoje que é dia de seu natalício. Mas, paradoxalmente, uma presença visível na lembrança, no afeto e no carinho de todos a do Senador La Rocque. Fazendo este registro, desejo congratular-me com o nosso eminente colega pelo transcurso de seu aniversário, formulando votos pela sua saúde, que a recupere no mais curto espaço de tempo e possa, sob a bênção de Deus, com a lucidez e a bondade imensa que lhe são inatas, continuar a prestar serviços ao Senado e ao País".

Dispensada a leitura da ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

Passa-se à apreciação dos projetos constantes da pauta: 1) Projeto de Resolução nº 17/79 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal. Relator: Senador Lázaro Barboza. Parecer: constitucional, jurídico e boa técnica legislativa. Aprovado. 2) Projeto de Lei do Senado nº 159/79 — Dispõe sobre a obrigação de incluir produtos dietéticos nos serviços de bordo de veículos de empresas de transporte de passageiros. Relator: Senador Amaral Furlan. Parecer: constitucional, jurídico, favorável no mérito e boa técnica legislativa. Aprovado. 3) Projeto de Lei da Câmara nº 50/79 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.597, de 1º de dezembro de 1978, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1979". Relator: Sena-



dor Bernardino Viana. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 4) Projeto de Lei do Senado nº 134/79 — Equipara os professores de deficientes auditivos aos habilitados em magistério especial de excepcionais. Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 5) Projeto de Lei do Senado nº 119/79 — Institui o auxílio-moradia para empregados que percebam, mensalmente, remuneração inferior a cinco salários mínimos regionais. Relator: Senador Amaral Furlan. Retirado de pauta a pedido do Relator. 6) Projeto de Lei do Senado nº 166/79 — Estipula prazo para a conclusão de inquérito relativo à apuração de falta grave do empregado estável. Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: constitucional e jurídico, oferecendo uma emenda. Aprovado. 7) Projeto de Lei do Senado nº 174/79 — Dispõe sobre a autorização para a realização de competições esportivas automobilísticas no País, com consumo de combustíveis não derivados do petróleo. Relator: Senador Bernardino Viana. Parecer: constitucional e jurídico. Em discussão, fala o Senador Nelson Carneiro, dizendo que o parágrafo único do art. 1º do projeto é um dos pontos em debate nos dias que correm, no País: “excetuam-se do disposto neste artigo as competições internacionais, aprovadas pelas entidades esportivas do setor, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura”. São justamente as corridas automobilísticas que o Governo está interessado em evitar que ocorram, porque estas são excetuadas e podem ter o derivado do petróleo. Se queremos aceitar esta solução numa hora de dificuldades para “excetuam-se as competições internacionais” é exatamente o que está acontecendo com o Grande Prêmio do Rio de Janeiro que vem ocasionando grandes debates, no momento. Acho, porém, que se trata de uma questão de mérito que deve ser examinada pelas Comissões de mérito. Encerrada a discussão é posto em votação o parecer que é aprovado por unanimidade. 8) Ofício “S” nº 14/78, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 84.994, do Estado de São Paulo, inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 10.421, de 3-12-1971, daquele Estado. Relator: Senador Franco Montoro. Parecer: favorável com PRS. Aprovado. 9) Projeto de Lei do Senado nº 169/79 — Determina a revisão semestral do salário mínimo, sempre que se verificar, no período, elevação de gasto de vida superior a 10%, alterando o art. 116 da CLT. Relator: Senador Murilo Badaró. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 10) Projeto de Lei da Câmara nº 33/79 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 do Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 — Código de Águas Minerais. Relator: Senador Bernardino Viana. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 11) Projeto de Lei do Senado nº 135/79 — Estabelece critério para a majoração das tarifas de serviços públicos que especifica, e dá outras providências. Relator: Senador Lázaro Barboza. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 12) Ofício “S” nº 6/79, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 89.194-3, inconstitucionalidade do art. 119, II, da Lei nº 5.046, de 16 de dezembro de 1969, do Estado de Minas Gerais. Relator: Senador Murilo Badaró. Parecer: favorável com PRS. Aprovado. 13) Projeto de Lei da Câmara nº 98/78

— Inclui parágrafo ao art. 46 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito). Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: favorável no mérito. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

**ATA DA 8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1979**

Às dez horas do dia oito de agosto do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Ruy Barbosa, presentes os Senhores Senadores Evelásio Vieira — Presidente, José Richa, Passos Pôrto, Pedro Pedrossian e Affonso Camargo, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canellas, José Lins e Leite Chaves.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constante da pauta, são relatados os seguintes projetos:

**Pelo Senhor Senador Pedro Pedrossian**

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 40/79, que “introduz alterações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO”.

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

**Pelo Senhor Senador José Richa**

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 58/79, que “introduz alteração no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca”.

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 114/77, que “introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que institui o Plano de Integração Social — PIS”.

Durante a discussão, é concedido vista ao Senhor Senador Passos Pôrto.

Parecer favorável — com a redação dada pelo substitutivo da CCJ — ao Projeto de Lei do Senado nº 58/79, que “introduz alteração no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca”.

Durante a discussão, é concedido vista ao Senhor Senador Passos Pôrto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**MESA****Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

**1º-Vice-Presidente**

Nilo Coelho (ARENA — PE)

**2º-Vice-Presidente**

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

**1º-Secretário**

Alexandre Costa (ARENA — MA)

**2º-Secretário**

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

**3º-Secretário**

Lourival Baptista (ARENA — SE)

**4º-Secretário**

Gastão Muler (ARENA — MT)

**Suplentes de Secretários**

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

**LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA****Líder**

Jarbas Passarinho

**Vice-Líderes**

Aloysio Chaves

Jose Lins

Aderbal Jurema

Lomanto Junior

Moacyr Dalla

Murilo Badaro

Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA****Líder**

Paulo Brossard

**Vice-Líderes**

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quercia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

**COMISSÕES**

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cândido Hippert

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelasio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

**Titulares**

1. Passos Pôrto
2. Benedito Canelas
3. Pedro Pedrossian
4. Jose Lins

**Suplentes****ARENA**

1. Jutahy Magalhães
2. Affonso Camargo
3. João Calmon

**MDB**

1. Evelasio Vieira
2. Leite Chaves
3. Jose Richa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Jose Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

**Suplentes****ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

**MDB**

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

**Titulares**

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. Jose Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaro
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

**Suplentes****ARENA**

1. Lenoir Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

**MDB**

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lazaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lazaro Barboza

**Titulares**

1. Jesse Freire
2. Jose Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaro
7. Benedito Ferreira

**Suplentes****ARENA**

1. Jose Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lazaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

**Titulares**

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. Jose Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

**Suplentes****ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

**MDB**

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
	<b>MDB</b>
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**  
(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cunha Lima  
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
	<b>MDB</b>
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lazaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Helvidio Nunes  
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvidio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto
1. Nelson Carneiro
2. Marcos Freire

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dirceu Cardoso  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134  
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas  
Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi  
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

**MDB**

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. José Richa
5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves
1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides
3. Leite Chaves

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301-313  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilvan Rocha  
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
	<b>MDB</b>
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jorge Kalume  
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
	<b>MDB</b>
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evandro Carneira  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

**MDB**  
 1. Evandro Carreira 1. Orestes Quercia  
 2. Humberto Lucena 2. Evelásio Vieira  
 3. Lazaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
 (7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Ferreira  
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

**Titulares**

1. Benedito Ferreira  
 2. Vicente Vuolo  
 3. Pedro Pedrossian  
 4. Afonso Camargo

**Suplentes**

**ARENA**

1. Passos Pôrto  
 2. Lomanto Junior  
 3. Alberto Silva

**MDB**

1. Evandro Carreira  
 2. Lazaro Barbosa  
 3. Orestes Quercia

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306  
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS  
 E DE INQUÉRITO**

**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos

3) Comissões Especiais e de Inquerito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 9º do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### **Seção II (Senado Federal)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF**



**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**